

UFPA |
NAEA |
PPGDSTU |

Vitória Mendes Alves



CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM:

Etnografia sensorial sobre o mundo da vida
cotidiana em comunidades
camponesas amazônicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

VITÓRIA MENDES ALVES

CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM: Etnografia sensorial sobre o mundo da vida cotidiana em comunidades camponesas amazônicas

BELÉM

2020

VITÓRIA MENDES ALVES

CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM: Etnografia sensorial sobre o mundo da vida cotidiana em comunidades camponesas amazônicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido- PPGDSTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA, da Universidade Federal do Pará-UFPA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Estado, Planejamento e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro

BELÉM

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

A474c Alves, Vitória Mendes.
CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM: : Etnografia sensorial sobre o mundo da vida cotidiana em comunidades camponesas amazônicas / Vitória Mendes Alves. — 2020.
113 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020.

1. Campesinato. 2. Mundo da vida. 3. Etnografia sensorial.
4. Corpo. 5. Aprendizagem. I. Título.

CDD 305.563309811



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do
Trópico Úmido



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

VITÓRIA MENDES ALVES

A Banca de defesa de dissertação de mestrado, presidida pelo Orientador Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro, e constituída pelos examinadores, Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes, Prof.^a Dr.^a Marcela Vecchione Gonçalves e Prof.^a Dr.^a Júlia Dias Escobar Brussi, reuniu-se no dia 26 de junho de 2020, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "**CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM: Etnografia sensorial sobre o mundo da vida cotidiana em comunidades camponesas amazônicas**", da mestranda VITÓRIA MENDES ALVES. Após explanação da mestranda, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação de mestrado foi avaliada e APROVADA, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento do Curso. Esta ata não tem validade como atestado de término do curso, que será finalizado após a homologação da dissertação, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento do Curso.

Belém, 26 de junho de 2020.

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
Presidente/Orientador
PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Examinador Interno
PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Marcela Vecchione Gonçalves
Examinadora Interna
PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Júlia Dias Escobar Brussi
Examinadora Externa
PAA/ICS/UFPA

Dedico este “montão de amontoado de muita coisa escrita” [sic] ao atual presidente da República. Seu ódio explícito à ciência, à educação pública e a toda forma de vida me confirmam que escolhi o lado certo da História. Durmo tranquila. Além disso, suas deficiências cognitivas, evidenciadas a cada vez que abre a boca, devolveram a minha autoestima intelectual e curaram minha síndrome do impostor. Sem a autoconfiança proporcionada pelo contraste entre nós eu não teria concluído este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A todos os que vieram antes de mim e lutaram pela ciência e educação pública no Brasil, por terem pavimentado o caminho para que tivéssemos acesso a financiamento para nossas pesquisas. A bolsa que recebi do CNPq durante os 2 anos deste curso não é um caso de sucesso meritocrático, mas a garantia de um direito, fruto da luta desses estudantes, cientistas, professores, trabalhadores e políticos que entendem a importância do que fazemos na Universidade. O ensino superior público, gratuito e inclusivo realiza sonhos. Nenhum direito a menos!

Aos interlocutores/coautores desta pesquisa, habitantes de São Joaquim cujos nomes faço questão de enfatizar em todos os capítulos do trabalho, recebam meu carinho pelos ensinamentos, acolhimento e pela alegria genuína que senti junto de vocês.

Preciso agradecer ao Fábio Castro, orientador deste trabalho, por muitas razões. Pelas portas sempre abertas para as suas disciplinas, cursos, palestras e até mesmo biblioteca pessoal; aprendo muito contigo nesses espaços desde a graduação. Pelo apoio às minhas ideias e pela compreensão quando as coisas não estiveram bem. Confio em suas críticas ao que escrevo porque suas leituras atentas e palavras generosas têm sido muito importantes para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Esta relação de orientação pautada por leveza, liberdade criativa e diálogo é o principal motivo para eu concluir o mestrado sentindo que foi uma jornada verdadeiramente feliz, apesar do contexto tão desfavorável à felicidade. Por fim, quero dizer que tentei manter nossa parceria o mais profissional possível, mas em algum momento foi inevitável que tu, a Marina e o Pedro tenham se tornado pessoas por quem sinto muito carinho. Guardo vocês no coração como quem protege algo precioso.

À professora Marina Castro, por ter me apresentado à etnografia sensorial, por permitir que eu frequentasse as aulas de seu curso de Teorias da Cultura no PPGCom/UFPA, pelas contribuições na banca da qualificação, pelas conversas empolgantes sobre Antropologia ou qualquer outra aventura. Por me inspirar a ser sempre curiosa e disposta a aprender com as pessoas.

Aos amigos de turma no PPGDSTU, sou grata pela união, companheirismo e afeto que compartilhamos enquanto virávamos cientistas. Me emociona muito perceber que estamos de

fato juntos na rua, na luta, no luto, na dor, na fuleiragem e nas alegrias genuínas. A força que demos uns aos outros durante a quarentena prova que nosso amor veio pra ficar.

A todos os envolvidos no Seminário de Economia Política da Amazônia (EPA). Foi na edição de Mocajuba, em 2016, que nasceu em meu coração o sonho de fazer a pesquisa que hoje apresento aqui e de lá pra cá tenho amadurecido muito com esta rede de pesquisadores. Sou muito grata aos professores Chiquito, Danilo Fernandes (que também aceitou avaliar a pesquisa), Harley Silva e Ricardo Folhes e alunos membros do GP Dadesa por realizarem o EPA, proporcionando diálogos interdisciplinares e vivências tão ricas. Um abraço com amor para a organização desse seminário, o STAFF super competente, colaborativo e com quem dividi experiências muito divertidas em Mocajuba, Belém e Marabá: Zíngara, Ludmilla, Arthur, Luz Marina, Rogger, Timni, Ellen, Gabriel, Higor, contem comigo para as próximas empreitadas. Agradeço especialmente ao professor Chiquito por também ter apoiado na logística da minha primeira viagem de campo à Mocajuba, junto com sua filha Fernanda e seus familiares. E devo, também, à Karen Nogueira minha gratidão por ter possibilitado o contato com alguns interlocutores, além de estar sempre disponível para esclarecer dúvidas.

Aos colegas do grupo de estudos Espaço, Instituições e Desenvolvimento, por oferecerem um compromisso fixo e instigante durante os dias duros de isolamento social.

Sou grata à professora Marcela Vecchione, pois a bibliografia que lemos e as conversas que tivemos durante sua disciplina mudaram nossas vidas e concepções sobre o que significa fazer ciência e sei que falo pela turma toda aqui. Agradeço pelo privilégio de conviver e aprender contigo e por sempre arranjar tempo para um cafezinho, ocasiões em que me sinto segura, amparada e incrivelmente sortuda. Te admiro muito!

Registro, também, a doçura e as palavras de incentivo da avaliadora Júlia Brussi em um momento difícil.

Aos professores Juarez Pezzutti e Daniely Félix-Silva, pela disciplina de campo no Tabuleiro do Embaubal, no rio Xingu. Isso pode não ter relação direta com o meu trabalho de dissertação, mas o que aprendi com vocês vai muito além da ecologia, conservação e manejo de répteis aquáticos. Suspeito que vocês não compreendem totalmente o legado que essa iniciativa deixa na vida de pessoas que se dispõem a aprender sobre estes bichos fascinantes

com vocês, com seu Tuíca e seu Luís, mas saibam que ninguém volta do Tabuleiro sem sentir que testemunhou milagres.

A Josi e ao José, servidores da Secretaria, a todos os estagiários e servidores da Biblioteca do PPGDSTU/NAEA e aos queridos da Xerox, Simone e Sidney, por facilitarem as nossas vidas nas horas de agonia e pela gentileza com que sempre fui tratada. Sem vocês o NAEA desmorona.

Tenho muitos amigos a mencionar, mas começo com quatro deles que contribuíram de forma direta na execução da pesquisa.

Ao Lucas Sá, por ter sido a primeira pessoa a me falar de São Joaquim e por ter me apresentado à Eliane e sua família.

Ao Israel Araujo, por me mostrar um novo mundo por meio das leituras sobre técnica e aprendizagem e por fazer desse um dos tantos assuntos sobre os quais podemos tagarelar infinitamente. E, sobretudo, pelo apoio com a criação e execução de todas as peças de design gráfico desse trabalho, presentes na capa e no capítulo 2. Como diz a professora Alda: “vocês dois, sempre juntos! ”. Ela sabe o que fala.

À Camila Coelho, minha amiga peregrina, pela companhia e auxílio com fotos e vídeos em uma das viagens de campo. Qual o nosso próximo destino?

À Brenda Taketa, pelas más influências, pela subversão e rebeldia expressas em sua maravilhosa tese e em todas as nossas conversas.

Tive a sorte de poder dividir com alguns de meus melhores amigos todas as angústias e descobertas dessa fase, também vivenciadas por eles em suas trajetórias como pesquisadores. Não posso medir o amor e a alegria por ter vocês na minha vida. Toni, Rebeca, Maíra (os três merecem um prêmio pelos últimos 10 anos), Juliana Araújo, Calil, Layana, Argel, Bruce, Jorge e Raphael cada um contribuiu de modo único e insubstituível para o meu modo de pensar e de enfrentar as durezas da vida científica. Desculpem por colocar todo mundo num bloco só; tenho motivos para agradecer cada um individualmente, mas preciso de bom senso aqui.

A mesma importância atribuo aos amigos que estão fora desse contexto da pesquisa, que me lembram que há uma vida muito linda a se viver lá fora também. Me desculpem por ter virado uma pessoa meio monotemática e obrigada pela paciência e compreensão quando estive

distante. Golden, Juliana Maués, Alana, Clarice, Isabela, Laura, Murilo, Pedro, Gabriela, eu amo vocês.

Aos meus familiares, pessoas cujas orações me protegem de todo o mal e me dão segurança para enfrentar tudo. Aos de Minas, sou grata pelo descanso e acolhimento na fase final desse processo. Sei que suas orações e palavras de bênção me alcançam. Vovó Lia, madrinha Maria José, tias e primas, estamos sempre juntas. E ao meu pai, Manoel Alves, por apoiar todas as minhas decisões e me incentivar a conhecer outros mundos sem medo.

Obrigada tia Ana, tia Fatinha, Golden (citada duas vezes por ser família e minha primeira amiga) tia Wanja, tio Emanuel, Nathalie e Fabricio, por tanto apoio e tanto cuidado destinados a mim.

Às pessoas da minha casa, que conheceram o meu lado mais cansado, frustrado e estressado nesse período e permaneceram aqui. Não tenho como retribuí-las. Obrigada Bárbara, minha irmã, por todas as referências bibliográficas sobre técnicas corporais e pela paciência e companheirismo no dia-a-dia. Pelas suas receitas que melhoram minha vida. Obrigada Sorín, meu cachorro, por bagunçar e alegrar o nosso mundo.

Toda a gratidão, amor e admiração pela minha mãe, Vanilza Mendes, pelos sacrifícios financeiros e emocionais em nome da nossa educação, liberdade e segurança, pelo esforço em compreender e respeitar nossas escolhas, por ser farol e porto seguro.

A Deus. Não o dos fundamentalistas e genocidas. O do amor, da justiça social e de todos os pobres e oprimidos da Terra.

“Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. *Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências*”.

(Glória Anzaldúa)

RESUMO

Esta é uma pesquisa interdisciplinar que discute a relação entre corpo, ambiente e formas de aprendizagem técnica com a virtuosidade dos indicadores socioambientais (COSTA, FERNANDES, 2016) do campesinato agroextrativista amazônico. O trabalho de campo foi realizado na região das ilhas de Mocajuba, especificamente na localidade São Joaquim, no baixo Tocantins paraense. Utilizando a etnografia sensorial (PINK, 2009) como método e incorporando uma postura fenomenológica, toma-se como ponto de partida o mundo da vida (SCHUTZ, 1970) e o cotidiano dos camponeses. São descritas experiências como a pesca de camarão, o extrativismo do cacau e o preparo de peixes para consumo a fim de demonstrar a conexão existente entre técnicas do corpo e o ambiente em que habitam. Dessa forma, concluímos que a) tais técnicas não são transmitidas, mas ensinadas e aprendidas por meio de um complexo engajamento sensorial com o ambiente (LAVE, 2015) e b) o entrelaçamento corpo-ambiente (INGOLD, 2015) está no cerne do cotidiano camponês, o que implica em interpretá-lo superando os dualismos cultura/natureza e produção/reprodução. Essas relações explicam, parcialmente, a virtuosidade socioambiental expressa nos dados.

Palavras-chave: Campesinato. Mundo da vida. Etnografia sensorial. Corpo. Aprendizagem.

ABSTRACT

This is an interdisciplinary research that discusses the connection between body, environment and ways of technical apprenticeship with the socio-environmental indicators (COSTA, FERNANDES 2016) of amazonian agroextrative peasantry. The field work was carried out in the region of the islands of Mocajuba, specifically in the locality of São Joaquim, lower Tocantins region, state of Pará. Using sensory ethnography (PINK, 2009) as the method and assuming a phenomenological approach, we take as a starting point the lifeworld (SCHUTZ, 1970) and daily life of peasant communities. Experiences such as shrimp fishing, cocoa extractivism and preparing fish for consumption are described in order to demonstrate the link between techniques of the body and the environment in which they inhabit. Thus, we conclude that a) these techniques are not transmitted, but taught and learned by a complex sensorial engagement with the environment (LAVE, 2015) and b) the entanglement body-environment (INGOLD, 2015) is central to peasant daily life, which implies interpreting it while overcoming the dualisms of culture/nature and production/reproduction. These connections partially explain the socio-environmental virtuosity expressed in the data.

Key- words: Peasantry. Lifeworld. Sensory ethnography. Body. Apprenticeship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da região insular de Mocajuba.....	18
Figura 2- Matapi de dona Maria Joana.....	76
Figura 3-Camarões capturados e despejados no paneiro.....	80
Figura 4-Felipe segurando os objetos técnicos.....	84
Figura 5- Publicação no perfil de instagram da marca de chocolates Luísa Abram sobre o processo de fermentação do cacau na região do baixo Tocantins.....	86
Figura 6-Representação de organismo.....	96
Figura 7-Organismo como linha.....	96
Figura 8-Organismo em relação.....	97
Figura 9- Textura.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cadeia operatória da pesca de camarão.....	77
Quadro 2- Cadeia operatória do extrativismo do cacau.....	81
Quadro 3- Cadeia operatória do preparo do peixe.....	88
Quadro 4- Respostas à questão das origens das aprendizagens.....	91

Sumário

1- INTRODUÇÃO	15
1.1 Local de pesquisa	17
1.2 Metodologia	21
1.3 Pessoas: co-construtores	24
1.4 Organização do trabalho	28
2- DO MUNDO DA VIDA ÀS BASES TEÓRICAS	30
2.1 Entrevista com Manuel	31
2.2 “Você não vai encontrar um nome específico pronto”: inconsistências do mundo da vida	34
2.3 “Campefino, campesinato, pessoa que vive dentro do território, que vive, tem sua identidade, tem sua relação com a natureza”: breve discussão sobre a categoria social	37
2.4 “Uma renda familiar”: Trajetórias tecnológicas camponesas	40
3- ASPECTOS DO COTIDIANO DE SÃO JOAQUIM	48
3.1 Movimentos, associações, auto-organização	50
3.2- Festividades e juventude camponesa: delineando características da vida social	54
3.3- Breves considerações sobre a formação econômico-social do baixo Tocantins	58
3.4- Outros fragmentos da vida cotidiana	63
4- CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM: A VIRTUOSIDADE SOCIOAMBIENTAL CAMPONESA	73
4.1 “Posso fazer também?”- Etnografia sensorial em prática	73
4.2 Vivência etnográfica 1: Bater matapi	76
4.3 Vivência etnográfica 2: Apanhar e tirar cacau	81
4.4 Vivência etnográfica 3: Cuidar do peixe	88
4.5 O papel dos sentidos de corpos emaranhados no ambiente	90
4.5.1. Abandonar dualismos para discutir continuidades.....	94
4.6 Aprendizagem	99
4.7 O que o entrelaçamento corpo/ambiente/aprendizagem diz sobre a virtuosidade dos indicadores socioambientais da T2	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

1-INTRODUÇÃO

6 de junho de 2019. Nota de campo.

Peço ajuda a Fernando, Lorrان e Lorrane para aprender a remar. As crianças, todas abaixo dos 10 anos, remam e nadam como andam e correm, sem esforço. Como agora não carrego nenhum objeto importante e já estou vestindo roupa apropriada para tomar banho de rio, subo no casco com mais desapego e sem muito medo de cair na água. Quem me leva até a ponte de sua casa é Lorrان (6). Estamos apostando corrida contra Fernando e Lorrane, é divertido e as crianças gritam e riem bastante. Lorrان me conta que sabe remar porque o pai o ensinou e Fernando tenta me instruir sobre a prática, afirmando que preciso remar na direção contrária para onde quero levar o casco: se preciso ir para a direita, devo remar do lado esquerdo, e vice-versa. As instruções param por aí porque as crianças decidem mudar de método. De surpresa, pulam na água, me deixam à deriva e gritam: “rema, Vitória!”.

Eu gosto de imaginar que, se esta pesquisa fosse um documentário, a descrição acima seria uma boa cena de abertura. Reli algumas notas de campo enquanto planejava a melhor forma de começar o texto e ela me pareceu uma imagem satisfatória para ilustrar como é o processo de fazer um trabalho sobre a experiência social da vida cotidiana de grupos sociais dos quais não fazemos parte. É realmente como estar em um barco sem preparo algum, apenas com um remo nas mãos e pessoas ao redor gritando: “rema!”. As etapas ocorrem de modo desordenado, as surpresas do dia-a-dia alteram nossos planos e o exercício de ir e voltar para os suportes bibliográficos parece não ter fim. Vem do desordenamento a dificuldade em executar a tarefa aparentemente simples de responder ao leitor exatamente agora, nessa introdução, do que se trata esta pesquisa. Vamos por partes.

A formação teórica do mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) nos colocou em contato com diversos trabalhos sobre o campesinato amazônico, especialmente os estudos na área da Economia. Desde o início, estive atenta ao volume de dados dos colegas economistas que nos permitiam enxergar um macro cenário sobre o rural na Amazônia, um universo de diversidades de modos de viver, produzir, aprender e executar técnicas. De modo talvez ingênuo, mas também afetuoso, confesso que no coração deste projeto de pesquisa havia desejo de saber nomes, feições e histórias das pessoas que, afinal de contas, eram a materialidade por trás dos números. Podemos começar dizendo que este é um trabalho sobre a categoria social campesinato.

Ao mesmo tempo, outras perspectivas nortearam todo o percurso até a materialização em forma de dissertação e uma delas é a Fenomenologia. Existe uma frase famosa, proferida pelo matemático e filósofo Edmund Husserl, que ficou conhecida como uma espécie de emblema: “vamos voltar ao mundo da vida”; em alemão, ao *Lebenswelt*. A conclamação direcionada ao campo científico de valorizar as experiências presentes na vida social e o cotidiano fazem sentido quando consideramos que Husserl a enuncia um contexto pós I Guerra Mundial. O mundo havia conhecido o potencial destruidor dos avanços científicos e tecnológicos e Husserl fora atingido pessoalmente, perdendo um filho durante a guerra. Há, na base deste “lema”, uma crítica ao afastamento do campo científico às coisas mesmas, aos fenômenos sociais do modo como se mostram aos nossos sentidos. A partir do pensamento husserliano, a fenomenologia se expandiu para diversos campos das ciências sociais e humanas, não apenas oferecendo um aporte metodológico, mas sobretudo por meio de princípios epistemológicos. Neste trabalho, o rastro fenomenológico está presente na postura de considerar primordial a vida corriqueira, os hábitos e experiências dos interlocutores. É um exercício difícil e arriscado de remar em águas desconhecidas. Posso afirmar também que esse é um trabalho sobre o *Lebenswelt*.

Uma terceira influência teórica e metodológica que nos norteia é a Antropologia, especificamente a antropologia da técnica e da aprendizagem. Mas o que antecede o suporte oferecido por estes estudos é, precisamente, a experiência em campo. Foi apenas após conhecer pessoas como Lorrán, Fernando e Lorrane, seus pais, avós, primos, amigos e padrinhos que todas as categorias de análise e interpretação sobre seus modos de viver emergiram.

Construir interpretações sobre o mundo da vida de camponeses, aliando diferentes (e por vezes contraditórias) concepções teóricas nos coloca em uma posição que hoje considero tão fascinante quanto desconfortável, a interdisciplinaridade. As pesquisas que lemos e os diálogos que propomos aqui estão, sem dúvida, deslocados de qualquer disciplina específica, mas em uma zona de intercessão entre a fenomenologia, economia política e antropologia. Isso significa que pouco se encontra neste trabalho sobre as especificidades, disputas conceituais e políticas de cada um desses campos; estamos interessados na conexão entre eles.

A partir destes pilares, traçamos um percurso e realizamos uma pesquisa qualitativa em uma comunidade camponesa agroextrativista no município de Mocajuba (PA) com o objetivo de chegar interpretações para a seguinte pergunta: o que a intercessão entre corpo, ambiente e aprendizagem pode dizer sobre a virtuosidade dos indicadores socioambientais dos camponeses?

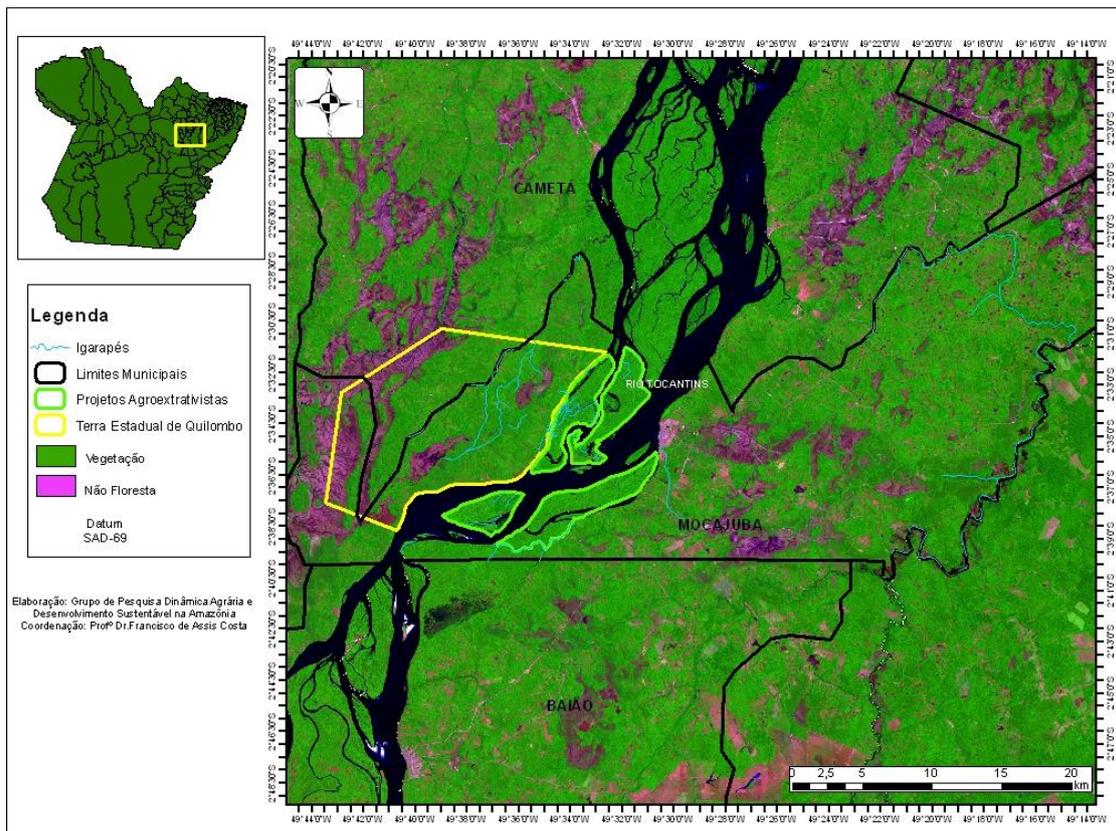
É uma pergunta longa, fruto de um movimento contínuo entre observação do cotidiano e construção de conhecimento científico, por isso creio que seja preciso explicá-la desde já. Começando pelo fim da frase, a virtuosidade dos indicadores socioambientais é uma premissa da qual partimos, amparada pelos estudos de Costa (2012), Costa e Fernandes (2016), Nogueira (2015), Taketa (2019). É, sem dúvidas, uma afirmação política: com o termo virtuosidade, estamos demarcando que o campesinato é dotado de capacidade de permanência ao longo do tempo, com uma grande habilidade técnica.

A intercessão corpo, ambiente e aprendizagem aparece como uma relação que pode fornecer explicações sobre esta virtuosidade, tendo em vista que verificamos no cotidiano como o repertório de técnicas dos camponeses envolve usos do corpo, formas de aprendizagem e uma relação de co-construção entre seres humanos e o ambiente em que vivem. Para entendermos melhor, passemos para algumas informações sobre o lugar, as pessoas e os caminhos metodológicos percorridos.

1.1-Local de pesquisa

Mocajuba é um município do Pará, no baixo Tocantins, que possui uma região de ilhas ordenada territorialmente de duas formas distintas. São quatro Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE): Ilha Grande de Conceição de Mocajuba, Ilha Grande de Vizeu, Ilha de Angapijó e Ilha de Tauré. Existe, também, um território quilombola, o Distrito de Porto Grande. Estas porções territoriais são limítrofes aos municípios Cametá e Baião. A Ilha Grande da Conceição é uma das localidades que mais tive a possibilidade de conhecer, e nela habitam cerca de 280 famílias em 3 comunidades: São Joaquim, Santana e Costa de Santana. É, especificamente, São Joaquim o local da pesquisa. O mapa abaixo, elaborado pelos colegas do Grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (DADESA/UFPA), ilustra essa organização espacial:

Figura 1- Mapa da região insular de Mocajuba



Fonte: Nogueira (2015)

Chegar a esta porção insular do município, tendo Belém como ponto de partida, requer disposição para algumas travessias e esperas. De ônibus, a distância entre as cidades não é longa, cerca de 4 horas na estrada e mais um bom tempo esperando por uma balsa que percorre um trecho pequeno, já próximo à cidade. Em julho de 2018 realizei uma viagem exploratória ao local, a fim de me apresentar a alguns interlocutores indicados por colegas pesquisadores que já haviam trabalhado na região.

Em Mocajuba, nada é muito distante e muita coisa pode ser feita a pé ou de mototáxi. O município é pequeno, plano e tem uma orla de frente para o rio Tocantins. Em julho, as porções de areia enchem de moradores e turistas para aproveitar as atividades ao ar livre durante o verão amazônico, tornando o fluxo de gentes na cidade muito maior e aumentando o número de programações de lazer, como as festas de aparelhagem. O meio mais fácil para se locomover no município é o mototáxi, muito comum em Belém e em outros interiores do Pará. Os mototaxistas ficam concentrados em grande número na pequena praça da rodoviária municipal e cobram cerca de 4 reais para levar às ruas que ficam próximas à orla.

A feira municipal é o primeiro espaço em que se pode fazer contato com os moradores das ilhas. Ela fica localizada ao redor do Mercado Municipal Miguel Dias de Almeida, um grande prédio de dois andares e ponto significativo de distribuição da produção local. A variedade de produtos tanto na feira quanto no mercado é grande. Como toda feira, está dividida em setores, como o das frutas, verduras, carnes, peixes, galinhas, porcos, entre tantos outros, em um ambiente que reúne experiências multissensoriais. Os cheiros dos alimentos, os sons dos feirantes fazendo negócios, pastores evangélicos fazendo pregações, carros de som anunciando propagandas do comércio local, os barcos chegando e saindo no porto, músicas de todos os tipos conformam um espaço na cidade profundamente dinâmico e pulsante.

Espaços onde as relações não se restringem ao âmbito comercial, este complexo feira-mercado é, também, um lugar de encontros, de espera pelas travessias e de lazer. Durante o verão de 2018, o local atraía visitantes para ver seis botos que viviam no rio Tocantins e se aproximavam do espaço de atraque das embarcações. Animais encantadores, eram o centro das atenções, alimentados pelos que se aproximavam com carcaças de peixes, constantemente registrados em fotos e vídeos e afagados por quem conseguia chegar perto o suficiente. Atualmente, o local é um Mirante dos Botos e ponto turístico de Mocajuba.

É ao lado da feira que está localizado o trapiche municipal, onde são atracadas as rabetas¹vindas das ilhas e há uma concentração de motos e carros estacionados, o primeiro lugar que

¹ Rabetas são os nomes dados a barcos motorizados em formato de canoa.

tentei buscar informações sobre um contato que havia conseguido com alguns colegas pesquisadores do GP Dadesa.² Logo descubro que ir para o outro lado exigiria de mim paciência e compreensão de que as urgências de uma pesquisadora vinda de uma caótica cidade grande não são as mesmas de quem vive neste lugar. Os barcos da prefeitura que levam e deixam crianças em Mocajuba para estudar na escola estadual são os únicos que têm horários regulares e como em julho é o período de férias escolares, a opção é aguardar algum morador que esteja atravessando, o que pode demorar bastante tempo.

Quem mora nas ilhas geralmente vai à cidade para comprar mantimentos nas feiras e supermercados, vender seus produtos ou utilizar os serviços públicos como os de saúde e educação e os serviços do comércio, como consertos de aparelhos, além de aproveitar o sinal de internet móvel para acessar as redes sociais e a rede para fazer ligações.

São Joaquim é uma das localidades mais próximas à porção territorial da cidade. Trata-se de um lugar pequeno, composto por alguns estabelecimentos rurais nos quais vive uma média de sete pessoas por casa, variando de acordo com o tamanho das residências. Estas casas são feitas de madeira, embora algumas tenham alguns cômodos de alvenaria, suspensas em áreas que enchem sazonalmente de acordo com as cheias dos rios. Nos grandes quintais dessas casas, é comum a criação de porcos, galinhas e patos para o consumo, além dos cachorros e gatos, animais domésticos, pelos quais sentem afeição e dispensam cuidados permanentes. Estas residências são conectadas ao pequeno rio São Joaquim por meio de pontes e escadas de madeira, as quais também são construídas de modo que possam ser utilizadas durante as estações secas e chuvosas.

Há energia elétrica permanentemente na localidade e em algumas residências há banheiros. Apesar disso, todos preferem tomar banho no rio, para onde levam seus produtos de higiene pessoal e se lavam vestidos, exceto pelas crianças, para quem a nudez não é motivo de constrangimento. Todas as casas possuem muitos espaços para armar redes, aparelhos de televisão e som e quintais com grande diversidade de árvores, como o cacauzeiro, jambeiro, açazeiro, entre muitas outras.

De modo geral, a aproximação às pessoas se deu de forma gradual e sem grandes conflitos. Optei por não utilizar o gravador nem tirar fotos nas primeiras interações, para ser menos invasiva e criar aos poucos uma relação de confiança. Considero que a abertura dos

² O já referido Grupo de Pesquisa é composto por alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) e do PPG em Economia, da Universidade Federal do Pará. Nos últimos anos, produziu significativo número de estudos sobre a região do Baixo Tocantins, dialogando com teorias sobre campesinato, eficiência reprodutiva, trajetórias tecnológicas, entre outros.

habitantes para participar de suas atividades cotidianas e seu interesse em colaborar com o trabalho foram fundamentais para a realização da pesquisa.

1.2-Metodologia

Para começar a escavar os sentidos possíveis para a compreensão da relação que existe entre corpo, ambiente e aprendizagem, optamos por realizar uma etnografia sensorial. Trata-se de uma metodologia crítica que não pertence exclusivamente a nenhum campo e possui caráter interdisciplinar, ainda que tenha emergido da antropologia social e cultural, da geografia humana e sociologia. A metodologia coloca o pesquisador em um papel de interpretação e coprodução dos dados junto às pessoas com quem realiza a pesquisa e dá um foco especial a questões como percepção, lugar, conhecimento, memória e imaginação. Segundo Sarah Pink (2009):

Doing sensory ethnography entails taking a series of conceptual and practical steps that allow the researcher to rethink both established and new participatory and collaborative ethnographic research techniques in terms of sensory perception, categories, meanings and values, ways of knowing and practices. It involves the researcher self-consciously and reflexively attending to the senses throughout the research process, that is during the planning, reviewing, fieldwork, analysis and representational processes of a project. (PINK, 2009, p. 7)

Conforme o exposto, esta atenção aos sentidos, que percorre todos os processos, do campo à análise, requer do pesquisador uma atitude autorreflexiva e autoconsciente. Isto é, se o interesse da pesquisa é observar quais as atribuições e usos do corpo no mundo da vida, é preciso que o próprio pesquisador esteja atento às suas experiências sensoriais e modos de aprendizado durante a vivência em campo. Não há, portanto, um protocolo fechado ou série de instruções delimitadas sobre como fazer isso na prática, cabe aos etnógrafos descobrirem procedimentos que os auxiliem na procura por respostas à pergunta de pesquisa.

Para Pink (2009), existem diferentes métodos na etnografia sensorial que nos levam ao mundo das pessoas; eles nos conduzem às experiências dos outros através de caminhos diferentes. Por isso a prática da etnografia sensorial permite, também, trabalhar com os dados coproduzidos em campo por meio de outros formatos além do texto escrito, como conteúdos audiovisuais ou até mesmo artísticos. Marina Castro (2018), sobre este caráter interdisciplinar, avalia que

Sua autoinserção numa perspectiva transdisciplinar, sua dinâmica interpretativa e fenomenológica e seu apreço pelos suportes midiáticos e pela comunicação, notadamente os meios audiovisuais, fazem dela uma proposição metodológica instigante (CASTRO, 2018, p. 135)

No trabalho da autora, a metodologia foi utilizada como uma forma de se aproximar de feirantes da Feira do Guamá, em Belém, e analisar o gosto como um fenômeno intersubjetivo, partilhado e socialmente construído. Também utilizando a mesma metodologia, Sarah Pink (2007), junto ao movimento *Slow City* na Inglaterra interpretou as práticas sensoriais dos participantes que objetivavam melhorar o bem-estar em cidades por meio da sensorialidade. Em um número da revista *The Senses & Society* sobre engajamento dos sentidos em práticas etnográficas, trabalhos como o de Fors (2013) a respeito das experiências multissensoriais de adolescentes em museus e de Irving (2013) sobre as percepções de nova-iorquinos que frequentam as grandes pontes da cidade demonstram que há uma boa variedade de assuntos que podem ser explorados a partir desta perspectiva metodológica.

Em comum, as etnografias sugerem que não há modos totalmente pré-estabelecidos de realizar o trabalho de campo. Como ilustra Pink (2009) na obra *Doing Sensory Ethnography*, o processo de coprodução de dados em campo pode incluir práticas como gravar um vídeo, cozinhar uma receita, escrever uma música ou qualquer outra técnica que envolva pesquisadores e sujeitos de pesquisa em uma atividade em que se possa refletir sobre percepção sensorial, sentidos atribuídos ao cotidiano, modos de aprendizagem e práticas.

Para percorrer este caminho metodológico, foram realizadas quatro viagens de campo à região insular mocajubense. A primeira em 2016, antes mesmo de existir o projeto de pesquisa, durante a edição de campo do Seminário de Economia Política da Amazônia (EPA), evento organizado pelo grupo de pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (Dadesa- UFPA). Nesta ocasião, conhecemos não apenas algumas localidades, como também alguns resultados de pesquisas realizadas no baixo Tocantins pela rede de pesquisadores da UFPA e outras instituições que participam do EPA. De forma peculiar, o campo e os referenciais teóricos me foram introduzidos ao mesmo tempo. A minha zona de intercessão entre fenomenologia, antropologia e economia tem a ver com essa relação entre os grupos de pesquisa SISA, do qual faço parte e Dadesa, com o qual colaboramos e estabelecemos parcerias.

Em 2018, já com a pesquisa em curso, realizei duas viagens curtas e exploratórias. Uma em julho, sozinha, com duração de quatro dias e outra em agosto, com a companhia de minha amiga Camila Coelho, com duração de oito dias, durante a festividade de São Joaquim. Nestas

visitas, realizei um número curto de entrevistas semiestruturadas, pois meus objetivos eram construir relações, me apresentar aos meus interlocutores, convencê-los de que meus interesses eram genuínos e que não usaria as informações que eles compartilhavam comigo para prejudicá-los de alguma forma. Avalio que este seja um dos procedimentos mais importantes na pesquisa etnográfica: abrir mão dos interrogatórios e protocolos fechados para construir laços e investir na convivência. Durante as duas viagens, passei a maior parte do tempo fazendo o que as pessoas faziam, pisando devagar, tentando não interferir em suas rotinas. Na prática, isso significa não usar o gravador e a câmera tanto quanto gostaria se estivéssemos com pressa, razão pela qual o caderno de campo virou meu maior aliado. As anotações foram vitais para o registro das minhas observações.

Em minha experiência, não ter feito tantos registros em áudio, vídeo, fotos e nem ter realizado tantas entrevistas semiestruturadas foi um ganho. Essas duas visitas me mostraram aspectos do cotidiano que talvez eu não enxergaria se minha abordagem fosse produtivista: eu vi como as pessoas dançavam nas festas, como as crianças faziam parte do cotidiano dos adultos, como eram as dinâmicas familiares, de que forma organizavam as casas, o que diziam e pensavam sobre Deus, os santos, a natureza, o governo. Estas percepções e experiências ajudam a montar o quebra-cabeça do mundo da vida cotidiana.

Na quarta viagem, em junho de 2020, passei 21 dias em São Joaquim com objetivos mais definidos: acompanhar atividades produtivas, tentar praticá-las, observar técnicas do corpo e perguntar sobre como as pessoas aprenderam a executá-las. Tais decisões só foram tomadas devido a colaboração da banca avaliadora da qualificação de projeto. Embora as três viagens anteriores tivessem revelado faces interessantes do cotidiano camponês, o tempo de ruminância e maturação longe do campo e mais perto das leituras, diálogos e orientações estabeleceram com precisão o objeto de análise: a relação entre corpo, ambiente e aprendizagem técnica.

Em um trabalho etnográfico, é muito difícil delimitar a diferença entre as horas de trabalho e as horas de distração. Quando o mundo da vida cotidiana é o seu interesse de pesquisa, não existe nenhum aspecto desse cotidiano que não seja relevante para suas interpretações. É preciso estar em alerta, com uma postura de abertura e interesse para tudo o que emergir durante o dia. Olhando com frieza, 21 dias podem parecer pouco, mas a intensidade das experiências vivenciadas em uma etnografia de cunho sensorial faz parecer que esse tempo se dilata.

No fim do segundo capítulo deste trabalho, mostraremos alguns resultados da abordagem sensorial no tratamento gráfico dado a alguns materiais coletados em campo. Além disso, no terceiro capítulo exploraremos mais a fundo as ferramentas metodológicas que levaram às análises.

1.3-Pessoas: co-construtores

Os habitantes de São Joaquim e seus modos de viver são o assunto principal da pesquisa. Confiança, flexibilidade e construção de vínculos com eles foi o que norteou todos os processos, das viagens de campo à delimitação das referências bibliográficas. Reservo este espaço para apresentar algumas pessoas que construíram esta pesquisa.

A família de dona Maria Joana, constituída por seus filhos Pagão, Lailson, Eliane (que mora em Belém), Milcilene, Vânia, além dos genros, netos e bisnetos, foram os primeiros a me receber em suas casas e me apresentar aos modos como vivem suas vidas cotidianas. Os conheci por meio de um amigo de Belém que já havia visitado a localidade por lazer. Esta família me apresentou a dimensões do modo de viver campesino que não dizem respeito exclusivamente à face produtiva do cotidiano, mas são necessárias para entender o que constitui o mundo da vida. Junto deles fui a festas noturnas, festividades religiosas, realizei entrevistas e pude registrar em fotos muitos momentos de suas rotinas. Embora não tenha acompanhado de forma direta suas atividades produtivas, considero de igual importância a possibilidade de observar e participar de seus momentos de descanso, lazer e práticas religiosas.

A família de dona Maria Joana me apresentou ao seu vizinho Augusto Sepêda, conhecido como Preto. Um dos moradores mais antigos de São Joaquim, atualmente é evangélico e gosta muito de conversar sobre as dimensões sobrenaturais da região. Além de me falar sobre a história do lugar, Preto preencheu muitas tardes da nossa convivência contando histórias de visagens³ e pregando sobre a Bíblia.

Outra família que também escreveu esta pesquisa é a de dona Maria do Carmo e seu Luiz, formada pelo casal, a filha Luzinete (Lelé) e o genro Dênis, com seus filhos Luziele, Fernando e Felipe; a filha do meio, Luziane, que também mora em Belém e a filha mais nova, Luane, e o namorado Elon. Foi com estas pessoas que pude participar de boa parte das atividades produtivas descritas no terceiro capítulo.

³ Para os leitores não paraenses, esclareço que visagens são o que o resto do país chama de assombração.

Cheguei até eles por acidente. Na segunda viagem de campo, acompanhada por minha amiga Camila, precisávamos atravessar de Mocajuba para São Joaquim, mas não havia nenhum barco atravessando até a localidade. Uma pessoa nos ofereceu carona até a casa mais próxima do outro lado do rio e, de surpresa, chegamos à casa de dona Maria do Carmo com mochilas e cansadas da viagem. Com muita simpatia e confiança em nós, nos ofereceu almoço e redes para descanso, para que esperássemos até alguém passar de rabeta e nos levar até a casa onde iríamos nos hospedar. Ela costuma contar com carinho a história das pesquisadoras que chegaram de surpresa em sua casa.

Na viagem seguinte, sua filha Luzinete e Dênis me hospedaram em sua casa e me apresentaram para outras famílias, vinculadas à Comunidade Cristã e aos jovens da Pastoral da Juventude. Nesse contexto, conheci o padrinho de boa parte dos jovens e líder comunitário Manuel, sempre acompanhado de sua esposa Eliane, que é professora da escola municipal. Além de acompanhar algumas celebrações religiosas, pude conversar com eles sobre muitos assuntos relacionados às questões do campo e a importância da igreja e dos sindicatos para a realidade local.

Nas imagens abaixo, mostro alguns desses interlocutores.

INTERLOCUTORES



Eric



Maria Joana



Maria do Carmo



Luane



Valdirene



Lailson e Nadielson



Eliane



Thiago e Milcilene



Dênis



Luzinete
(Lelé)



Felipe e
Fernando



Luziele



Lorrán



Lorrane



Tânia



Letícia



Adolescentes
da Pastoral da
Juventude



Popó



Tigão



Manuel e
Eliane

1.4-Organização do trabalho

Escolhemos organizar as informações de modo a colocar em primeiro plano a voz e as experiências sociais dos habitantes de São Joaquim. Sendo assim, as entrevistas, imagens e as narrativas etnográficas estão diluídas por todos os capítulos. A questão que nos norteia é, acredito, respondida aos poucos.

No primeiro capítulo, intitulado *Do mundo da vida às bases teóricas*, começamos com uma entrevista realizada com Manuel, um interlocutor cujos conhecimentos compartilhados comigo foram fundamentais para guiar algumas escolhas teóricas. A partir dos elementos de sua fala, discutimos três bases bibliográficas, que inserem a pesquisa em um contexto interdisciplinar: o conceito de mundo da vida na fenomenologia aplicada às ciências sociais na obra de Schutz (1979), os estudos sobre campesinato no Brasil e na Amazônia em obras como a de Rosa Marín et. al (2009) e as pesquisas sobre trajetórias tecnológicas no rural amazônico de Costa (2012), Costa e Fernandes (2016), Taketa (2019) e Nogueira (2015). É nesta fronteira tripla entre a fenomenologia, a antropologia e a economia política que buscamos conexões para interpretar o campesinato amazônico e sobre como, dos pontos de vista sociais, econômicos e ambientais seus modos de viver nos ajudam a enxergar um horizonte menos predatório no contexto agrário regional.

Considero que o segundo e terceiro capítulo são como um, separados apenas para facilitar a disposição das informações no texto. Por meio deles, discutimos como corpo, ambiente e aprendizagem se entrelaçam no mundo da vida cotidiana do campesinato em questão e explicam, em partes, a virtuosidade socioambiental do campesinato agroextrativista da Amazônia. Para fazer isso, incluímos no capítulo 2 o percurso da pesquisa, algumas informações sobre a história do Baixo Tocantins e uma parte das narrativas sobre o cotidiano observadas em campo. A partir do que pude acompanhar e apreender, a vida religiosa, as relações sociais de parentesco e compadrio e o alto grau de autonomia e auto-organização são características que pautam as rotinas e modos de viver dos interlocutores. Fazemos isso para conectar às discussões de Jean Lave (2015) sobre processos de aprendizagem serem situados, isto é, específicos de acordo com o lugar e corporificados, profundamente sensoriais.

Finalizamos o capítulo expondo algumas imagens digitalmente editadas que complementam a narrativa textual e contam, agrupadas, um pouco sobre este dia a dia. São pequenos fragmentos coletados em campo de forma menos sistematizada, mas que também dizem muito sobre como os interlocutores produzem suas vidas. Estas colagens são, ao mesmo

tempo, uma forma de dialogar com os estímulos de Pink (2009) de produzir em pesquisas com a metodologia da etnografia sensorial alguns “produtos” que não se restrinjam aos textos escritos.

No terceiro, continuamos com as narrativas, mas com foco em descrever os processos técnicos de algumas atividades produtivas, suas etapas, ações, instrumentos utilizados e técnicas corporais envolvidas. Aqui, o trabalho de Júlia Brussi (2015) nos fornece *insights* sobre as cadeias operatórias como ferramentas de análise. Evidencio como estas descrições só foram construídas por meio da combinação entre participar e observar em campo. Ressalto, também, que foram estas vivências que fizeram emergir o corpo, o ambiente e os processos de aprendizagem como categorias analíticas. A obra *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*, de Tim Ingold (2015), aparece em várias ocasiões como um respaldo para falar sobre a relação entre seres humanos e o ambiente como algo holístico e dotado de continuidades. É com esta concepção que discutimos, no último tópico, o que isso elucida sobre a virtuosidade socioambiental do campesinato agroextrativista

2- DO MUNDO DA VIDA ÀS BASES TEÓRICAS

De modo geral, em uma pesquisa sobre as experiências sociais, dificilmente o processo de descobertas para o que propomos como pergunta ocorre de forma ordenada. Embora nos esforcemos para organizar nossos resultados a partir da ordem base teórica/dados/análise, a realidade é que durante a escrita mediamos um tensionamento entre o que diz a literatura sobre o tema e o que nossos interlocutores nos revelam. O mundo da vida cotidiana, quando se torna uma fonte de todas as fases do trabalho (não apenas da “coleta” de dados), bagunça e confunde o que julgamos serem fatos comprovados. O pensamento vai sendo construído no ir e vir da teoria ao mundo da vida.

Neste capítulo, apresento algumas bases teóricas que sustentam e justificam a discussão da pesquisa. No entanto, ao fazer o exercício fenomenológico de colocar as certezas em suspenso e crendo que “não se deve falar sobre o fenômeno, qualquer fenômeno, mas sim abrir espaços, clareiras, para que o fenômeno possa se mostrar” (Castro, 2013), o nosso ponto de partida é um diálogo. Trata-se de uma entrevista realizada com Manuel, um interlocutor particularmente interessante porque, além de ser habitante camponês de São Joaquim, é educador no campo e líder comunitário da Comunidade Eclesial de Base local, o que nos permitiu conversar também do ponto de vista teórico sobre campesinato, autoidentificação e modos de produção no campo.

Manuel fala a partir de suas vivências cotidianas, mas também a partir do que aprendeu na Universidade Federal do Pará, onde cursou Educação do Campo, no campus de Cametá (PA). Seu modo de enxergar a própria realidade é um amalgamado das experiências de seus ofícios como camponês, universitário e líder comunitário, o que pode diferir de outros interlocutores nos modos de narrar e interpretar a realidade cotidiana. No entanto, não acredito que sua fala tenha mais *legitimidade* ou que se trate de uma experiência menos *pura* de vida camponesa por ele ter ingressado no ensino superior. Todas as entrevistas com interlocutores, de todas as idades e graus de formação, têm relevância para as interpretações que construí. A escolha desta entrevista para organizar as bases teóricas tem a ver com o meu processo de dúvidas e de ir e vir das leituras para o que via em campo. Foi Manuel quem me elucidou muitas questões que me ocorriam e não acho que seria justo apresentar as bases teóricas do trabalho sem incluir sua voz. Ele e sua esposa, Eliane, professora da escola local cujas intervenções aparecerão vez ou outra no diálogo, haviam me recebido em sua casa para que eu provasse um mingau de arroz e, na ocasião, aproveitei para conduzir a entrevista.

Existem três elementos em sua fala que buscamos esmiuçar e contrapor com nossas leituras, resultando nos subtópicos: 1.1) “Você não vai encontrar um nome específico pronto”, no qual apresentamos algumas bases fenomenológicas; 1.2) “Campefino, campesinato, pessoa que vive dentro do território, que vive, tem sua identidade, tem sua relação com a natureza”, onde recuperamos autores brasileiros que abordam a questão do campesinato e 1.3) “Uma renda familiar”, cuja discussão é sobre as trajetórias tecnológicas na perspectiva de Francisco Costa.

2.1 Entrevista com Manuel

- *Vocês chamam aqui de... campo... eu já ouvi três palavras: interior, campo e sítio. Tem outras palavras que vocês usam pra se referir a esse lugar?*

- *Olha, eu sempre utilizo campo, né, mas o comum de você ouvir por aí é interior e sítio. Porque ainda tá dentro daquela concepção de que existe o urbano e o rural, a cidade e o interior. E aí, quando a gente fala em interior, tá inferiorizando o campo, né, e colocando ele como um quintal da cidade, entendeu? E aí a gente muda um pouco essa concepção porque o campo é um território, né, como você bem pesquisou e já viu, os saberes são múltiplos e diversificados e existe muito conhecimento dentro do território campefino né, desde quando você vai apanhar açai, a saber a maré que o peixe vai tá lá pra você pegar esse peixe, e... todos os ribeirinhos sabem a hora, a lua, a maré, então são conhecimentos, né.*

- *São ciências! - interpelo*

- *São saberes importantes. Como você deve plantar o seu cacueiro, seu açazeiro, entendeu, quais são as árvores que precisam ser retiradas pra você descampar pra produzir. Então você ouve sempre falarem do pessoal que produz, assim...*

- *E tu chamas de campo pela... pela tua vivência na universidade ou pelo movimento eclesial?*

- *É mais pela universidade...*

- *Ah, entendi. É tipo uma concepção teórica...*

- *Nova. É mais teórica, porque antigamente era interior. Muitas pessoas utilizam interior, “lá pro interior, lá pro sítio”. Até que sítio ainda é uma palavra bem bonitinha ainda e que não é excludente também o sítio, o sítio dá sempre a ideia de um lugar bonito, de um lugar que tem as formas ideais de viver. Agora, rural é uma palavra muito forte, é como se o rural não é bom e o urbano é o que presta. É dessa forma. Eu utilizo mais é campo mesmo, porque é dessa concepção de território campefino.*

- *Tu falas em camponês? Ou não?*

- *Não.*

- *Camponês não é uma palavra que...*

- *É, o camponês na verdade é aquela pessoa que trabalha dentro do campo. O campefino é aquela pessoa que vive.*

- *Ah, não sabia dessa diferença!*

- *O camponês pode morar na cidade.*
- *O camponês é tipo um trabalhador rural. E o campesino...*
- *Campesino é aquele que mora. **Campesino, campesinato, pessoa que vive dentro do território, que vive, tem sua identidade, tem sua relação com a natureza...** O campesino, ele se relaciona com a natureza.*
- *Floresta em pé, né- indago.*
- *Degrada menos, procura aproveitar o mesmo espaço pra plantar, não devasta beira de rio nem de igarapé. Se ele fizer isso pode perder a água. Basicamente nessas perspectivas...*
- *As pessoas aqui se chamam de quê? De ribeirinho, trabalhador rural...? Quais são os nomes que as pessoas dão pra elas mesmas?*
- ***Você não vai encontrar um nome específico pronto, né, você vai receber muitas respostas. Se você perguntar, talvez alguns nem saibam dizer o que eles são. Até porque não tem esse conhecimento do... tudo é teoria isso. Alguém colocou ribeirinho, alguém colocou campesino...***
- *Meu orientador fala muito sobre isso, que são identidades que são dadas às pessoas, mas não são as próprias pessoas que atribuem a si mesmas. E uma das minhas... dos meus objetivos aqui é saber do que as pessoas se chamam...*
- *Se chamam, né, se autoidentificam... Pois é, assim... Ribeirinho. **Aqui você não vai encontrar, assim, uma resposta.** Talvez, alguns vão ficar assim, “mas o que eu devo falar? O que que eu sou, na verdade?”*
- *“Eu sou do sítio”- Eliane intervém.*
- *Eu sou do sítio que falam ou talvez do interior.*
- *Ilha não falam muito, não- questiono.*
- *Não. É mais varja.*
- *Por que não chama de ilha?*
- *Porque é de novo mais uma concepção teórica. **Alguém colocou o nome ilha**, mas assim, as pessoas não têm muito essa cultura de se autoidentificarem. Agora assim, eu poderia me identificar como ribeirinho, extrativista, tudo junto, pescador.*
- *Eles se identificam como pescador também aqui- Eliane acrescenta.*
- *É, se for perguntar é isso, perguntar a ocupação deles, aí você vai ouvir muito pescador. Mas assim... dentro da concepção de pescador, eles são mais do que pescador, porque eles não vivem só da pesca, até porque não tem muito o que pescar, se ele for se fiar de viver só da pesca ele morre de fome. Aí ele precisa ir pro cacual dele, ele precisa ir pro açazal dele, ele precisa ir pra caçar, extrair... extrativista, a gente pode dizer também. Muita gente extrai o látex também, a borracha de seringueira.*
- *Tu achas, assim, que o campesino é como se fosse uma palavra guarda-chuva que cabe todas essas?*

- *É todas essas atividades, o campesino.*

- *Olha, tu sabe que esse é um debate enorme lá no nosso mestrado? É que a gente trabalha muito com essa questão do campesinato. O campesinato desde a Rússia, o campesinato brasileiro, amazônico, mas... é... a grande questão é que ninguém fala de si mesmo como um camponês, tu não vai chegar em nenhum lugar no campo e perguntar pras pessoas o que elas são e elas falarem “sou camponês”... é uma coisa que vem de cima pra baixo. Mas, ao mesmo tempo, é uma palavra que resolve um pouco esse problema de serem muitas coisas e é como se ela abrigasse todas essas coisas que tão por aí, né... Só que aí tu estás me trazendo essa outra concepção, que é a do campesino, que já é outra coisa também.*

- *Hehe, já é outra coisa, do campesino e campesinato... Mas é isso, aí tem os agricultores familiares também, dentro dessa concepção do campesinato aí, do campesino.*

- *Mas... a agricultura familiar aqui, ela é mais nos... no centro, né?*

- *É mais na região central, né, na terra firme.*

- *Que o pessoal planta mais na terra firme, né.*

- *Aqui é mais extraído- resume Eliane.*

- *Eu... eu considero que também são, porque agricultor familiar é aquele que também tem o regime familiar, tipo que fosse a sua empresa ali. Então, tipo, vamos supor que eu sou um produtor rural, mas eu tenho, vamos dizer aí, uns 7 filhos capazes de trabalhar ali. Eu não posso dizer que esses meus filhos são desempregados, né, porque eles trabalham na minha empresa, da minha renda, então a renda é nossa, é da família. Se eu for querer um empréstimo do banco lá pra plantar lá, plantar mais, custear minha propriedade e tal, dizer que eu não vou pegar outros funcionários, digamos assim, contratar mão- de- obra pra manter. Quem vão ser meus empregados, assim, entre aspas, são os meus filhos, as minhas filhas que vão tá trabalhando. **É uma renda ali familiar.***

- *Sim, é tipo, é um tipo de pessoa que não separa a vida familiar do trabalho, né?*

- *Do trabalho... justamente.*

- *Não tem essa separação da esfera produtiva da vida e da esfera cultural da vida, é tudo uma... meio que uma coisa só e vai se misturando ao longo do dia. Né?*

- *Justamente, então é por isso que dizem, tem estudos que mostram que a agricultura familiar é o regime que mais emprega, né do que a monocultura, a agricultura empresarial, porque a agricultura empresarial quem trabalha são máquinas, né.*

- *Sim, e eles ocupam terra pra caramba...*

- *É muito. Enquanto que quem mais emprega, menos tem acesso aos financiamentos, porque é uma burocracia danada pra você pegar os financiamento pra agricultura familiar... É quem mais produz alimento, porque essas empresas aí não produzem alimento, né, produz alimento mas pra fora, pra exportação e não é nem pra gente, é pra animais. E quem produz o que tá na mesa mesmo do brasileiro é a agricultura familiar. A gente vai encontrar a farinha... principalmente aqui na nossa região, quem produz a farinha, quem produz o camarão, o que você encontra na mesa do pessoal basicamente é isso, farinha, camarão, peixe, açaí, né... E na cidade também, existe até um... uma frase que diz: se o campo não planta, a cidade não janta*

(risos). E de fato, você vai na feira e encontra produtos produzidos pela agricultura familiar, né, pelo campo. E fora disso não tem, tem o industrializado lá.

- No supermercado- diz Eliane.

- Então, esse é o grande debate que se tem hoje, entre essa agricultura orgânica que tem muito, se fala muito na... até ano passado, porque agora não se vê muito falar em agricultura orgânica, em produção orgânica de alimento, agora é tudo industrial, tudo envenenado, né.

- Tá liberando agrotóxico todo dia.

- Agrotóxico todo dia, monocultura, então é um problema. Um problema sério isso. Mas enfim, é o que dá dinheiro né.

- Um dinheiro concentrado.

- Sim, sim, quem ganha na verdade... quem tem... como diz, quem tem os meios de produção, né... dinheiro.

(pausa)

2.2 “Você não vai encontrar um nome específico pronto”: inconsistências do mundo da vida

O questionamento que inicia a conversa com Manuel é um procedimento comum no trabalho de campo, procurar saber como as pessoas nomeiam a si mesmas, o lugar em que vivem, o grupo social do qual fazem parte. O interlocutor responde ilustrando alguns nomes: pescador, ribeirinho, campesino, extrativista, agricultor familiar, argumentando que possivelmente as pessoas desta localidade não saberiam de que forma exatamente definir quem são, já que existem diversas definições, gerando muitas respostas para essa pergunta.

Seguindo a orientação do entrevistado sobre perguntar para as pessoas sobre suas ocupações a fim de saber como nomeiam a si mesmas, conversei com Augusto Sepêda, outro habitante de São Joaquim. Conhecido como Preto, é uma liderança evangélica de 51 anos, mais velho que Manuel e com algumas crenças religiosas distintas do líder comunitário.

- Se eu perguntasse, assim, qual é a sua ocupação? O que o senhor é? O senhor diria o quê?- questiono.

*- Olha, eu, eu ocupo assim, né, porque quando a gente tira negócio de documento da gente constantemente eles pergunta pra gente, o que você é? Eu falo que eu sou trabalhador rural, pescador... Porque tem a divisão, né, agora a gente já tira o nome se for... porque de antes a gente falava tudo errado, agricultor... aí envolvia esse negócio na hora de fazer documento, as vez já não vinha por lá porque você não recebia seu benefício porque você não tava naquela atividade. Rural é igual pescador, a senhora tem que ir lá e se perguntar o que você é, aí todo mundo responde assim... se você mora na área da ilha, né, na área da ilha, do rio, **essas coisas***

que você tá em movimento, peixe, camarão, negócio de caça, essas coisas, aí você pode dizer que você é um pescador. Aí se eu tiver lá na área da roça, do... campo, colhendo milho e fazendo outras coisas, aí eu vou dizer que eu sou trabalhador rural.

- Entendi... mas o senhor mora... na beira do rio e o senhor se diz trabalhador rural também.

- Não, é porque o seguinte, a gente trabalha nos dois.

- Ah entendi, o senhor faz os dois.

- Nós já trabalhamos na área da roça e hoje em dia a gente já mora aqui no rio, na parte do rio, no ribeirão... Tudo foi nome dado.

- Ribeirão é nome dado... vocês não falavam isso antes?

- Não. Nós falava ilha, que eu tô te falando, ou rio.

- Ilha ou rio.

- É, lá no São Joaquim, ou eu moro pra ilha. Aí agora não, agora vem tudo dividido lá como eles colocaram os nome, né. Já os quilombola, já o rural.

- Se eu perguntasse pra maioria do pessoal daqui qual é a sua ocupação, o senhor acha que eles vão dizer o que?

- Pescador.

- Ninguém vai falar assim “eu sou ribeirão”.

- Não, não, eles não vão falar.

Esta multiplicidade de nomes pelos quais podemos nos referir aos habitantes de São Joaquim é uma ilustração do conceito de mundo da vida cotidiana. Segundo Schutz (1979), o mundo da vida é intersubjetivo, é comum e se dá à nossa experiência e interpretação a partir de um estoque de experiências anteriores, partilhadas por meio de nossos pais, professores e predecessores em geral. A atitude natural dos indivíduos adultos para com o mundo cotidiano é, para o autor, prática e não teórica, ou seja, o mundo é “algo que temos que modificar, através de nossas ações, ou que modifica nossas ações” (p. 73). A postura prática explica, em partes, o fato de que não se encontrou apenas uma palavra para resumir o que as pessoas acreditam que são, como bem explicou o interlocutor: “as pessoas não têm muito essa cultura de se autoidentificarem. Agora assim, eu poderia me identificar como ribeirão, extrativista, tudo junto, pescador”.

Schutz pontua que o mundo da vida cotidiana não aparece para os indivíduos como um “aglomerado de pontos coloridos, barulhos incoerentes, regiões de frio ou calor” (p. 72), mas como um lugar de objetos definidos, delimitados, com os quais interagimos e geramos transformações. Nossos corpos e movimentos mudam os objetos que estão no mundo, os quais,

por sua vez, oferecem ou não resistência às nossas ações. E, o mais importante sobre o conhecimento prático do cotidiano é que ele não é homogêneo e sim

- a) Incoerente: os interesses do indivíduo, que determinam a relevância dada por ele a certos aspectos do mundo, não estão organizados em um sistema coerente. No máximo podem estar divididos entre planos de lazer, vida ou trabalho, mas a hierarquia de relevâncias varia com o tempo e com as mudanças na personalidade do indivíduo, alterando não apenas a seleção de objetos conhecidos, mas também o grau de conhecimento que se pretende ter sobre eles.
- b) Apenas parcialmente claro: Schutz considera que na vida cotidiana é uma exceção quando os indivíduos se interessam por uma visão mais profunda e menos pragmática das relações entre as coisas do mundo e os princípios gerais que os regulam, satisfazendo-se com o cumprimento de funções do dia-a-dia.
- c) Não está livre de contradições: as incoerências não se originam de falhas lógicas. “Como pai, cidadão, empregado e membro de uma igreja, um homem pode ter as mais diferentes e incongruentes opiniões sobre temas morais, políticos ou econômicos” (p. 76).

Desse modo, a contribuição de Schutz para as pesquisas em ciências sociais é grande, pois conceitos como o de mundo da vida podem ser acionados ao serem empreendidas análises sobre como são as relações intersubjetivas, de que forma é possível que seres humanos se comuniquem ou não, como o entendimento mútuo é possível na vida em sociedade. Principalmente, se levarmos em conta que a experiência no mundo cotidiano não está livre de contradições e possui incoerências e inconsistências. O autor questiona-se:

Como posso, na minha posição de homem, entre outros homens, ou como cientista social, encontrar um meio de abordar tudo isso, se não recorrer a um estoque de experiências já interpretadas, acumuladas e sedimentadas em minha própria vida consciente? E, que segurança podem ter os métodos de interpretação do inter-relacionamento se não se baseiam numa descrição cuidadosa de suposições subjacentes e suas implicações? (SCHUTZ, 1979, p. 56)

Conclui que não há como fazer isso recorrendo exclusivamente aos métodos das ciências sociais e que essas questões exigem análise filosófica, sendo a Fenomenologia a que possibilitaria tal caminho. Uma proposição semelhante é feita por Ingold (2015) décadas depois: a união de perspectivas fenomenológicas e ecológicas em um único paradigma na tarefa de explicar o modo como os seres humanos habitam o mundo.

O autor oferece uma base teórica para nosso estudo, não necessariamente sobre o conceito de mundo da vida, como fez Schutz (1979), mas no estabelecimento de algumas características da relação entre seres e o mundo. Em primeiro lugar, quando falamos deste mundo, não nos referimos a um cenário, um invólucro, um palco, ou qualquer outro termo que aluda à fixidez e estabilidade. Trata-se de um mundo vivo, em movimento. Esta é uma herança da *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty para as observações de Ingold:

Não é possível, sugeri Merleau-Ponty, ser senciente em um mundo *insenciente*, ou seja, em um mundo que virou as costas para seus habitantes, expondo apenas suas superfícies externas, rígidas ao escrutínio perceptual (INGOLD, 2015, p. 38)

O ser humano senciente é dotado de uma abertura ao mundo que, com seu corpo, ao mesmo tempo percebe e produz *o* mundo, traçando “os caminhos do devir do mundo no curso mesmo da contribuição para a sua contínua renovação” (p. 38).

Tanto Schutz quanto Ingold destacam o *movimento* como um aspecto característico do que estamos discutindo, mas Ingold leva o movimento a outro patamar ao propor que “o caminho, e não o lugar, é a condição primordial do ser, ou melhor, do tornar-se” (p. 38). A caminhada é o modo fundamental pelo qual os seres habitam a Terra, afirma. Preto, o interlocutor evangélico, também fala em movimento ao se referir às atividades de quem vive nas ilhas, como a pesca de peixes e de camarão e a caça.

Em suma, a etnografia sensorial sobre o mundo da vida cotidiana em São Joaquim é uma descrição de um mundo que é inconsistente, apenas parcialmente claro, contraditório, instável e, ao mesmo tempo, um mundo que as pessoas modificam, constroem, sobre o qual caminham e que está vivo.

2.3 “*Campefino, campesinato, pessoa que vive dentro do território, que vive, tem sua identidade, tem sua relação com a natureza*”: breve discussão sobre a categoria social

*Uso a palavra para compor meus silêncios.
Não gosto das palavras
fatigadas de informar.
Dou mais respeito
às que vivem de barriga no chão
tipo água pedra sapo (...)*

Manoel de Barros- O apanhador de desperdícios

Preto afirma que “tudo é nome dado” no que diz respeito às nomeações de pessoas como ele. Manuel, o interlocutor, está convicto de que “tudo é teoria” quando o assunto são possíveis

nomes para dar aos moradores de São Joaquim. Seu xará, o poeta Manoel de Barros, crê que “melhor que nomear é aludir” porque nunca gostou das palavras “fatigadas de informar”. As palavras fatigadas de informar “não vivem na barriga do chão/ tipo água pedra sapo” porque moram num lugar artificial, a léguas de distância do mundo da vida.

Ocorre que é justamente em sua artificialidade que as palavras fatigadas de informar podem facilitar a vida de quem tenta compreender, classificar, traçar comparações e propor políticas públicas que assegurem a proteção de certos grupos humanos que não têm “*um nome específico pronto*”, para usar as palavras do interlocutor. Elas têm o poder de aludir. Vejamos o caso da fatigada palavra *campesinato*.

Primeiro, uma distinção que Lima (1999) realiza sobre grupos e categorias sociais. Para a autora, enquanto os grupos são agregações humanas reais, constituídos por relações pessoais estreitas, as categorias são abstrações, projeções artificiais que organizam as diferenças sociais por meio de critérios biológicos, sociais ou culturais. Não são, portanto, agregações humanas homogêneas ou formadas por indivíduos que necessariamente compartilham de uma identidade.

O campesinato pode ser compreendido como uma categoria analítica e histórica bastante ampla, que abriga uma notável diversidade de atividades poliprodutivas:

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (MARÍN et al., 2009, p. 11)

Em comum, pode-se dizer que estes muitos grupos sociais compartilham em seus estabelecimentos a alocação e recrutamento da mão-de-obra familiar, sendo a capacidade produtiva e reprodutiva oferecida pela família uma especificidade em relação a outras formas de trabalho, como os trabalhadores urbanos, por exemplo. Outra questão importante sobre a categoria é que ela é, também, política e muitas vezes invisibilizada propositalmente por uma perspectiva discursiva unidimensional e essencializada (p.12), que oculta a participação de movimentos sociais camponeses e suas lutas por garantias de direitos, retratando a pessoas do campo de forma caricatural e desvinculada de seu aspecto profundamente político.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária (MARÍN et al, 2009, p. 13)

Complementarmente, Queiroz (1973) discute que para a categoria *camponês* existe uma orientação histórica, cuja definição tem lugar a partir da gênese camponesa e outra socioantropológica, que os relaciona com o contexto socioeconômico e antropológico. Nesta obra, a autora faz uma análise de como o meio rural brasileiro havia sido descrito até então, enumerando os principais autores e modos de pensar, entre os quais destaca Euclides da Cunha (1936) e sua obra que retrata o isolamento das populações do interior do país em contraste com as do litoral; Gilberto Freyre (1933, 1936) com o clássico *Casa Grande e Senzala*; Caio Prado Jr (1963), que para a autora talvez tenha sido o primeiro pensador a incluir na paisagem social do rural brasileiro a camada social que não poderia ter sido incluída nem entre fazendeiros nem entre sem-terras e, também, Antônio Cândido (1971), com o clássico estudo sobre os parceiros do Rio Bonito, demonstrando que a tese do isolamento dos *caipiras* é ilusória, a partir das descrições de suas relações familiares e comunitárias.

Especificamente sobre a região amazônica, Hébette et al. (2002) fazem referência a um *campesinato amazônico original*, acreditando que o conceito talvez seja o que melhor identifica as microssociedades rurais que vivem na maior parte do território:

Aquelas pequenas sociedades que remontam aos idos da colônia e que, escravizadas, exploradas, isoladas, marginalizadas, resistiram, até hoje, aos massacres e sempre se renovaram ao ritmo dos chamados ciclos econômicos e civilizadores. (HÉBETTE et al., 2002, p. 34-35)

Alegando a necessidade de compreender as múltiplas situações de vida dos diversos pequenos produtores, salientam que suas trajetórias são variadas e que, apesar destas diferenciações, partilham como um eixo comum a construção de espaços públicos de resistência, organização coletiva e projetos comuns.

Para os autores, a sociedade rural amazônica é profundamente distinta das sociedades rurais de outras regiões do Brasil. Estão entre os grupos sociais que compõem o campesinato amazônico os trabalhadores rurais, posseiros, garimpeiros, peões, pescadores tradicionais, povos da floresta, quebradoras de babaçu, varzeiros, entre muitos outros.

Além destes aspectos que englobam os modos produtivos e as questões políticas atreladas a estes, Marín et al. (2009) também expõem uma dimensão ambiental que está

intrínseca a estes modos. “Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento “de uma outra agricultura” ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E, na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção” (p. 16), pontuam. É como explica o interlocutor: “*Degrada menos, procura aproveitar o mesmo espaço pra plantar, não devasta beira de rio nem de igarapé. Se ele fizer isso pode perder a água*”. A existência camponesa tem sido exaltada como um dos muitos pilares na luta por um modelo de desenvolvimento menos predatório.

2.4 “Uma renda familiar”: Trajetórias tecnológicas camponesas

É a partir deste viés da relação com a natureza que gostaria de enfatizar alguns debates promovidos nos estudos de Costa (2012) e Costa e Fernandes (2016). Para o autor, cujos estudos estão no campo da economia, o campesinato não separa as esferas produtivas e reprodutivas da vida, tomando decisões a partir de uma lógica que visa a reprodução, isto é, a continuidade e permanência de seus modos de vida e não a maximização dos lucros.

Na obra *A brief economic history of the Amazon* (2019), os camponeses são compreendidos a partir das ideias de Chayanov (1923) como aqueles que, tendo acesso à terra e aos seus recursos, resolvem suas questões de consumo e continuidade do ciclo de vida familiar por meio da produção rural, de uma forma que não existe diferença entre o universo daqueles que decidem a alocação do trabalho daqueles que usufruem do resultado da alocação, isto é, não há como distinguir o trabalho dos outros aspectos do mundo da vida cotidiana. Destaca-se, também, que o campesinato existe dentro de territórios, ou seja, espaços dotados de historicidade, politicamente definidos, onde há regras de uso e acesso à terra, aparatos tangíveis e intangíveis que organizam a vida social. Devido às variações e peculiaridades de cada território, as formas de existências camponesas se diferenciam de acordo com os países e regiões e estão em constantes transformações, o que contraria a crença de que sociedades camponesas são formas de viver e produzir atrasadas, estanques ou primitivas.

Uma abordagem semelhante é explorada por Harris (2006), ao discutir o campesinato amazônico buscando superar a dualidade tradicional versus moderno, afirmando que “são modernos em sua constante renovação do passado” (p. 81), uma estratégia paradoxal que, segundo o autor, garantiu à categoria o sucesso reprodutivo e adaptativo às condições econômicas e políticas amazônicas. Flexibilidade e resiliência são características que considera essenciais ao se falar de camponeses que vivem às margens dos rios, sendo frutos da reinvenção

de tradições herdadas de portugueses no início da modernidade, missionários europeus e tupis ameríndias.

Também considero outros aspectos, como o parentesco (que é menos sobre a força dos laços familiares e mais sobre uma rede de potencialidades de acesso aos recursos materiais e ao apoio moral) ou um tipo de xamanismo (objeto de apropriação catolicismo local ao invés de formas indígenas de cura), para darmos dois exemplos muito breves (HARRIS, 2006, p. 82)

Ao olhar para estas características, Harris procura resguardar a cada conjuntura histórica suas formas discursivas, superando os dualismos tradição e modernidade, interno e externo, global e local. A associação de sua percepção sobre o modo ambivalente de ser no tempo dos camponeses amazônicos com a discussão de Costa pode ser frutífera, na medida em que ambos oferecem prismas de diversidade e superação de dualidades para tratar da questão camponesa na Amazônia.

Para Costa, dentro do contexto amazônico, o camponês conforma um tipo de racionalidade, que não é a única no mosaico que configura o universo rural amazônico, já que existe também uma racionalidade patronal. De base agropecuária, este modo patronal compreende a natureza a partir de uma lógica industrialista, na qual o seu valor é condicionado pela possibilidade de controlar seus ciclos a fim de maximizar os lucros, como aponta Taketa (2019):

O valor do capital natural nesse contexto só existe na medida em que a natureza é morta, controlável e generalizada, transformada em matéria-prima pelo emprego do trabalho também genérico [abstrato, que não pressupõe habilidades insubstituíveis], em uma busca constante de trivialização das atividades agrícolas, ainda que tal objetivo seja historicamente tensionado [quando não frustrado] pelas complexas condições ecossistêmicas e biológicas [edafoclimáticas] de uma região como a Amazônia (TAKETA, 2019, p. 38).

Manuel, o interlocutor, também compartilha de uma postura crítica quanto aos modos patronais de viver e produzir no campo. Ele faz uma comparação semelhante à dos autores aqui citados, ao descrever, em um primeiro nível, o que seria a realidade camponesa: “*vamos supor que eu sou um produtor rural, mas eu tenho, vamos dizer aí, uns 7 filhos capazes de trabalhar ali. Eu não posso dizer que esses meus filhos são desempregados, né, porque eles trabalham na minha empresa, da minha renda, então a renda é nossa, é da família. Se eu for querer um empréstimo do banco lá pra plantar lá, plantar mais, custear minha propriedade e tal, dizer que eu não vou pegar outros funcionários, digamos assim, contratar mão- de- obra pra manter. Quem vão ser meus empregados, assim, entre aspas, são os meus filhos, as minhas filhas que*

vão tá trabalhando”. Aqui o interlocutor aciona um elemento-chave, o aspecto familiar desta economia.

Ao mesmo tempo, também reconhece que há diferenças agudas quanto ao paradigma industrial e capitalista no campo, ao observar que “*essas empresas aí não produzem alimento (...) quem produz o que tá na mesa mesmo do brasileiro é a agricultura familiar*”, exemplificando aqui uma diferença produtiva. E também reconhece que há maior facilidade de acesso a financiamentos aos agentes patronais, chamando atenção para as assimetrias de posturas institucionais quanto às categorias sociais: “*Enquanto que quem mais emprega, menos tem acesso aos financiamentos, porque é uma burocracia danada pra você pegar os financiamento pra agricultura familiar...*”, afirmação que complementa a interpretação de Taketa:

Tal paradigma conta também com significativos aportes de recursos governamentais sob a forma de crédito e incentivos financeiros, de acúmulo de repertórios de pesquisa e assistência técnica, assim como centralidade em programas/projetos, entre outras formas de aportes institucionais públicos, destinados, especialmente, a partir do modelo de desenvolvimentismo característico do regime militar para a Amazônia (TAKETA, 2019, p. 38)

Estas descrições nos auxiliam a compreender que tais racionalidades são, além de diversas simbólica e materialmente, muito dinâmicas. Por esta razão, produzem estruturas em movimento, configurando as trajetórias tecnológicas. Segundo Costa (2012), “uma trajetória tecnológica, nesta perspectiva, é um padrão usual de atividades que resolvem, com base em princípios estabelecidos por um paradigma tecnológico, os problemas produtivos e reprodutivos” (p. 528) que orientam os processos de tomadas de decisão destas categorias sociais. Dito de outro modo, em uma entrevista:

“É um conceito que adaptei do economista italiano Giovanni Dosi para entender a economia da Amazônia. São diferentes convergências de sistemas produtivos, tanto camponeses quanto patronais, que levam a padrões de pecuária, de agricultura e de sistemas agroflorestais e a formas mais amigáveis ou mais hostis de usar a terra. Os padrões produtivos têm uma dimensão institucional relevante, na qual se destacam formas de apropriação da terra, de acesso a conhecimento e a crédito. A maneira como se trabalham essas noções permite ver o conjunto das coisas. A tendência da economia tradicional é ver as coisas como se os agentes econômicos fossem únicos e todas as pessoas e estruturas fossem guiadas pelos mesmos princípios. As famílias camponesas tomam suas decisões a partir de necessidades de seus integrantes, enquanto o empresário rural e o latifundiário se orientam exclusivamente pelo mercado. São diferenças fundamentais, que repercutem na economia e por isso têm de ser consideradas. Se há uma contribuição que pretendo dar para a minha área, é demonstrar que é

possível analisar uma economia considerando essa diversidade, que chamo de diversidade estrutural profunda” (COSTA, 2019).⁴

A compreensão da diversidade estrutural profunda que compõe a produção rural amazônica é um dos assuntos principais da obra de Costa. O autor critica uma postura tecnocrática, que permeia ambientes institucionais (políticos, científicos, ONGs internacionais, entre outros) e produzem narrativas binárias e excludentes sobre o mundo rural amazônico, polarizando o que seriam agentes racionais e irracionais:

Para essa visão tecnocrática, que a um só tempo homogeneiza e cinde o mundo, os números que relatam a dinâmica rural na Amazônia são medidas ou da força de processos a serem necessariamente contidos, posto que resultados de irracionalidades; ou do poder de processos a serem liberados em toda sua potência, posto que grafados pela racionalidade inerente e única dos sujeitos e, por isso, igualmente submetidos ao julgamento dos mecanismos infalíveis dos mercados-juizes últimos da equanimidade formal que promete a modernidade. (Costa, 2012, p. 436)

Este esforço de oposição às polarizações e às narrativas dualistas, segundo Taketa (2019) se reflete no modo como o autor aborda questões como as formas distintas de percepção e uso da natureza, da terra, dos repertórios técnicos, do modo de organizar o trabalho e a vida social, da produção e compartilhamento de conhecimentos, das soluções encontradas para se adaptar e inovar diante das crises do mercado e as condições sociais, históricas e territoriais nas quais as dinâmicas se dão. Levando tudo isso em conta, em um sistema de análise e classificação baseado em dados provenientes dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995 e 2006, tem executado ao longo dos últimos anos a proposta de discutir a diversidade do rural amazônico e estabeleceu que existem pelo menos três trajetórias camponesas (T1, T2 e T3) e quatro patronais (T4, T5, T6 e T7). A respeito das camponesas, Costa e Fernandes (2016) afirmam que:

Essas trajetórias, e suas variantes, do mesmo modo que suas concorrentes agropecuárias, dispõem de bases de conhecimento e institucionalidade próprias, predominantemente tácitas e consuetudinárias, profundamente incorporadas na cultura da Região. Tais acervos se constituem de protocolos de acesso (normas) e de uso (técnicas) da natureza originária, no quadro de processos produtivos em que biomas e ecossistemas se reproduzem como capacidade operante (capital natural), co-determinando o resultado do trabalho. (Costa e Fernandes, 2016, p. 529)

Resumidamente, a T1 converge para a **agropecuária intensiva**, a T2 para o **agroextrativismo** e a T3 para a **pecuária**. Entre as patronais, a T4 converge para a **pecuária de corte**, a T5 para as **culturas permanentes**, a T6 para a **silvicultura** e a T7, que foi acrescentada na análise após o censo de 2006, para o **cultivo de grãos**, principalmente a soja.

⁴ Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/14/francisco-de-assis-costa-as-multiplas-faces-da-amazonia/> Acesso 19 ago 2019.

O modo de lidar com a natureza é um dos principais fatores que diferenciam estas trajetórias, pois a produção camponesa, em geral, opera em níveis pouco predatórios do ponto de vista de indicadores ambientais, ao contrário do paradigma patronal, orientado “por conjuntos de soluções selecionadas pela eficiência demonstrada no controle da natureza para que corresponda às necessidades industriais e capitalistas” (p. 529), no qual a natureza é um obstáculo à consolidação de suas atividades.

Para Taketa (2019), a interpretação da dinâmica agrária amazônica por meio das trajetórias tecnológicas auxilia na compreensão do plano macro contemporâneo de dois projetos de desenvolvimento rural profundamente distintos e concorrentes (o patronal e o camponês), “assim como num plano mais próximo da realidade, a significativa diversidade de agentes e de situações presentes no universo agrário amazônico” (p. 40). A autora enfatiza o caráter dinâmico da categoria trajetórias tecnológicas, encarando-as como representações discursivas construídas de forma intersubjetiva, relacional, passível de contradições e de transformações na e pela história amazônica. Isto é, da mesma forma que campesinato, as trajetórias aparecem aqui como uma categoria de análise que não faz parte do mundo da vida cotidiana do local de estudo, mas que possibilita interpretações sobre este mundo em plano micro e macro que dificilmente seriam alcançadas sem acioná-las.

Entre as camponesas, uma trajetória central para este estudo é a T2, de orientação agroextrativista, cuja relação com a natureza pressupõe “a manutenção dos princípios sistêmicos da natureza originária” (p. 529). Ou, nas palavras de Manuel: “*os saberes são múltiplos e diversificados e existe muito conhecimento dentro do território camponês, desde quando você vai apanhar açaí, a saber a maré que o peixe vai tá lá pra você pegar esse peixe, e... todos os ribeirinhos sabem a hora, a lua, a maré, então são conhecimentos, né*”.

Como também discute Taketa (2019), as práticas camponesas de orientação agroextrativista têm lógicas de produção e reprodução que “fogem ao repertório explicativo ajustado estritamente ao sistema de produção capitalista” (p. 41) e indicam em algum nível a preservação da natureza originária, presentes sob formas contemporâneas nas mesorregiões do Norte, Sul e Sudoeste do Amazonas, além do Médio Amazonas e também na região do rio Tocantins (nordeste do Pará) e na região das Ilhas do Pará, onde a intensa vida colonial culminou em formas “caboclas” de um campesinato agroextrativista.

De acordo com dados de pesquisa divulgados por Costa e Fernandes (2016), é possível observar que em 1995, o tamanho médio de um estabelecimento rural agroextrativista (T2) era

de 23 hectares, enquanto em 2006, 44ha. É uma diferença significativa quando comparada as trajetórias patronais: em 1995, os tamanhos médios eram de 1.196 ha para as que convergem para a pecuária de corte (T4) e 473 ha para as culturas permanentes (T5). Em 2006, por outro lado, a T4 possuía um tamanho médio de 1251 hectares, a T5 1850 ha, a T6 de 2247 e a T7 (monocultura de grãos) 2.337 ha. Cabe aqui o excerto de uma observação sobre o dinamismo inerente às trajetórias feito por Taketa (2019) a respeito a T7, que aparece em 2006 e não em 1995:

A formação de uma nova trajetória demonstra, conforme discutimos anteriormente, como esse é um processo dinâmico, o qual, ao invés de determinar e fixar condições para a sua compreensão e análise, ajuda a detectar mudanças e a capacidade de adaptação dos grupos em resposta a diferentes contextos e disposições. (TAKETA, 2019, p. 43-44).

Ainda sobre os índices que apontam a diversidade estrutural profunda no mundo da vida rural amazônico, observa-se que a grande concentração de terras nas trajetórias patronais ganha dimensões preocupantes quando levamos em conta outros fatores, como a porcentagem de pessoal ocupado nesses estabelecimentos. Em 1996, T4, T5 e T6 ocupavam 11%, 2% e 0,2% dos trabalhadores, enquanto em 2006 foram responsáveis por empregar 7%, 1% e 3%, respectivamente. A monocultura de grãos, por sua vez, ocupa 1% do total de trabalhadores no campo.

Do ponto de vista ambiental, os dados de Costa e Fernandes indicam que as três trajetórias patronais foram responsáveis por 72% das terras degradadas em 1995 e 42,4% em 2006. A densidade de CO2 dividida pelo valor bruto da produção evidencia índices muito mais altos entre as patronais, por exemplo, enquanto esta razão na T4 era de 1,36 em 1995, o da T2 era 0,08 no mesmo período. Em 2006, para as mesmas trajetórias, os valores eram respectivamente 0,77 e 0,04.

Especificamente sobre Mocajuba, nosso local de estudo, o que Nogueira (2015) constatou foi que T1 e a T2 representam 54% do número de estabelecimentos rurais. A participação relativa na economia rural é de 59% da T2 e 41% da T1, isto é, este campesinato que não trata a natureza como um obstáculo à consolidação dos modos de vida, também apresenta índices econômicos que corroboram com a ideia de que suas atividades produtivas têm sido virtuosas.

No entanto, para a autora, estas formas produtivas, por se desenvolverem “nas franjas do crescimento econômico capitalista” (p. 27) sofrem de uma invisibilidade social, que pode ser explicada em parte pela falta de conhecimento das instituições políticas a respeito de seus

modos de vida, história, os papéis sociais e as diversidades de soluções encontradas para a garantia da eficiência reprodutiva. No estudo, demonstra-se que as relações territoriais nesta região extrapolam os limites físicos propostos pelas institucionalizações presentes e que as pessoas vivem no lugar de modos complexos, que não podem ser captados e devidamente descritos sob óticas como a da propriedade. A autora expõe que estes territórios estão sempre mudando, “continuamente em movimento a partir dos seus processos de produção. Bem ao contrário da visão vigente de que se trata de territórios anacrônicos/arcaicos no processo de modernização da região amazônica”. (p. 53).

De modo semelhante, Taketa (2019) aprofunda a análise sobre invisibilização e discute que a consolidação de um discurso científico orientado por lógicas racistas e os modos violentos como o capitalismo se consolidou na região foram responsáveis por reforçar ao longo do tempo a subalternização e o apagamento dos conhecimentos e modos de viver e construir mundos das sociedades camponesas na Amazônia, especialmente dos agroextrativistas.

O nosso pressuposto fundamental é, assim, o de que toda uma economia, próspera e dinâmica, não poderia ser invisibilizada por tantos séculos sem que a sociedade que a sustenta o fosse primeiro. Entendemos, dessa forma, que o processo de invisibilização, favorável ao rebaixamento no plano político dessa economia extrativista e seu respectivo sistema de produção, não seria possível, talvez nem fizesse sentido ao longo dos séculos, sem que as pessoas que protagonizam as suas atividades fossem relegadas a um plano social, e mesmo simbólico, hierarquicamente inferiorizado em relação às camadas de cidadania plenas, “branqueadamente” reconhecidas e valorizadas na ordem social vigente (TAKETA, 2019, p. 20).

Compreender que o conhecimento científico é, também, um dos responsáveis pela subalternização camponesa exige que nossos pressupostos, escolhas teórico-metodológicas, postura em campo e produção de conhecimento sigam um imperativo ético de rompimento com a linha abissal (SANTOS, 2009) que relega a estas sociedades um lugar de subalternização. Neste sentido, a aproximação ao mundo da vida com suas inconsistências e contradições é um movimento que tenta colocar isto em prática.

A proposta de Costa (2012) é que, a partir da observação do conjunto das trajetórias, seus atributos, pesos e ritmos, considerando fatores como o desmatamento, a diversidade produtiva e os processos de manejo, construção e reconstrução empreendidos pelas pessoas que as constituem, é preciso fortalecer as trajetórias camponesas, elevando em todas elas a produtividade do trabalho, se estivermos propondo um modelo de desenvolvimento com esperanças de sustentabilidade.

Se colocamos em prática um exercício de tentar olhar para estes números procurando enxergar o que os explica e os justifica, o que encontraremos são pessoas e suas vidas cotidianas. Dados como o valor bruto da produção, a taxa média de emissão de CO₂, o percentual de emprego gerado, entre outros, são demonstrações numéricas de como vidas humanas e não humanas estão emaranhadas em um mundo onde seres não apenas o ocupam, mas o habitam, transformam e dão continuidade à vida, afinal de contas:

Segue-se que a vida social humana não é dividida em um plano separado do resto da natureza, mas faz parte do que está acontecendo em todo o mundo orgânico. É o processo no qual seres vivos de todos os tipos, naquilo que fazem, constituem as condições de existência uns dos outros, tanto para si próprios quanto para as gerações subseqüentes. (INGOLD, 2015, p. 32).

A ação do camponês agroextrativista sobre o ambiente na dimensão de reprodução social demonstra que a vida humana não seria possível tal qual se constitui sem todas as formas de vida não humanas, pois este entrelaçamento está no cerne da relação entre seres e o mundo, como afirma Ingold (2015). Nos próximos capítulos, tentaremos expor a materialidade destes dados e discussões teóricas por meio de processos de observação e participação em atividades do dia-a-dia dos camponeses de São Joaquim.

3- ASPECTOS DO COTIDIANO DE SÃO JOAQUIM

Compreendemos que trajetória camponesa agroextrativista (T2) difere de outras trajetórias tecnológicas patronais em vários níveis. O principal, a partir da leitura das obras de Costa e dos diálogos com Manuel, são as relações que esta categoria social estabelece com a natureza, a qual Taketa (2019) caracterizou como uma relação homem-natureza-cultura com dimensão ativa, recíproca e de co-produção (p. 158). Neste e no capítulo seguinte, vislumbro aprofundar uma interpretação sobre estas relações por meio do prisma corpo, ambiente e aprendizagem, a fim de responder à questão: como esta relação pode explicar a virtuosidade socioambiental do campesinato agroextrativista?

Entretanto, a conexão existente entre corpo, ambiente e aprendizagem não me pareceu tão óbvia durante as primeiras incursões ao mundo da vida cotidiana em São Joaquim. Talvez eu só tenha percebido que uma etnografia também se faz com o corpo quando ele falhou comigo.

Durante a primeira viagem feita em 2018, em uma visita a dois moradores da localidade vizinha Santo Antônio do Vizeu, encostamos a rabeta na frente da casa onde faria uma entrevista, uma típica construção de madeira de ambientes de várzea, a qual temos acesso por meio de uma escada fincada na terra alagada pelo rio.

Eu não sabia que a pior estratégia para desembarcar e entrar na casa seria lentamente segurar com as duas mãos nos degraus à frente e posicionar uma perna na escada e outra no barco. Havia deduzido que usar as mãos como apoio traria um pouco mais de estabilidade, mas descobri que deixar a perna no barco e demorar nesta posição, na verdade, empurra o veículo para longe do local onde fora encostado. E de que forma descobri? Com a perna na superfície instável sendo esticada conforme o barco se afastava, não tive forças para fazer alguma coisa para mudar de posição e caí na água com todos os pertences que uma jovem pesquisadora carrega para fazer seu trabalho.

Esta história se espalhou entre as pessoas que mantive contato em São Joaquim, foi um momento sublime para os habitantes da localidade, que caçoaram de mim repetidas vezes por causa da queda. Encontrei consolo nas palavras de Geertz (2008) em sua famosa etnografia sobre as brigas de galo balinesas: “Em Bali, ser caçado é ser aceito”. Uma breve digressão: acompanhado da esposa durante a pesquisa de campo, o casal de antropólogos era constantemente ignorado pela comunidade onde estavam instalados, vistos com desconfiança e

frieza. Até que uma briga de galo interrompida por policiais armados obrigou todo o público a fugir e se esconder, atitude que o casal também tomou instintivamente, como fez a multidão. Após terem demonstrado este senso de identificação com o problema que as pessoas da ilha viveram com os policiais, houve um ponto de virada em suas relações com a comunidade, pois essa fuga foi como uma demonstração de que apesar de serem diferentes eles também agiram como os balineses em um momento de dificuldade, foram solidários. E uma das comprovações de que haviam sido aceitos a partir desse momento de fuga era o fato de serem caçados pelas pessoas, que passaram a recontar o episódio, imitando o modo como correram e rindo do casal.

Neste caso, a queda foi um *turning point* não só nas relações com as pessoas, mas também para estabelecer a investigação centrada nas relações entre corpo, ambiente e aprendizagem porque, percebendo meu desequilíbrio e falta de estratégia para executar uma atividade do mundo da vida cotidiana deste lugar ficou evidente que boa parte das outras práticas deste cotidiano envolvem técnicas corporais próprias dos habitantes do ambiente de várzea. Dito de outro modo, provavelmente caí porque não possuía o mesmo repertório de técnicas do corpo que as pessoas com quem realizo a pesquisa: equilíbrio, percepção dos movimentos do rio, saber onde apoiar as mãos, entre outras.

Contrastes como este, segundo Sautchuk e Sautchuk (2014) têm um importante valor etnográfico para pesquisas cuja premissa é o engajamento nas práticas cotidianas, pois errar “marca e qualifica uma diferença, assumindo por isto mesmo um papel heurístico de primeira ordem” (p. 577). A cada nova prática, novas distinções são reveladas, sendo um recurso para aproximar-se por meio da comparação e comparar-se por meio da aproximação.

Os autores argumentam que ser afetado em campo vai além do sentimento de afeto (o que também ocorre em muitos casos, não sendo uma exceção aqui), mas afetar-se é uma forma de acessar conhecimentos que um observador distante não acessaria. Esta postura de abertura é, também, uma estratégia de pesquisa que permite não se restringir apenas ao que é visto ou comunicado verbalmente, o que dialoga com o método da etnografia sensorial, descrito na introdução do trabalho.

Portanto, para começar este processo de escavação de sentidos sobre o cotidiano, neste capítulo, busco relatar algumas experiências vividas durante a pesquisa de campo para que se construa um pano de fundo sólido sobre o qual se constituem os processos corporais e histórica, geográfica e economicamente situados. Nesse processo, acabamos esbarrando na profunda

influência da vida religiosa na organização das rotinas e no reforço de vínculos de parentesco e amizade.

3.1 Movimentos, associações, auto-organização

Há dois caminhos de águas que levam à localidade São Joaquim para quem sai de Mocajuba. Um deles é por meio dos furos⁵ e igarapés que se conectam ao rio Tocantins, um trajeto possível apenas quando a água cresce e permite a navegação das rabetas. Mal se sente o sol na pele, dada a densidade da mata que cerca os estreitos furos. O barulho do motor faz um eco nas árvores e se junta aos sons das mais diversas espécies de pássaros, insetos e outros bichos que aos poucos estou aprendendo a identificar. São vinte minutos muito bonitos de percurso.

O crescimento das águas, como contam os moradores, se dá em horários diferentes a cada dia. “Hoje a maré tava seca de manhã e começou a encher meio-dia. Amanhã vai encher lá pra 12:30, 13h. Na semana que vem vai encher de manhã e secar a tarde”, me explica Luzinete, a quem todos chamam de Lelé, uma das interlocutoras e co-produtoras desse trabalho. Saber deste movimento é postura imprescindível para ter o mínimo de planejamento para a locomoção à cidade, deslocamento diário feito para os que estudam, vendem produtos na feira, vão pagar contas ou comprar mantimentos.

A dinâmica de crescimento das águas determina não apenas a locomoção, como também influencia na escolha dos lugares que os habitantes escolhem para viver. Augusto Sepêda, o Preto, me explica que a distribuição de casas no território.

- *As pessoas vão morar geralmente onde tem mais água, né?*- indago

- *É... constantemente pra parte que o... rio fica mais fundo, as pessoas vivem lá.*

- *Por que?*

- *Por conta da maré, né, porque a maré seca... olha, quando seca pra lá pra dentro, não passa nada. Pra cá pra baixo não, o pessoal vem pra cá morar, já fica na parte funda já pela viagem dele.*

Nos horários em que a seca impede a navegação pelos furos, é preciso navegar por um caminho que contorna a costa de Santana pelo rio Tocantins, chamado de rio grande pelos habitantes, e adentrando no rio Jacarecaia, o que leva o dobro do tempo e dá acesso à localidade por outro ponto de entrada e saída. Nesta “boca”, como dizem os moradores, foi instalada uma

⁵ No contexto amazônico, os furos são pequenos cursos d’água navegáveis que comunicam/interligam rios.

placa com os dizeres “Área vigiada. Proibido caça e pesca. 24H. Identifique-se”. Creio ser um bom ponto de partida para ilustrar como, para o campesinato agroextrativista (T2), a auto-organização é uma característica basilar desta categoria social.

A placa foi uma das providências tomadas pelos habitantes que organizaram em 2018 e 2019 o *Movimento em favor da preservação ambiental da comunidade São Joaquim*. A proibição da pesca e caça para fins comerciais ocorreu entre os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019, como forma de garantir que os peixes pudessem engordar no período de inverno, aperfeiçoando a lei de defeso⁶. “Cada noite ia quatro, cinco homens vigiar o rio. Ficavam três em cada boca de entrada na localidade, revezando as equipes em cada dia”, descreve Lelé.

A iniciativa surge a partir de reuniões entre os moradores “porque tava vindo muita gente de fora malhar aqui e daqui também”, ocasionando uma diminuição nas espécies. Malhar é o termo utilizado para descrever a pesca com malhadeiras, isto é, redes. Entre os acordos registrados em um regimento, ficou liberado para os moradores a pesca de peixes para consumo das famílias e a instalação de 20 armadilhas (matapis) por família para a captura de camarão. Para fins de comparação, os que trabalham com a pesca de camarão possuem cerca de 70 armadilhas. “Era a pessoa que mora aqui que tinha que ter a consciência de não ir”, comenta Lelé sobre o processo de autofiscalização.

Ao fim do período de proibição, os moradores liberaram a pesca com malhadeiras a partir dos tamanhos 6 e 7, que capturam peixes maiores, para permitir o crescimento de peixes menores. Além disso, “também foi suspenso a pesca com flecha porque morreu um menino de 15 anos. Foi matar peixe com flecha, mas sofreu acidente, a flecha foi no olho. Ele foi com a flecha no olho até Belém”. Sobre a técnica proibida, Lelé descreve que “eles mergulham, quando enxergam o peixe no fundo, dão com a flecha no peixe”.

Este não foi o primeiro movimento autoorganizado em São Joaquim. Um assunto sobre o qual os moradores costumam contar orgulhosamente é sobre o processo de construção da Escola Municipal Raimunda Leão, durante o ano de 2011. Um barco contratado pela prefeitura de Mocajuba busca e deixa em casa todos os dias as crianças e adolescentes que estudam a partir do 5º ano do ensino fundamental. Ocorre que, por causa da variação natural do nível da

⁶ A Lei de Defeso, nº 10799, de 2003 e alterada pela lei nº 13.134 de 2015 é, segundo o Portal do Ministério da Agricultura, uma garantia aos pescadores profissionais artesanais do seguro- defeso, visto que o período do defeso pressupõe a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies.

água e suas consequências para a navegação, o dia começa muito cedo, com o barco passando às 5h da manhã em São Joaquim. Para as crianças menores, esta rotina era impraticável, o que mobilizou os pais a reivindicarem na Câmara Municipal e na Prefeitura a construção de uma escola mais próxima.

Sem o apoio do poder municipal diante das reivindicações, narram terem decidido que eles mesmos a construiriam ao lado do barracão da igreja, com recursos arrecadados nas festividades do santo padroeiro e com a organização e solidariedade da própria comunidade. O nome é uma homenagem à primeira professora da localidade, que ensinava as crianças em sua casa. Atualmente, cerca de 50 crianças, tanto de lá quanto de localidades vizinhas, frequentam a escola, que vai da educação infantil ao 4º ano do ensino fundamental. A equipe é composta pela professora Eliane, as estagiárias e estudantes de Pedagogia Lara e Adriane e a merendeira Lelé.

As atividades relacionadas à Igreja de São Joaquim são importantes reforços dos laços de parentesco, compadrio e amizade que conformam a vida social na localidade. Exemplos como as mobilizações autoorganizadas citadas só são possíveis com a manutenção de um contexto religioso que extrapola as questões espirituais e dá lugar a discussões que afetam o mundo da vida cotidiana e material na localidade, ou talvez, que não separa espiritualidade e materialidade. A Comunidade Cristã, vinculada à Prelazia de Cametá, segue uma orientação teológica em conformidade com a Teologia da Libertação, que historicamente é aliada às lutas camponesas brasileiras.

Uma ilustração do impacto das atividades da igreja na vida cotidiana é que o termo *comunidade* faz parte do campo semântico das pessoas do local como um sinônimo de comunidade cristã, sendo atribuído apenas a festas e programações das igrejas católicas tanto do local quanto das localidades vizinhas, na Ilha da Conceição e nos territórios quilombolas. Soube disso quando indaguei sobre uma festa noturna que ocorreria em uma casa de shows, queria saber se as pessoas de São Joaquim iriam e perguntei “a comunidade vai?” e Micilene me respondeu “Lá não é comunidade. Comunidade é aqui [apontando para a igreja], lá é festa”.

Todas as reuniões de elaboração do *Movimento em favor da preservação ambiental* ocorreram no barracão da igreja, um espaço que também é utilizado para festas, prática de esportes das crianças da escola, ensaios de apresentações de dança e lugar para passar o tempo. O terreno onde hoje é o barracão, a igreja e a escola também foram uma doação, do casal Maria Benedita e Luís dos Santos, há cerca de 20 anos.

Embora o catolicismo seja a principal orientação religiosa, há também uma igreja da Assembleia de Deus Ministério Madureira, da qual fazem parte algumas famílias camponesas de São Joaquim. É a igreja frequentada por Preto, que também participou do Movimento e conta sobre o período de paralisação temporária da pesca:

-Eu parei sim pra proteger os peixes. Nós fizemos um acordo, porque vem pela lei. Nós conversamos sim, teve conversa. Tem um que compreende e outro que não. O certo nosso mesmo é parar [de pescar] pra ver se aumentava mais [o número de peixes] mas o povo não entende, a ganância que acaba com tudo. Tinha uma quantia que era pra pegar pra comer.

Sobre ser evangélico e participar das reuniões no barracão da comunidade católica para chegar ao acordo proposto pelo movimento, afirma que “eu vou porque pra mim não tem diferença, a gente tem que chegar num acordo”.

Quando conduzi a entrevista com Manuel, descrita no capítulo anterior, reservei uma parte do nosso tempo para conversar sobre o papel da igreja católica nas vidas cotidianas dos camponeses. Abaixo reproduzo a segunda parte desse diálogo:

- Esse debate, essas conversas... fazem parte do cotidiano nas comunidades? Isso é algo que tá na conversa de vocês e na forma como vocês... praticam e acreditam no Evangelho, por exemplo... existe essa conexão?

Aqui eu fazia referência às discussões sobre campesinato.

- Sim, existe, existe sim. Existe muito. A gente aqui procura muito trabalhar nessa perspectiva da Libertação mesmo, de emancipar a pessoa, de dizer que ela é capaz de produzir seu alimento, produzir sua história, transformar sua realidade pra melhor. Dentro da perspectiva da igreja mesmo, da igreja da... teologia da libertação né, porque tem algumas vertentes que não trabalham muito isso, não. Essa questão do conflito também é muito natural existir né, a gente tem trabalhado muito. Agora, essa concepção também vem muito por meio do sindicato, né.

- Qual é o sindicato que tem aqui?

- Aqui é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a sede é em Mocajuba aí, que atende também todo esse território aqui do município de Mocajuba.

- Existe... a Lelé me falou também de uma outra, Associação Colônia, é isso?

- Tem... a Colônia dos Pescadores.

- Então são coisas diferentes, tem o sindicato dos trabalhadores...

- Sindicato dos Trabalhadores, Colônia dos Pescadores e tem as Associações, que a gente chama... que são várias né, tem objetivos diferentes. As associações, praticamente cada comunidade tem uma

- *Qual é o nome dessa que tem aqui?*

- *Essa daqui... olha, essa que é mais ampla é Associação dos Assentados Ilha da Conceição. Essa que é tipo guarda-chuva né, aí depois vem... outras menores... aqui já teve uma que o objetivo era trabalhar a educação, voltada pra escolarização mesmo... associação, com CNPJ tudo, aí depois surgiu o movimento, esse que nós... tava te falando aí da preservação.*

- *Entendi. Tem nome esse movimento?*

- *Tem, não me lembro agora... é... Movimento em favor da preservação ambiental da comunidade São Joaquim. Aí nós construímos regimento, tem um regimento interno, umas lezinhas né, umas cláusulas pra guiar o trabalho. [Pausa]. E tem a comunidade cristã, eu particularmente considero como movimento, movimento social né, porque é onde tudo começa.*

- *E qual é o vínculo que se tem com o Incra aqui? É um projeto agroextrativista?*

- *É um projeto de assentamento. Aí, deixa eu ver como é que você pode entender... Houve um tempo... houve uma questão de financiamento do Incra pra...pra dar suporte pras famílias, do ponto de vista da... de fomento, que eles falam aqui, de fomento, então eles deram alguns benefícios aqui, tipo materiais domésticos, geladeira, fogão, caixa d'água, freezer, bomba da água, motor, rabeta, cesta básica também. Foi mais nesse sentido.*

- *Em que época foi isso?*

- *Em 2014? 2014, foi. 2013 pra 2014.*

(...)

- *Aí, sim, mas associação, ela tem respaldo, ela é legalizada, ela recebe os benefícios como esse e também serve de... de via de acesso pra alguns programas sociais. Tipo, por exemplo agora, tem a questão do extrativismo, as pessoas, elas tem a DAP, que é um documento que dá a acessibilidade com o Incra, com o governo federal também e aí eles extraem o leite da seringueira, da borracha. Aí existe uma cooperativa que vem comprar a produção, via essa associação, paga um percentual e o governo dá uma outra contrapartida no final da produção. Aí quem faz o pagamento, essa intermediação é a associação, ela tem essa habilitação pra fazer isso.*

Interessante notar como, quase automaticamente, a fala do interlocutor sobre o papel da igreja no incentivo aos modos de viver, produzir alimentos, ter autonomia leva à fala sobre os sindicatos e associações, demonstrando um vínculo muito profundo entre as atividades relacionadas à comunidade cristã e as outras esferas da vida social campesina.

3.2- Festividades e juventude camponesa: delineando características da vida social

Harris (2006) observa que, na Amazônia, o catolicismo popular possui uma presença forte em todas as disposições, o que dificulta separar a vida “religiosa” das outras áreas da vida social. O autor ressalta, também, que esse elo só pode ser compreendido ao se distinguir a religião católica como instituição e como experiência e conhecimento. Esta afirmação é

possível de ser exemplificada no contexto de São Joaquim de diversas formas, mas elenco aqui pelo menos duas: as festividades dos santos e as atividades da Pastoral da Juventude.

O calendário de celebrações dos santos padroeiros das comunidades cristãs de todas as localidades adjacentes é uma forma de organização e planejamento do tempo entre adultos e jovens da comunidade. A festividade de São Joaquim, que tradicionalmente ocorre durante o mês de agosto, é um evento que norteia e mobiliza os esforços dos membros da comunidade.

O dia de encerramento da festividade é marcado por um grande bingo, cujas premiações em dinheiro variam entre 300 e 1000 reais. É o momento que reúne mais pessoas em toda a programação, onde é possível encontrar gente de diversas comunidades vizinhas. O principal objetivo da festividade é arrecadar recursos para que a igreja continue executando suas atividades, sendo assim, é realizado um grande leilão em que as famílias doam os mais diversos itens para serem revendidos em público, durante a festa: patos, galinhas, pequenos eletrodomésticos, objetos de decoração, panelas, cosméticos, entre outros. No entanto, o que há de mais valioso no leilão é o bolo da paróquia, o qual costuma ser arrematado pelas famílias com maior poder aquisitivo. O valor do lance do bolo e a família que o arrematou costumam ser os assuntos mais comentados após o encerramento da programação. O desejo de ajudar a paróquia se mistura a uma disputa por ganho de prestígio entre os vizinhos, parentes e amigos.

Embora essas festividades sejam excelentes fontes de análises sobre os modos de viver nas localidades do baixo Tocantins, elas não são a centralidade do trabalho, mas ajudam a compreender um pouco melhor a questão da não separação entre as esferas produtivas e reprodutivas das vidas camponesas amazônicas. Isso porque as relações sociais ali estabelecidas por meio das pregações, exortações, conversas, dança, música, paquera, conversas fiadas e fofocas, reforçam e renovam os modos de viver dos camponeses. São nessas ocasiões que parentes se reencontram, casais se formam, posições de prestígio são disputadas.

Ao mesmo tempo, ter participado destas festividades mostrou que, olhando um pouco mais atentamente para o que as pessoas à frente das celebrações pregam, convivem e concorrem discursos de caráter progressista e conservador. Manuel é, sem dúvida, uma voz politicamente progressista. No entanto, em uma mesma missa é possível ouvir falas sobre a necessidade de fortalecer a identidade camponesa como um modo de viver e produzir que não destrói o meio ambiente, ao passo que em outro momento outros pregadores discursam sobre tomar cuidado com os valores que as novelas propagam para destruir a família tradicional. Há, também, um certo ar de disputa e desconfiança quanto aos vizinhos e parentes evangélicos, além de uma

propagação de medo de castigos divinos caso certas regras e bons costumes não sejam preservados. Aponto aqui estas contradições e inconsistências justamente para reforçar que elas são características inerentes a qualquer universo de práticas e vivências que nos propomos interpretar.

Embora todos os interlocutores que mencionei até então sejam adultos, “a maioria que tá na frente da comunidade é a juventude”, me explica Lelé, enquanto dedica uma parte livre do seu dia para lavar roupas usadas nas apresentações de dança das meninas nas celebrações. Aos poucos, aproximei-me do grupo de adolescentes envolvido na Pastoral da Juventude da Comunidade São Joaquim. É um mês oportuno para observar como a vida religiosa costura relações entre os jovens e adolescente camponeses de São Joaquim: junho, época das festas juninas.

Em 2019, a juventude decidiu montar um grupo de quadrilha junina com 24 pessoas para participar de apresentações em outras comunidades nas várzeas e também em Mocajuba, junto a grupos já tradicionais nas festas juninas da cidade. Uma figura importante para a Pastoral é Adriano Souza, uma jovem liderança de 17 anos, que narrou um pouco sobre o processo:

“Mês junino a gente sempre ficava tipo de braços cruzados, sem fazer nada. Aí no mês da quadrilha a gente via os grupos juninos dançando, aí a gente sentia aquela vontade. Só que como... pra gente chegar e dançar no mês junino a gente tem que se preparar meses antes, atrás. Então a gente... toda vez a gente só tentava mas não conseguia. Então, quando foi nesse ano a gente estava, assim, numa roda de amigos eu, a minha irmã e a Laila. Aí a gente pensou: bora fazer a quadrilha? Porque todo ano a gente sente a vontade, mas não consegue, né, devido a falta de tempo pra pegar a coreografia de uma hora pra outra, aí a gente não consegue (...) Então, a primeira coisa que a gente pensou foi fazer um ofício pedindo apoio financeiro porque a gente tem muito pouco recursos, tem muitas pessoas que têm a vontade de dançar mas não tem o dinheiro, assim, a parte financeira pra bancar a roupa e tudo mais. Então o que a gente providenciou logo de começo naquela mesma hora que a gente pensou em fazer a quadrilha foi o ofício solicitando o apoio financeiro de algumas pessoas, porque nós enquanto Pastoral da Juventude, a gente é bem visto pelo povo, pela sociedade por que? Porque quando a gente vai pedir apoio financeiro a gente tem compromisso de trabalhar com aquele dinheiro e mostrar para a pessoa que patrocinou a gente que a gente tá usufruindo do dinheiro, que a gente tá... que a gente mostra o que a gente faz com o dinheiro...”, relata.

O modo como conseguem recursos para realizar coletivamente suas atividades é por meio do apelo à comunidade, cujos vínculos que a caracterizam são, em sua maioria, de ordem familiar: muitos são irmãos, primos, cunhados e estudam na mesma escola em Mocajuba. Faz parte do mundo da vida cotidiana o companheirismo, as confidências, fofocas, galhofa e a permanente construção de uma comunidade.

Em uma tarde, as amigas Luziele, Andreia e Nicole estavam me pondo a par da dinâmica de sua amizade. Segundo elas, não existe um lugar para onde uma vá que a outra não está. Contam que quase sempre estão de mal com os meninos, “reinando” (provocando) uns com os outros. Os adolescentes passam muitos momentos livres do dia nas casas uns dos outros ou no barracão da comunidade.

Conviver em festas juninas com os adolescentes da comunidade foi capaz de mostrar que a moralidade católica tem limitações, sobretudo no que diz respeito aos desejos sexuais. É no contexto das atividades da paróquia que os jovens estreitam vínculos de parentesco ou amizade, paquera, namoro e dão início à vida sexual.

Era comum observar nas travessias de barco para as comunidades vizinhas ou Mocajuba que naqueles intervalos entre as atividades da pastoral eles trocavam carícias, beijos, ficavam de mal e se reconciliavam em uma típica velocidade adolescente difícil de acompanhar e registrar, algo parecido com a própria Quadrilha de Drummond: “João amava Teresa que amava Raimundo/ que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili/ que não amava ninguém”... A religiosidade não parece imputar muita culpa em relação aos próprios desejos. A sexualidade é um componente importante do mundo da vida não só para os adolescentes e jovens e sempre aparece em tom de piada nas falas dos adultos em vários momentos do dia.

Digo isto para evocar justamente a complexidade inerente às relações e evitar o dualismo sagrado/profano, pois o que se observa no mundo da vida cotidiana é que as camadas de restrições, limites, regras, liberdades, diversão, autodescoberta se superpõem e são tensionadas e negociadas o tempo todo. Na rotina agitada e dinâmica da Pastoral da Juventude parece prevalecer, a despeito do profundo dinamismo que configura os afetos entre jovens, um sentimento de fazer parte de um grupo, nas palavras de Adriano:

“Demorou um pouco pra gente pegar a coreografia mesmo, porque a gente ensaiou durante quatro meses pra gente poder apresentar no mês de junho, no caso, aí a gente está hoje se apresentando, então é uma conquista para todos, eu acho, porque a gente tem que prestar atenção que se a gente ficar no nosso... se a gente ficar confortável com as coisas, ficar

relaxado e deixar o bonde passar, nunca a gente vai conseguir nada, assim. Eu tirei... isso foi uma... como é que se diz... uma prova de que tudo o que a gente quer, luta por algo, a gente consegue, ainda mais um grupo. Sempre eu falava pra eles: a gente é um grupo, a gente não tá lutando só pela gente, a gente luta por um objetivo só.”

A razão pela qual nos atentamos para os aspectos da vida cotidiana citados acima tem a ver com uma característica campesina que Taketa (2019) observa como “uma certa autonomia na construção do mundo (...) sempre com fortes vínculos quanto às suas construções sócio-históricas” (p. 31). De fato, o traço comum nos processos de construir a escola, fiscalizar as práticas de pesca, ensaiar coreografias da festa junina é a autonomia. Essa esfera da vida social não está distante das atividades produtivas e as técnicas que as definem.

Considero que estes acontecimentos, embora não sejam diretamente o objeto da pesquisa, fornecem elementos para a compreensão de qual ambiente e quais corpos estão envolvidos no processo de aprendizagem e execução das técnicas próprias do campesinato agroextrativista. Estas técnicas são compreendidas aqui como “uma forma de relação dos humanos com algo que, em alguma medida, difere deles mesmos- objetos, animais, ambientes ou o próprio corpo considerado como uma dimensão híbrida” (Sautchuk, 2007, p.11). Entender que as técnicas campesinas são, portanto, mediações, implica em olhar para as relações sociais.

Autores como Bechelany (2017), que analisou a caça de animais entre indígenas Panará, afirmam que não há como isolar as técnicas e transformações de todo o universo da vida social, pois “expressam sua imbricação com aquilo que chamamos de dimensão social da vida. De fato, não há uma dimensão autonomizada do social em oposição a uma dimensão técnica e das relações materiais” (p. 289), afirma.

Em São Joaquim, o que caracteriza as relações sociais são os vínculos familiares e afetivos, a vida religiosa como elemento organizador das rotinas, um senso de coletividade e a autonomia. Por empreendermos uma busca pela intercessão entre corpo, ambiente e processos de aprendizagem técnica, levantar estes traços nos ajuda a delinear os modos pelos quais isso se conecta.

Por isso, faz-se necessário também recuperar outros elementos econômicos e sociais que conformam a região na qual estes processos se estabelecem, a fim de situar o campesinato de São Joaquim historicamente.

3.3- Breves considerações sobre a formação econômico-social do baixo Tocantins

A região do baixo Tocantins paraense é composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Com exceção de Tailândia, cuja totalidade do território está localizada em terra firme, todos os municípios compartilham o fato de que suas dinâmicas socioeconômicas estão atreladas aos fluxos dos rios.

As margens do rio Tocantins, segundo Bastos et al. (2010), foram umas das primeiras regiões a passar pelo processo de ocupação na Amazônia, sendo Cametá a segunda cidade mais antiga do Pará, colonizada em 1633. Dessa forma, a região é bastante antropizada e possui diversidades internas no que diz respeito aos modos de desenvolvimento: há uma ocupação mais tradicional, ribeirinha, baseada na pesca, agricultura familiar e extrativismo vegetal e outra que os autores chamam de *imigrantes*, englobando as atividades agropecuárias e madeireiras, estreitamente relacionadas à construção de rodovias como a PA- 150 (construída nos anos 70), que conecta Moju ao sudeste do Pará e a PA-151, mais recente, “fomentando a integração rio-estrada” (p. 5).

Tais processos se materializam, hoje, em padrões de desenvolvimento diversificados. Barcarena abriga um distrito industrial e é responsável por mais de 50% do produto interno bruto da região, o que não significa que o PIB seja bem distribuído no município. Por outro lado, o *boom* da economia do açaí nas áreas de várzeas da região têm sido crescente desde os anos 1990, “tanto no segmento “extrativo” quanto aquele da produção cultivada, a “lavoura permanente”, segundo a classificação usual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)”, como analisa Silva (2017).

Quanto aos padrões de uso e ocupação do solo, Bastos et al. (2010), com base nos dados do censo de 2009 do IBGE, apontam a pecuária como área dominante, correspondendo a 70% da área ocupada. As culturas permanentes corresponderiam a 15% deste total, sendo representada pelo cultivo de dendê, coco, cacau e pimenta do reino. Os outros 15% seriam ocupados pelas culturas temporárias, sendo a mandioca o produto mais expressivo.

O cacau é um fruto particularmente importante na compreensão das dinâmicas socioeconômicas do baixo Tocantins, pois seu cultivo foi muito expressivo durante o período colonial. Segundo Ângelo-Menezes (1999), as instituições coloniais e as forças da economia mercantil geraram uma reconfiguração do sistema agrário da região.

Enquanto no Brasil a produção era voltada para a cana-de-açúcar, pecuária e mineração, no Estado do Grão-Pará e Maranhão fomentou-se a produção do espaço apoiado no mercantilismo das drogas do sertão, como cacau, canela,

salsaparrilha, cravo, anil, baunilha, copaíba, breu, andiroba e casca preciosa (...). Os sistemas agroextrativistas tinham o cacau como principal componente dos produtos da floresta (ÂNGELO-MENEZES, 1999, p. 239)

Acrescentando, Bastos et al. (2010) analisam que, além do cacau, posteriormente a cana-de-açúcar também passa a ter um cultivo expressivo nestas áreas, organizadas em um sistema de *plantation*. Para os autores, as principais questões que envolvem a formação socioeconômica do vale têm a ver com:

as formas de ocupação das terras e permanência de sistemas de uso comum; à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários e, por último as dinâmicas de conflito e reivindicações territoriais de grupos sociais. (BASTOS et al, 2010, p. 7)

Entre estes temas, salientamos o modo como a presença indígena e os povos de origens africanas estabeleceram modos de produzir e ocupar a terra que se transformaram e ao mesmo se perpetuaram com o tempo, sendo ressignificados até os dias atuais. Ângelo-Menezes (1999) delimita algumas diferenças entre os modos de produzir e viver dos povos indígenas que habitavam a região antes e durante o período colonial, expondo que o sistema agrário antes da chegada dos colonizadores era regido pelo extrativismo vegetal, no qual eram extraídas frutas como cupuaçu, bacuri, açaí, abacaxi, banana da terra, além da caça e da pesca e o plantio de mandioca. “O equilíbrio ambiental era o reflexo de uma organização social materializada em práticas agrícolas, orientadas para o trabalho coletivo” (p. 241), o que foi substancialmente alterado com a chegada das missões jesuítas, que implantaram técnicas como o uso de machados de ferros e o sistema da coivara (consiste na queimada sobre o mato cortado, não seco, que impede o alastramento do fogo).

A autora classifica pelo menos dois momentos históricos importantes, a fase já citada das missões dos jesuítas e o Diretório. O projeto missionário tinha como base de dominação a religião e a formação de unidades autônomas e lucrativas, as aldeias. “Para assentar as bases dessas unidades, os missionários absorveram e reformularam vários elementos da cultura indígena, principalmente aqueles que tornariam eficiente esse sistema social” (p. 244).

O período do Diretório, da segunda metade do século XVIII, de acordo com Castro e Campos (2015) é marcado por uma redefinição das estratégias econômicas e políticas da colônia, na qual a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, toma

medidas como: “a redefinição da organização produtiva, a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos, notadamente dos jesuítas (...) a intensificação da navegação e do tráfico de escravos (...)” (p. 23). O balanço de Ângelo-Menezes sobre o período no vale do Tocantins é que o modelo proposto seguia a organização em aldeias, mas a produção de alimentos e a intensificação do extrativismo enfrentaram limites com a mudança do tipo de dominação exercida sobre os povos indígenas, o que retraiu a economia e atrofiou a produção.

A paisagem foi modificada e, no Vale do Tocantins, a implantação do sítio seguiu um modelo bastante freqüente, delineando os contornos dos estabelecimentos rurais estabelecidos pelos colonos, destacando-se os cultivos do café, ao lado do cacau e do anil, primeiros representantes dos sistemas agroextrativos do novo sistema agrário do vale do Tocantins (ÂNGELO-MENEZES, 1999, p. 244)

Aos povos indígenas submetidos tanto ao sistema de aldeamento e catequização das missões religiosas quanto ao Diretório, soma-se outro componente importante à formação histórica do vale do Tocantins: os povos negros escravizados. Bastos et al. (2010) informam que no século XVIII, apenas na cidade de Cametá, haviam 1382 pessoas negras escravizadas, número que chega a triplicar no século XIX: em 1848, viviam em Cametá 4030 escravizados, número maior que o de Belém, 3244. A força de trabalho destas pessoas esteve concentrada nos plantios de cacau e nos engenhos de cana-de-açúcar, cujos produtos (aguardente, açúcar, rapadura) circulavam no mercado interno.

As fugas e resistências aos processos de dominação culminam na formação de muitos quilombos na região. “Escravidão e resistência, trabalho forçado e mocambo, formam binômios de um campo de luta tenso e sangrento, antíteses reatualizadas pelas experiências prolongadas de grupos negros e indígenas que cunharam a historiografia regional”. (Bastos et. al, p. 10).

É dentro deste contexto histórico que Mocajuba se insere. Localizada a 4 horas de distância (cerca de 185km) de Belém, sua formação socioeconômica possui semelhanças e particularidades em relação às outras localidades próximas. De acordo com Pereira (2008), a história oficial que se conta sobre Mocajuba é a origem no povoado de Maxi, elevado à categoria de freguesia em 1853, à margem direita do Tocantins, em um lugar denominado Tauaré. Em 1854, a sede desta freguesia foi transferida para o sítio Mocajuba, doado pelo comerciante local João Machado da Silva.

A história conhecida de Mocajuba reafirma o mito da origem (que definiria uma identidade ao lugar) e representa uma interpretação determinada por fatos ou acontecimentos políticos e econômicos cronologicamente encadeados,

realçando o papel decisivo de certos atores históricos, “de um punhado de bravos heróis”, que geralmente elaboram a narrativa histórica (PEREIRA, 2008, p. 77).

O autor identifica pelo menos três grupos sociais que fazem parte da formação do município: as comunidades ribeirinhas caboclas, localizadas nas várzeas entre Mocajuba e Cametá, heterogêneas e com a presença de religiosos e comerciantes; os remanescentes de negros escravizados, que formaram mocambos e quilombos nas áreas de terra firme em locais de acesso mais difícil, sendo o atual bairro do Arraial um destes lugares com grande presença de comunidades negras e os povos indígenas, de etnias não especificadas, mas cuja influência cultural é notável até mesmo no nome da cidade, de origem indígena.

Durante a primeira década do século XX, as áreas mais densamente ocupadas são as que se aproximam do rio, período em que também se consolida uma oligarquia local articulada à capital, além dos pequenos e médios comerciantes e os religiosos católicos. A partir da década de 1970, as dinâmicas mudaram, com três fenômenos importantes: a construção da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí no médio Tocantins, a construção da rodovia PA-151 e a introdução do cultivo de pimenta-do-reino. De acordo com Pereira:

A pimenta-do-reino possibilitou mesmo uma significativa concentração de capital por uma pequena parcela da população local e rendimentos até então inimagináveis ao município, que antes de promover a ampliação e qualificação dos serviços e infra-estruturas de ordem pública, atendendo ao crescimento e diversificação da demanda do município, preferia usar serviços da capital do estado pelas possibilidades facilitadas que tinham de locomoção até Belém (PEREIRA, 2008, p. 82)

Ainda que interligada a outros municípios pela rodovia e com a navegação alterada após a barragem, Mocajuba tem no Tocantins um elemento indispensável para o imaginário social, a ordenação do espaço, o desenvolvimento das atividades produtivas: “a partir do rio é que a cidade cresce, recuando a mata, serpenteando a margem, pulando os igarapés e retornando ao rio por suas ruas e pontes”. (Pereira, p. 83).

Atualmente, o município tem uma população estimada de 30.736 habitantes, cuja religião predominante é o catolicismo e a santa padroeira é Nossa Senhora da Conceição, além de uma comunidade evangélica expressiva. A taxa de escolarização é de 96,5% na faixa etária de 6 a 14 anos, a de mortalidade infantil de 17,4 para 1000 nascidos, e a de esgotamento sanitário adequado de apenas 30, 3% (IBGE,2019). Cerca de 31,8% (Nogueira, 2015) da população mocajubense vive na área rural, um espaço predominantemente camponês.

3.4- Outros fragmentos da vida cotidiana

Durante o processo de observar e participar das vidas dos interlocutores, recolhi alguns materiais de forma espontânea e menos sistemática. São pequenos objetos, textos e imagens que, de alguma forma, fazem parte do mundo cotidiano de São Joaquim e contam como estas pessoas vivem: cartelas de bingo, anotações sobre o calendário produtivo de uma família, listas de instrumentos utilizados na construção de barcos, desenhos feitos por crianças e adultos, folhas, pedaços de redes de pesca, trechos de conversas. Eu não sabia muito bem o motivo de acumular algumas informações que não diziam respeito à centralidade da pesquisa e também não sabia o que fazer com elas. Tradicionalmente, alguns fragmentos deveriam ficar nos anexos de um trabalho acadêmico, no entanto, sempre enxerguei nestas pequenas coisas um grande valor, justamente porque elas escapavam do meu poder de traduzi-las em um formato exclusivamente textual.

Felizmente, a etnografia sensorial conforme descrita por Pink (2009) fornece amparo metodológico para pensar em fragmentos como estes como partes tão válidas quanto o texto escrito. Existem muitas produções audiovisuais e exposições artísticas como resultados de pesquisas etnográficas, a exemplo dos documentários produzidos pelo Laboratório de Etnografia Sensorial da Universidade de Harvard, além das produções de desenhos como recursos antropológicos do Departamento de Antropologia da Universidade de Aberdeen, na Escócia.

Aqui, escolhemos trabalhar com estes materiais por meio de colagens. Em parceria e coautoria com o amigo antropólogo Israel Araujo, escaneamos e fotografamos alguns objetos e colamos digitalmente em camadas por meio de programa de edição de imagem, resultando nas seis peças a seguir. Seguindo um modo de apresentação exposto no artigo *Weathering: a graphic essay* (Azevedo e Schroer, 2016), apresentamos as imagens de modo sequencial e sem intervenção textual, a fim de conferir a elas o mesmo valor etnográfico do texto.

A primeira imagem possui uma camada inferior que é o resultado da secagem de folhas caídas no chão. Na camada superior, uma pequena lista com expressões que me pareceram características da região, palavras que ouvi conversando com as pessoas. Trata-se de uma lista curta, pois existem mais semelhanças que diferenças em relação ao modo como falamos em Belém. Creio que o sotaque desta região do baixo Tocantins se destaque do da capital pela cadência e ritmo da fala. No caderno de campo, estas palavras foram anotadas como um recurso para auxiliar nos contatos, pois muitas delas eram recorrentes, como *zinho*.

O Inventário de animais foi inspirado no trabalho de etnobiólogos e etnoecólogos, cujas pesquisas estimulam a buscar novas taxonomias baseadas na experiência das pessoas com os não humanos com quem interagem. Esta taxonomia surge a partir de uma conversa com o pescador Pagão. Filho de dona Maria Joana, que me hospedou nas primeiras visitas ao local, o pescador é uma pessoa de poucas palavras, introspectivo e metódico. Em casa, gosta de ouvir rádio e DVD's de música enquanto conserta suas redes de pesca. Passa muitas horas por dia pescando no rio. Porém, uma de nossas poucas interações proporcionou algumas percepções sobre as relações entre humanos e outros animais. A lista é, certamente, um inventário parcial e incompleto, pois foi baseada apenas nas memórias que Pagão conseguira evocar naquele momento específico, no entanto, mais importante que os próprios nomes dos quais lembrou é o sistema que os classifica.

Segundo ele, as qualidades, isto é, os grupos, podem ser divididos entre da água, do céu, do mato e de casa. Nota-se a proximidade pelo ofício com os da água principalmente pelo grande número de espécies de peixes que conseguiu lembrar. Os animais do mato, pelo que percebi, são conhecidos mediante a observação que envolve a caça. Apesar da proibição e de não ser a prática principal de nenhum dos habitantes do local, a caça atualmente é uma atividade encarada como um complemento às atividades produtivas principais. Enquanto estive em São Joaquim, vi apenas dois bichos do mato capturados por pessoas distintas: uma preguiça viva e um camaleão já morto. A preguiça seria vendida e o camaleão seria consumido em um ensopado.

Sobre os animais domésticos, embora não mencionado por Pagão, há uma subdivisão das *qualidades*: os que podem ser consumidos e os que são apenas criados por afeto. A maioria das famílias cria cachorros e gatos. São bichos que circulam à vontade pela casa, quintal, mato e se alimentam das mesmas comidas que os seus humanos. Já os porcos, galinhas e patos são mais presentes nas famílias com melhores condições econômicas e são parte desse subgrupo de seres que podem servir de alimento ou fonte de renda.

Em seguida, as peças 3 e 4 resultam do contato com os irmãos Zé Paulo, Popó e Tigão. Os dois primeiros são os únicos de São Joaquim a exercer exclusivamente o ofício da carpintaria. Tigão, o mais novo, especializou-se na pintura de letras em barcos.

Pude acompanhar Popó durante alguns dias nos quais esteve construindo um barco, ocasiões em que partilhou algumas técnicas envolvidas na carpintaria. É uma atividade que mobiliza o uso de muitos instrumentos de modo preciso e calculista, o que Popó traduz como

um trabalho “da mente”. Em dado momento, o carpinteiro permitiu que eu utilizasse a plainadeira elétrica em alguns pedaços de madeira. Plainar é um importante trabalho de acabamento, o que Zé Paulo considera o diferencial da boa carpintaria. Embora Popó tenha afirmado natureza mental do ofício, percebo que o instrumento é pesado e, como boa parte das técnicas, exige uma dose de coordenação motora. Na carpintaria, medir, calcular e estar atento à simetria e às proporções são sutilezas que requerem também agilidade física e força.

Outra habilidade desenvolvida pelos carpinteiros é a compreensão de que o fluxo de vida da madeira não encerra ao ser arrancada da terra; a matéria-prima precisa secar por um tempo para morrer de fato e, aí sim, ser manuseada e transformada por meio das técnicas em convés, comando, banco, timão e casco. A preparação da madeira leva cerca de um mês. Popó aprendeu o ofício com Zé Paulo, que aprendeu com outros carpinteiros da família e hoje já ensina aos seus filhos. Um barco custa R\$2000 se o cliente der a matéria-prima e R\$4000 se os carpinteiros precisarem compra-la. A colagem é composta por um desenho esquemático feito por Tigão e outro por Fernando, este entregue como presente.

Tigão é habitante de uma das localidades vizinhas, Santo Antônio do Viseu e nomeia seu ofício como *pintor letrista*. É ele quem decora os barcos da região, todos com nomes e detalhes próprios, como observamos na peça. “Abandonei meu estudo pra trabalhar com pintura. Acho muito bonito. Tá dando certo, ganho um dinheirinho”. Nas aulas de Artes na escola aprendeu como misturar cores e separar a sombra da letra. Há 2 anos utiliza uma pistola de tinta para suas criações, como podemos ver na foto, mas começou pintando com pincéis.

O pintor não possui muitos papéis com moldes nem muitos registros das suas pinturas. Afirma que cria na hora e não gosta de desenhar no papel: “acho enjoado”, resume. Para Tigão, uma pintura de barco bonita é, em suas palavras, diferente, não é simples e tem cores diferentes das mais comuns. “Não gosto de barulho pra não desviar o foco, principalmente quando tô rascunhando”. Por um pedido meu, desenhou em meu caderno de campo um rascunha das letras A e D, expostas na porção superior da peça.

A quinta peça é o calendário produtivo da família de Dênis e Lelé e foi feito com base nas informações fornecidas em entrevista. Considero que o calendário é uma representação visual que sintetiza características próprias do campesinato agroextrativista: a diversidade produtiva, a interação com o ambiente e a capacidade de adaptação a cada época. O formato circular traduz a natureza cíclica e sazonal dessas relações produtivas, variando a cada tempo de acordo com suas potencialidades e limitações. Embora trabalhem com todo tipo de atividade,

a família de Dênis é conhecida em São Joaquim pela venda do camarão, processo descrito com mais detalhes no capítulo posterior.

Hospedada em sua casa, pude testemunhar como o aspecto produtivo de suas experiências cotidianas ocupa e organiza o tempo. Em junho, ocupavam-se com a pesca de peixes, camarão e o extrativismo do cacau, variando entre elas no mesmo dia ou alternando entre uma e outra. O dia-a-dia é dinâmico e a família quase não tem momentos ociosos na rotina, mesmo quando estão em casa. Há sempre um objeto a ser consertado, um alimento a ser tratado e preparado após a pesca, uma travessia de rabeta a ser feita. E essas atividades têm nas relações de parentesco a base que permite sua realização. Seja pelo empréstimo de objetos técnicos, pela divisão de trabalho no beneficiamento dos produtos ou na preferência pela companhia, os vínculos entre familiares são sempre presentes no modo de produzir da família.

Por fim, a última peça é uma síntese visual das festividades religiosas descritas nas seções anteriores do capítulo. Além da festividade de São Joaquim, também acompanhei festividades de São João e Santo Antônio, não à toa realizadas no mês de junho. A prática comum a todas as celebrações dos santos é o bingo, razão pela qual acumulei muitas cartelas (e nenhuma vitória); as imagens escaneadas estão dispostas por toda a peça. A metade superior da imagem mostra a decoração do teto do barracão da igreja e, por cima da foto, uma imagem do santo padroeiro adornado com flores e fitas. O banner em destaque do lado direito é uma homenagem dos moradores a Luiz dos Santos e Maria Benedita, por doarem o terreno em que foi construída a igreja e o barracão. Unindo as duas porções, utilizamos uma foto das pessoas na festividade, registro feito enquanto jogavam bingo. Na porção inferior, imagens de Santo Antônio e São João, bem como a oração a São Joaquim.

Expressões Locais

Alumiar: iluminar

Amuntar: juntar as peças, montar

Arriba: em cima

Bater matapi: retirar camarões capturados pelas armadilhas instaladas na água

Comunidade: palavra que não é sinônimo de localidade; usada apenas para se referir à Comunidade Cristã, isto é, às pessoas e atividades da igreja católica.

Gastar: desperdiçar, geralmente usada como recomendação:
"não vai gastar esse açai"

Gito (a), gitinho (a): pequeno (a)

Lançante: maré crescendo rapidamente

Mundé: armadilha de caça

Muquiar: técnica para assar peixes por meio de cortes diagonais nos dois lados do animal

Panema: má sorte; pessoa com má sorte

Ulha: olha

Varja: sinônimo de várzea; toda porção de terra alagada sazonalmente

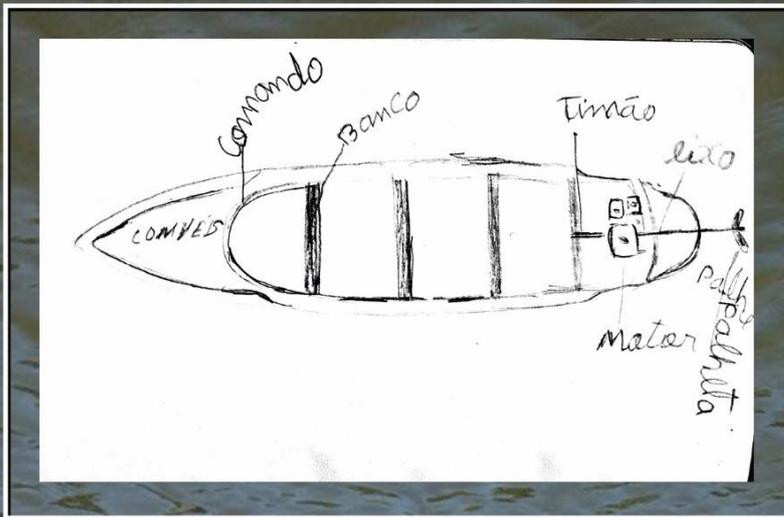
Xiri: órgão genital feminino

Zinho: criança

Inventário de animais da região segundo a memória e as classificações (qualidades) de Pagão, pescador de São Joaquim

Qualidades: da água, do céu, do mato (caça) e de casa.





Desenho do barco

“Não é força,
é jeito.

Aqui não tem muita força,
trabalha mais com a mente.”

Popó, carpinteiro



Ferramentas utilizadas

na carpintaria:

- Plainadeira elétrica
- Plainadeira Manual
- Furadeira
- Régua
- Graminho
- Prego
- Broca
- Esquadro
- Trena
- Motoserra
- Martelo
- Compasso
- Serrote

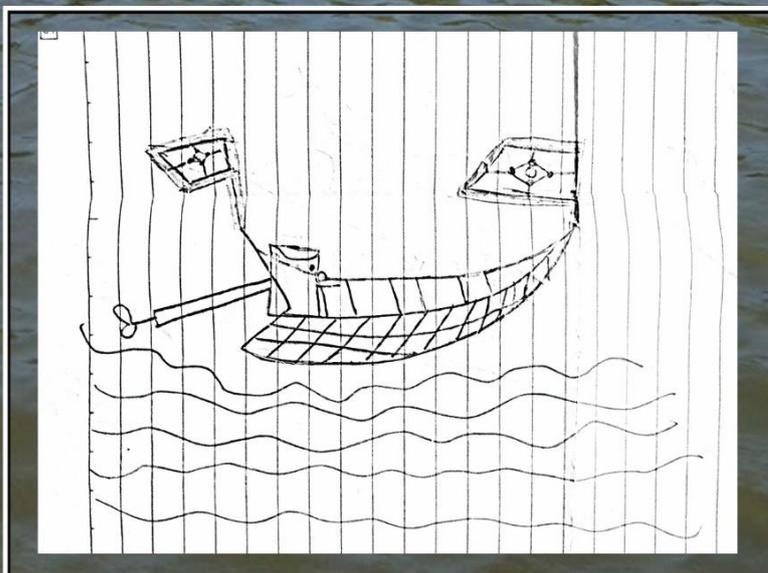


Carpintaria

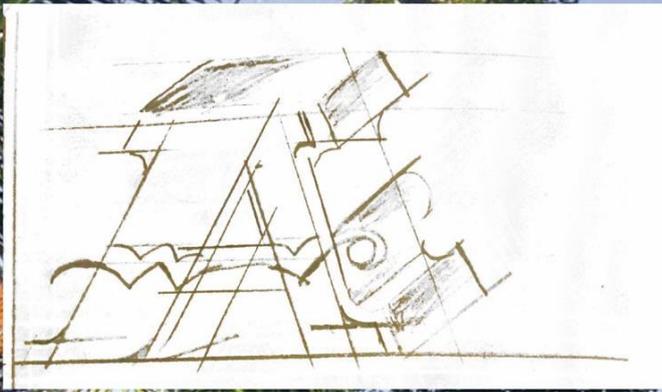


Madeiras usadas nas embarcações:

- Castanheira
- Piquiá
- Maçaranduba
- Andiroba



Barco desenhado por Fernando (8)



**Rascunhos das letras usadas nas embarcações.
Desenhados por Tigão**



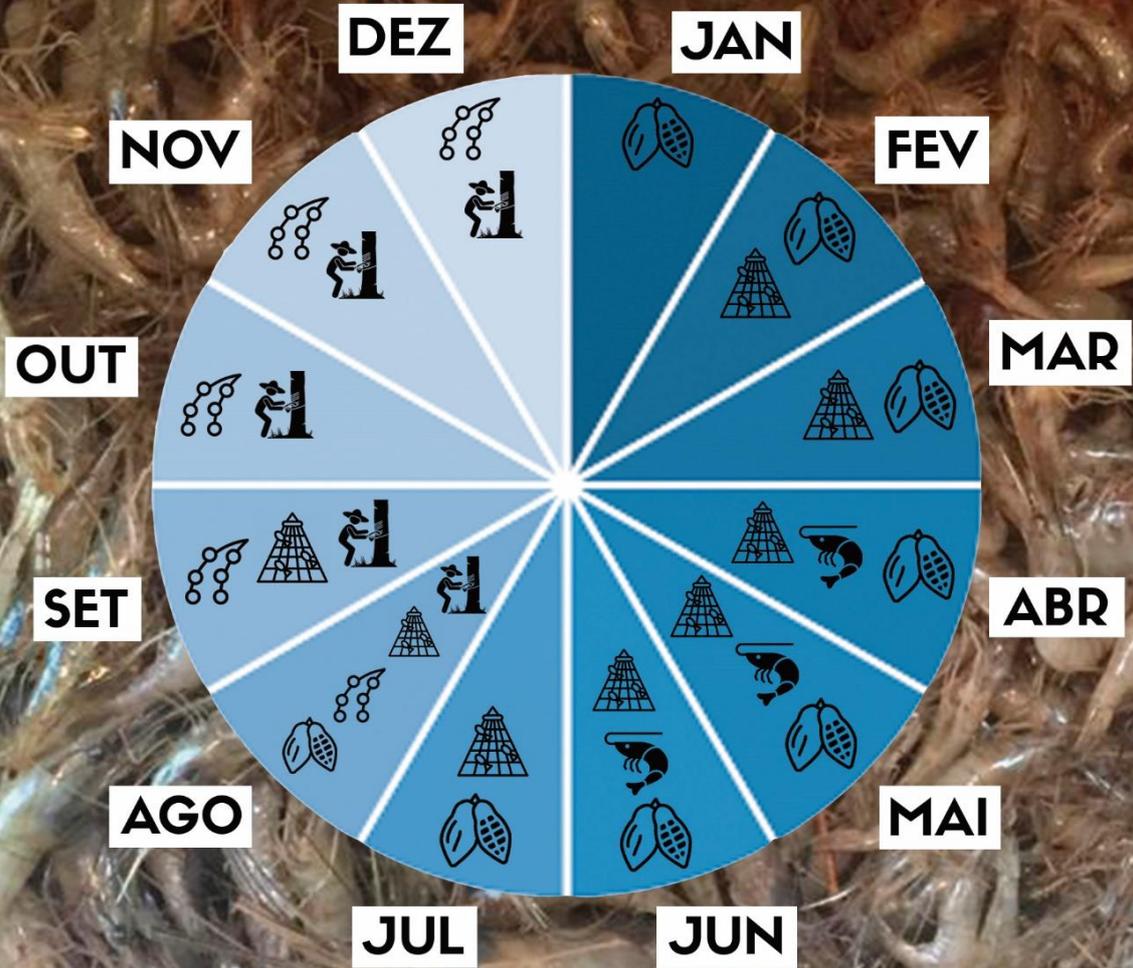
**"Se eu passo uma
semana sem pintar
eu fico esquisito"**

**Cores mais utilizadas:
verde, amarelo, vermelho
e preto**

Nomes de barcos mais comuns:

Deus é Fiel e Fé em Deus.

**Além disso, são muitas
homenagens a filhos e netos,
emblemas de times e
versículos bíblicos**



-  Borracha
-  Açaí
-  Cacau
-  Camarão
-  Pesca

Calendário produtivo da família de Lelé e Denis



Lembranças das festividades dos santos padroeiros



FESTIVIDADE DO GLORIOSO SÃO JOAQUIM

DATA: 16-08-2018
VALOR: R\$ 10,00
LOCAL: CC. SÃO JOAQUIM

000524

B I N G O

04	17	35	51	61
07	20	37	54	64
08	21	38	56	65
09	22	39	58	67
14	23	41	60	73

1ª RODADA - ÀS 12h00
R\$ 200,00
R\$ 200,00
R\$ 300,00

B I N G O

04	17	35	51	61
07	20	37	54	64
08	21	38	56	65
09	22	39	58	67
14	23	41	60	73

2ª RODADA - ÀS 14h00
R\$ 200,00
R\$ 200,00
R\$ 300,00

Diocese de Cametá
Paróquia N. Sra da Conceição
C. C. SÃO JOAQUIM
São Joaquim - Mocajuba - PA

B I N G O

04	17	35	51	61
07	20	37	54	64
08	21	38	56	65
09	22	39	58	67
14	23	41	60	73

3ª RODADA ÀS 16h00
R\$ 400,00
R\$ 400,00
R\$ 400,00

B I N G O

04	17	35	51	61
07	20	37	54	64
08	21	38	56	65
09	22	39	58	67
14	23	41	60	73

Bingão do Glorioso Santo Ant...



ORAÇÃO A SÃO JOAQUIM

Glorioso São Joaquim aguardo a vossa proteção meu zeloso e guardador quando meu corpo abatido e se acaso a consciência perder dos atos meus, fica junto do meu leito e reanima no meu peito confiança, amor e fé, amém.



4- CORPO, AMBIENTE E APRENDIZAGEM: A VIRTUOSIDADE SOCIOAMBIENTAL CAMPONESA

Até aqui verificamos que os modos de vida e produção do campesinato agroextrativista (T2) na Amazônia são dotados de uma virtuosidade socioambiental expressa na comparação e cruzamento de dados como a densidade da emissão de CO₂, a degradação de terras, o tamanho médio dos estabelecimentos e o valor da produção. Também introduzimos que os processos de aprendizagem das técnicas que caracterizam determinados modos de viver, em qualquer sociedade, são situados e têm uma dimensão corpórea, não sendo possível, portanto, analisá-los sem uma compreensão sobre elementos culturais, econômicos e históricos que explicam, organizam e reforçam os laços da vida social e do mundo da vida cotidiana. São Joaquim está situada em um contexto de forte influência do catolicismo e a vida religiosa influencia os habitantes em suas rotinas, suas relações sociais e suas leituras sobre o ambiente em que vivem. Estes elementos não são apenas acessórios se buscamos compreender como vivem, aprendem e executam as técnicas que compõem o mundo da vida cotidiana da T2; pelo contrário, a história, a rotina de trabalho, as relações de parentesco e amizade, o lazer, o descanso e tudo o mais que buscamos evidenciar no capítulo anterior, são fundamentais.

Neste capítulo, partimos para a análise das experiências observadas e vividas em São Joaquim a fim de relacionar a intercessão corpo, ambiente e aprendizagem com a virtuosidade socioambiental da T2. Para isso, foram selecionadas três vivências durante o trabalho de campo: a pesca de camarão com matapi, o processo de extrativismo do cacau e o tratamento dado aos peixes para consumo.

4.1 “*Posso fazer também?*” - Etnografia sensorial em prática

Como discutido na introdução do trabalho, a etnografia sensorial e seus pressupostos autorreflexivos e autoconscientes provoca a pensar em estratégias de aproximação com as práticas do cotidiano, sem protocolos rigorosos e apriorísticos. Ao mesmo tempo, a postura fenomenológica descrita no primeiro capítulo propõe um exercício de afastamento temporário das certezas, acompanhado de tentativas de participar e executar as atividades que os interlocutores praticam.

As três vivências etnográficas descritas posteriormente são resultado da pergunta “posso fazer também?” e nos tópicos seguintes, reúno e sistematizo algumas respostas à pergunta “como você aprendeu?”. As duas questões foram os dispositivos encontrados para saber o que

as pessoas enunciam sobre seus próprios processos de aprendizagem e, ao mesmo tempo, possibilitar um engajamento em suas atividades.

Analisando em retrospecto, é seguro dizer que a indagação sobre como as pessoas aprenderam o que fazem surgiu de forma espontânea durante as conversas com os interlocutores. Como relatado, durante algumas visitas a campo, eu ainda não havia conseguido delimitar em quais aspectos da trajetória tecnológica agroextrativista deveria focar para discuti-la a partir do mundo da vida cotidiana. No entanto, estava no horizonte a necessidade de olhar para as técnicas executadas no dia-a-dia e, nesse processo, saber *como* as pessoas aprenderam era fundamental. Eu as indagava como uma forma de criar um vínculo e de começar a compreender os seus conhecimentos, mas o que me surpreendeu no início foi que a maior parte dos entrevistados falava em aprender *vendo* ou aprender com os familiares. Somando a isso o já mencionado episódio da queda, os sentidos do corpo surgiram como uma categoria de análise com grande potencial para escavar sentidos sobre a T2.

Com o tempo, o vínculo criado com os interlocutores foi se estreitando e a relação de confiança também. Ao mesmo tempo, as leituras sobre etnografia sensorial indicavam a co-construção e a participação como pilares para o processo etnográfico. Na última e mais longa ida à São Joaquim, já tinha em mente que para entender como as pessoas produzem suas vidas, não bastava observá-las, acompanhá-las e entrevistá-las, precisava *fazer também*. Isto é, manusear ferramentas, participar do máximo de atividades possíveis, fazer ao lado, esforçando-me para aprender as técnicas executadas pelos interlocutores. Felizmente, todos a quem pedi permissão para *fazer também* a concederam, o que me levou a (quase nunca com êxito) remar, cozinhar, apanhar frutos, plainar madeira, praticar exercícios físicos, dançar, frequentar celebrações religiosas e festividades de santos, entre outras. É, certamente, uma estratégia metodológica que nos coloca em contato com a vida em suas dimensões inacessíveis apenas pelo discurso, além de ser pessoalmente instigante e desafiador.

No entanto, há duas ressalvas a se fazer sobre a participação como estratégia metodológica. Embora participar e “meter a mão na massa” ofereça um outro ângulo para interpretar o mundo dos interlocutores, é preciso reconhecer que, ainda que engajados em qualquer atividade destes mundos que não são os nossos, estar dentro é uma posição ilusória; na verdade estamos sempre de fora nos esforçando para chegar o mais próximo possível desse lugar de dentro. A segunda ressalva é que interpretar a partir do fazer junto pode ser uma armadilha para tornar a análise uma narrativa autocentrada, algo como tomar o todo (o mundo da vida) pela parte (o eu). É preciso algum nível de vigilância e, ironicamente, autorreflexão

para que as dificuldades e êxitos do *posso fazer também?* não sejam os únicos critérios para construir interpretações. Mesmo com tais limitações, atribuo a estas experiências o aparecimento da aprendizagem prática como outra categoria que, de certa forma, é o terceiro elo que conecta o corpo ao ambiente.

As duas perguntas, embora pareçam simples, proporcionaram um acesso às formas de viver destes camponeses que revelaram como não há como desassociar os corpos e o ambiente dos processos de aprendizagem e que há, de fato, uma dimensão de reciprocidade e emaranhamento entre seres humanos e a natureza, não sem tensionamentos e contradições. Estes três elementos de análise e a literatura que fornece bases para as interpretações só surgiram após a convivência e alguma mutualidade de aberturas: da minha parte, de ter flexibilidade e paciência para que as categorias de análise emergissem conforme a vida dos interlocutores fosse vivida diante do que eu podia observar e participar, da parte deles, enfatizo um abertura ainda mais desafiadora, pois requereu a confiança de mostrar e levar para *fazer junto* uma pessoa que não faz parte de suas rotinas, rede de parentesco ou de trabalho.

Sobre as experiências que descrevo, optamos por apresentar junto com o texto um quadro que resume e esquematiza o processo em categorias como etapas, ações, instrumentos utilizados e técnicas corporais empregadas. Os quadros foram elaborados com base no trabalho de Brussi (2015), que aciona a ferramenta da cadeia operatória para analisar processos de aprendizagem de rendeiras no Ceará. A autora argumenta que estabelecer uma cadeia operatória refere-se a definição e esquematização de etapas, uma forma de tornar visível a sequência do processo técnico por meio de uma descrição. No entanto, em diálogo com Ingold, enfatiza que as etapas de uma cadeia operatória não são rigidamente definidas e também não ocorrem necessariamente em uma ordem tão linear, mas são processuais. Sendo assim, delimitar uma cadeia operatória “trata-se de um exercício de compreensão e sistematização, cujo objetivo é, justamente, apresentar ao leitor suas principais etapas” (p. 49).

Os quadros com as colunas *Etapas, Ações, Instrumentos utilizados e Técnicas corporais* estão em diálogo com esta ferramenta metodológica são, portanto, recursos que resumem e auxiliam na organização e síntese das experiências observadas e vividas no mundo da vida. Por meio deles, pode-se explicitar visualmente como estas categorias estão, durante os processos da vida cotidiana, constantemente em relação. Delimitar a cadeia operatória permite que momentos cruciais da execução de uma técnica sejam percebidos, que tempos e ritmos sejam registrados e analisados posteriormente.

Cabe, também, ressaltar que a coluna de técnicas corporais é entendida a partir do clássico ensaio de Mauss (1934), que considera que técnicas não necessariamente precisam envolver instrumentos, pois o corpo “é o primeiro e mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo” (p. 407). Sendo assim, observa que cada sociedade humana sabe servir-se de seus corpos de modos distintos, produzindo técnicas corporais que podem ser classificadas de acordo com o gênero e idade e que englobam diversos aspectos, como a prática de esportes, modos de dançar, formas de utilizar força e, no caso que observamos, de executar atividades produtivas.

4.2 Vivência etnográfica 1: Bater matapi

A pesca de camarão (*Macrobrachium amazonicum*) é uma atividade produtiva nomeada pelos habitantes de São Joaquim como *bater matapi*. Os matapis são, como se pode ver na imagem abaixo, armadilhas cilíndricas de madeira do inajazeiro (*Maximiana maripa*) ou de juuba⁷ que são atracadas a troncos de árvores dentro dos rios e igarapés das regiões próximas à localidade.

Figura 2- Matapi de dona Maria Joana



Fonte: Trabalho de campo

⁷ Dona Maria Joana mencionou a juuba como uma das possíveis fontes para as talas de madeira com as quais se constroem matapis, porém não encontrei durante as pesquisas o nome científico desta espécie.

Nas duas extremidades laterais, os pedaços de madeira formam funis. Com uma isca amarrada dentro da estrutura, os camarões entram pelas laterais para comê-las e não conseguem sair. Dênis e Lelé explicam que os camarões desovam o tempo todo, mas o melhor período para bater matapi é entre fevereiro e setembro. Eles costumam aparecer mais no inverno amazônico porque “vêm de subida”, isto é, têm um período de desova associado com a cheia das águas. A semana santa é tradicionalmente uma época farta desses crustáceos, no entanto, “esse ano [2019] ele só apareceu quando a água abaixou”, a partir do início do mês de maio.

Dênis possui cerca de 70 armadilhas, que rendem 15 frascos de camarão por dia em épocas boas. Feitas de fibra vegetal, os instrumentos do pescador são confeccionados por outro morador de uma localidade vizinha, embora ele também domine o processo de construção, manutenção e conserto dos matapis. Porém prefere compra-los prontos, pois “dá muito trabalho fazer”. Os camarões capturados são vendidos na feira municipal ou diretamente para os clientes, de Mocajuba ou localidades nas ilhas.

A cadeia operatório da captura de camarões com os matapis pode ser estabelecida da seguinte forma:

Quadro 1: Cadeia operatória da pesca de camarões

Etapas	Ações	Instrumentos utilizados	Técnicas corporais envolvidas
1- Montagem das iscas	<ul style="list-style-type: none"> - Misturar água quente ao pó de babaçu - Colocar uma porção em cada saco - Amarrar com pequenos fios de plástico 	<ul style="list-style-type: none"> -Pó de babaçu - Sacos plásticos - Fios de plástico 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentar no chão com uma perna estendida e a outra encolhida - Fazer nós
2- Navegação	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar os objetos no casco - Manusear o motor - Pegar emprestado as canoas a remo de parentes e vizinhos 	<ul style="list-style-type: none"> -Rabeta -Remos - Paneiro - Iscas 	<ul style="list-style-type: none"> - Passar da ponte para o barco rapidamente em pé - Dirigir usando o motor

	<ul style="list-style-type: none"> -Trocar de barco para a canoa a remo - Remar 		<ul style="list-style-type: none"> - Passar da rabeta para a canoa lentamente - Agachamento - Postura ereta - Sentar - Encolhimento das pernas - Segurar o remo
3- Revista dos matapis postos no dia anterior	<ul style="list-style-type: none"> - Encostar a canoa em determinados pontos -Puxar o fio amarrado ao tronco, retirando o matapi de dentro da água - Segurar a armadilha com as duas mãos 	<ul style="list-style-type: none"> - Remos - Fio - Matapi 	<ul style="list-style-type: none"> -Fazer força para puxar o fio com a armadilha de dentro da água - Permanecer sentado - Equilíbrio para não balançar a canoa
4- Bater matapi	<ul style="list-style-type: none"> - Soltar a abertura da armadilha - Chacoalhar diagonalmente o matapi - Bater nas partes centrais para fazer os camarões caírem no paneiro - Retirar do paneiro outros bichos ou folhas 	<ul style="list-style-type: none"> - Matapi - Paneiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentar com as pernas flexionadas ao redor do paneiro - Segurar a armadilha na altura do tronco - Chacoalhar e bater o matapi - Catar com as mãos, na armadilha e no paneiro, bichos e folhas para devolver à água
5- Colocar as novas iscas	<ul style="list-style-type: none"> - Amarrar os pequenos sacos com pó de babaçu na parte interna do matapi 	<ul style="list-style-type: none"> - Armadilhas - Matapi 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer nós

	<ul style="list-style-type: none"> - Amarrar novamente o matapi ao fim preso ao tronco - Esperar ir para o fundo da água 		
6- Navegação (mesmos processos do item 2)			

Fonte: Trabalho de campo

Com o pó de babaçu misturado à água quente, montamos as iscas em pequenos sacos plásticos (embalagens reaproveitadas de arroz, feijão, trigo) com alguns furos, o que deixa o odor mais forte para os bichos. A opção pela mistura da farinha de babaçu com água tem a ver com o rendimento. “1 quilo de farelo dá dois [quilos quando misturado à água]”, afirma Lelé. “Esse aqui rende mais pra gente”, confirma Dênis. Outra opção de isca são as casas de cupins, porque “o camarão come de tudo” segundo ele. Pergunto a ele como aprendeu essas coisas:

- *Com meu pai e minha mãe.*

- *E como eles aprenderam?*

- *Com os pais deles. Isso vem de geração.*

Logo após um breve descanso do almoço, pergunto se posso acompanhá-los na batida de hoje e eles permitem. Vamos eu, Dênis e Felipe, seu filho de 12 anos, em uma rabeta, que, como já mencionado, é uma canoa motorizada. Pelo seu tamanho, ela não é capaz de percorrer furos e igarapés estreitos, por isso amarramos nela dois cascos, canoas sem motor e de menor porte, conduzidas a remo. Interessante que os dois cascos são emprestados, um pertence ao vizinho da família e outro a Luiz, o sogro. Esta colaboração e divisão de instrumentos de trabalho, mão de obra e outros recursos entre familiares e vizinhos também foi observada em atividades como o extrativismo do cacau, o preparo de refeições e a pesca de peixes.

Passar da rabeta para o casquinho, isto é, de uma superfície em movimento para outra, é um desafio pessoal, dado o histórico já citado. Os cascos são menores e bem mais instáveis, qualquer movimento brusco para a direita ou esquerda faz com que entre muita água no barquinho e aumenta o risco de virar. Por isso Dênis me instrui a colocar uma perna de cada

vez, de forma mais lenta e calma que a técnica empregada para subir nas rabetas, onde deve-se embarcar rapidamente.

A mim e a Felipe foi designada a função de *revistar* as armadilhas do dia anterior e colocar no paneiro (cesto de fibra vegetal) os camarões capturados. Os matapis têm uma textura escorregadia e enlameada. Não são pesados, mas, uma vez fora da água, é preciso sacudi-los repetidas vezes para que os camarões caiam no paneiro por meio de uma pequena abertura, como ilustrado nesta foto.

Figura 3- Camarões capturados e despejados no paneiro



Fonte: Trabalho de campo

Felipe, embora ainda criança, não precisa perguntar ao pai nenhuma orientação técnica, por conta própria consegue remar e achar o caminho entre as tantas curvas do estreito igarapé em que estamos. Se encolhe para desviar de troncos de árvores, sabe como jogar de volta ao rio os caranguejos e baiacus que entram nos matapis e consegue alternar entre força e “jeito” ao usar o remo. Pai e filho executam a ronda entre assobios e olhares atentos aos troncos de árvores no estreito caminho. Vez ou outra olham para cima, procurando frutos nos açazeiros, que ainda não estão maduros o suficiente para a venda, apenas para consumo.

Ouvir, ver e tocar me parecem ser funções mais necessárias que o falar. Quanto aos corpos, posturas eretas, firmeza nas pernas para equilibrar a os cascos e força nos braços para remar e desviar dos obstáculos naturais são o que observo e tento reproduzir. A minha falta de costume com essa postura causa dormência nas pernas e um incômodo na coluna.

Os camarões são acinzentados e chamados de camarão de água doce e classificados como miúdos (pequenos) e graúdos (grandes); desta vez capturamos muitos miúdos, apenas um ou outro graúdo apareceu. Voltamos para a casa dos interlocutores e continuamos o processo de preparo para tornar o animal uma refeição. O segredo do seu sabor é mantê-los em casa no paneiro por algumas horas e fritá-los com óleo e sal, o que faz com que adquiram uma cor

alaranjada. Seu frescor torna o seu gosto quase adocicado, suave em comparação ao camarão rosa com o qual estou familiarizada. Comemos com as mãos, descascando-os, com intervalos para tomar um saboroso açaí.

4.3 Vivência etnográfica 2: Apanhar e tirar cacau

A minha experiência com o cacau (*Theobroma cacao*) em São Joaquim ocorreu, cronologicamente, de trás para a frente, indo do fruto beneficiado ao cacauzeiro. Meus primeiros contatos foram pelo paladar, com o fruto em forma de suco, doce, capilé, polpa e chocolate, feitos por dona Maria do Carmo. Depois, com seu Luiz e o genro Elon, acompanhei o processo de *tirada*, que consiste em abrir os frutos e retirar a polpa, descartando as cascas. Os cacaus já haviam sido coletados das árvores nos dias anteriores e estavam separados em um pequeno amontoado para serem *tirados*. Por último, participei de uma ida ao mato para *apanhar* os frutos, com Dênis e o filho Felipe, desta vez vendo os *cacueiros*. Acompanhar as atividades produtivas envolvendo o cacau foi importante para que eu me desse conta do engajamento dos meus sentidos e a influência deles nas observações dos processos: primeiro enfatizando o olfato e paladar, depois observando e escutando e, por fim, usando o tato.

A partir das nossas observações e vivências, consideramos que a cadeia operatória do extrativismo do cacau em São Joaquim pode ser visualmente representada da seguinte forma:

Quadro 2- Cadeia operatória do extrativismo do cacau

Etapas	Ações	Instrumentos utilizados	Técnicas corporais
1-Caminhada	<ul style="list-style-type: none"> - Escutar os sons do ambiente - Olhar atentamente para cima, para a terra e para os lados - Andar em silêncio - Procurar um ponto para <i>tirar</i> os cacaus <i>apanhados</i> 	Todos	<ul style="list-style-type: none"> - Leve flexão dos joelhos para adquirir equilíbrio - Pisadas firmes
2-Apanhar os frutos	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar os instrumentos para cutucar os frutos nas árvores 	<ul style="list-style-type: none"> - Vara - Facão - Paneiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Esticar o braço - Aplicar força para segurar o facão ou a vara

	- Pegar os que caíram na terra		- Curvar o tronco na direção do chão com o braço esticado
3- Colocar no paneiro	- Depositar todos os frutos <i>apanhados</i> no cesto	- Paneiro	- Jogar o fruto por cima da cabeça na direção das costas
4— <i>Tirar</i>	- Depositar todos os frutos coletados em um pequeno monte - Abrir o fruto com um corte no meio - Utilizar as mãos para separar a polpa - Depositar a polpa no balde - Descartar as cascas	- Facão - Balde	- Sentar na ponta do tronco - Esticar uma das pernas e flexionar a outra - Utilizar os dedos indicador, médio e polegar para separar a polpa da casca - Arremessar as cascas em um montinho
5- Carregar os baldes	- Tampar os baldes -Organizar os instrumentos para facilitar o carregamento - Caminhar de volta	Todos	- Leve flexão dos joelhos para adquirir equilíbrio -Pisadas firmes - Aplicação de força nos braços para carregar o balde com a polpa

Fonte: Trabalho de campo.

Os centenários cacaueiros em pé dão frutos que servem de alimento não apenas aos seres humanos, como também às mucuras, morcegos, pica-paus e os quandús. Andar no mato para apanhar frutos revela algo muito óbvio, mas esquecido pelo cotidiano: o mundo tem textura, tudo tem vida e deixa rastros perceptíveis pelos nossos corpos. O mato tem cheiro de lama, a terra gruda debaixo das unhas, os insetos voam ao redor de nossas cabeças, nossos ouvidos captam o som de pássaros e de bichos misteriosos se arrastando pelas folhas, nossas pisadas deixam marcas na terra, nossos olhos observam formigas e aranhas dividindo espaço nas árvores, se sentimos calor podemos lavar o rosto na água gelada que corre nos pequenos igarapés que se formam com as chuvas, se não tomamos cuidado os galhos com espinhos

arranham nossa pele, e com algum esforço enxergamos as trilhas deixadas pelos porcos do mato. Sem este mundo vivo e pulsante não há economia do cacau no Baixo Tocantins.

Quando os cacaos ultrapassam a fase da maturidade é preciso tirá-los das árvores para que sua podridão não contamine os pés e os galhos deem lugar a novos frutos saudáveis. Se chove muito e a umidade fica mais alta que o esperado, eles podem apodrecer por dentro, algo que só se pode comprovar ao abrir o fruto porque a casca permanece aparentemente boa. Apanhá-los, portanto, é um esforço que combina o manuseamento de objetos, a compreensão dos ciclos naturais, a aplicação de algumas técnicas corporais e de conhecimentos aprendidos pelo engajamento dos sentidos. O primeiro passo para identificar os frutos é caminhar atenta e silenciosamente, olhando para cima em busca de frutos maduros e saudáveis e também para o chão, procurando frutos caídos em bom estado. Quanto aos objetos: blusas de mangas compridas e calças para proteger o corpo dos insetos e animais peçonhentos, botas de borracha nos pés, paneiros pendurados nas costas, facões, uma vara para cutucar os frutos nas árvores e baldes para depositar as polpas.

Em seguida, com uma vara estreita de madeira com cerca de 2 metros de comprimento, os alvos escolhidos são cutucados nos troncos, para que caiam ou no chão ou diretamente no paneiro. Quando estão em pontos mais baixos da árvore, utiliza-se o facão para apanhar os frutos. Felipe, pela baixa estatura, por vezes sobe nos troncos e estica o braço com o instrumento para alcançar algum fruto que tenha avistado, ou pula.

Conforme são apanhados, um a um, os frutos são lançados para os paneiros carregados nas costas, como mochilas. São os mesmos cestos de fibras vegetais utilizados para depositar os camarões frescos, com uma pequena adaptação com alças que permitem que sejam carregados com mais praticidade, como podemos observar na foto de Felipe:

Figura 4- Felipe (12) segurando os objetos técnicos



Fonte: Trabalho de campo

Apenas quando o paneiro está cheio e pesado, leva-se a um ponto, preferencialmente perto de troncos de árvores caídos onde podemos sentar e, com os facões em mãos, *tirar* o cacau. Com um balde grande apoiado no chão e encaixado entre as pernas, abrimos a casca com um corte firme no meio do fruto. Às vezes, também é necessário bater a casca no tronco da árvore para fazer com que ela quebre e utilizamos os dedos polegar, indicador e médio mãos para separar a polpa, jogando-a no balde e descartando a casca em um pequeno monte.

Embora esta percepção possa se estender às outras atividades, é com o *apanhar* e *tirar* cacau que observo com clareza a sinergia corpo-instrumentos-ambiente. Onde os braços não alcançam, a vara consegue chegar quando manuseada quase como uma extensão desses membros. O que os braços não podem carregar, o paneiro acoplado às costas comporta, mas é preciso que os joelhos estejam flexionados e que os pés protegidos pela bota de plástico pisem com firmeza para que o peso não atrapalhe nas caminhadas. Porém, qualquer desequilíbrio no manuseamento dos objetos, na postura, ou na atenção ao ambiente causa uma ambivalência: os mesmos instrumentos deixam de ser auxílio e passam a ser riscos. Sem uma mira precisa combinada à aplicação exata de força para abrir as cascas dos frutos, as mãos podem sofrer cortes profundos; sem o equilíbrio proporcionado pelos pés e flexão dos joelhos, o peso dos paneiros nas costas pode provocar quedas. De modo semelhante, sem observar e escutar cuidadosamente o ambiente, há a possibilidade de ser surpreendido por animais peçonhentos, insetos, ou pelos perigosos porcos do mato. É com a observação e a prática que Felipe vai

ganhando confiança ao manusear os instrumentos e na leitura atenta do ambiente, não prescindindo de instruções do pai sobre as trilhas na mata e sem pedir auxílio para executar as ações que envolvem a atividade.

O cacau é, também, um componente das atividades produtivas desta família que proporcionou olhar, parcialmente, para as relações estabelecidas entre camponeses e o mercado. Durante o tempo que os acompanhei, o sogro de Dênis e avô de Felipe, seu Luíz, tornou-se o primeiro agroextrativista da região a vender cacau para uma fábrica de chocolates finos e orgânicos, denominada Luísa Abram.

Luísa é dona desta fábrica de chocolates localizada em São Paulo. É jovem, formada em gastronomia, judia e nascida em Pernambuco. Em parceria com a ONG *SOS Amazônia* passou a comprar cacau de produtores do Amapá, Acre, Amazonas e Pará. Seu trabalho com Luíz tem sido mediado por Márcio, que é de Mocajuba, mora em Belém e é um pequeno empresário.

Luísa tenta agregar valor aos seus produtos por meio do acompanhamento de todos os processos da cadeia produtiva. Aliando-se a um discurso de sustentabilidade, como pode-se ver nos textos do perfil no *Instagram* da marca, deseja que seus chocolates tenham um diferencial no mercado, a saber, a qualidade do cacau não produzido em grandes fazendas. Em uma de nossas conversas, contou que “quero que as comunidades percebam que o cacau pode ser mais que uma commodity e que se eles conseguirem fermentar e beneficiar aqui o produto sai com muito mais valor de mercado, podendo se inserir nesse mercado de alimentos, por exemplo”, isto porque grande parte do cacau produzido nesta região não é vendido como alimento e sim como matéria-prima para manteiga. O modo como produz, pensa e se relaciona com as comunidades está inserido em uma lógica de trabalho, busca por lucro e mais-valia, ainda que tudo isso esteja aliado ao discurso de desenvolvimento sustentável.

Figura 5- Publicação no perfil de Instagram da marca de chocolates Luísa Abram sobre o processo de fermentação do cacau na região do baixo Tocantins



Fonte: Instagram

Por outro lado, Luíz e os seus familiares sobrevivem por meio de relações intersubjetivas pautadas por noções como subsistência, autonomia, possibilidades de trocas, associações e

cooperações entre familiares e amigos, venda diretas aos consumidores, entre outras características presentes nas definições sobre o campesinato amazônico. Percebo, de fato, um emaranhamento e uma indissociação da vida familiar com o processo do trabalho.

Uma das primeiras novas providências materiais para o início da relação foi instalar uma estufa e coxos de fermentação na casa de Luíz. Os coxos são caixas de madeira onde são depositadas as sementes assim que *tiradas* e ali passam pelo processo de fermentação. Após fermentarem, as sementes são levadas à estufa a fim de passar pela secagem. Ambas as técnicas se distinguem das empregadas no contexto local. Luísa, portanto, tem em mãos o desafio de ensinar técnicas de fermentação e secagem da semente de cacau a pessoas cujo contexto de aprendizado técnico está profundamente atrelado ao engajamento dos sentidos, à autonomia e ao entrelaçamento entre corpo e ambiente. O processo da empresária, denominado *da amêndoa à barra* consiste em acompanhar os produtores parceiros no apanhamento do cacau, na tiragem das sementes, fermentação nos coxos e secagem nas estufas. A quantidade de tempo empregado em cada uma dessas etapas varia de acordo com a região e o tipo de cacau encontrado e requer observação e testes para analisar as sementes. Por isso a empresária passa cerca de 10 dias em cada uma das localidades onde compra o produto, instruindo aos produtores sobre como as coisas devem ser feitas.

No entanto, fazer com que esta relação dê certo para ambos os lados passa por alguns conflitos e demanda algumas negociações. Luísa acredita que, por ser mulher, é muito mais difícil ser ouvida e ter as sugestões acatadas. “Se meu pai estivesse aqui, a postura seria outra. É porque eu sou mulher”, comenta comigo. Luíz, por sua vez, não está habituado com algumas técnicas e termos que têm sido ensinados. Ele não nomeia a semente de amêndoa, nem se refere as partes interiores da semente pelos termos técnicos que a empresária emprega, como *auréola*. Luíz também acha que durante a noite a estufa deveria ser aberta, mas Márcio e Luísa insistem que ela deve ficar fechada, uma atitude que faz os de fora o sentenciarem como teimosia, embora esteja disposto a fermentar e secar as sementes nesta parceria. A empresária afirma que tenta diminuir ao máximo a quantidade de aparelhos usados para o acompanhamento da fermentação. Ela me explica que a semente está pronta para a secagem quando atinge certa temperatura. “Mas eu ensino eles a identificar isso pelo tato, pra não depender do termômetro, porque aqui a gente tá na Amazônia, imagina se quebra ou falta uma pilha...”

Esta nova relação evidencia o que Taketa (2019) define como uma postura campesina de “permanente negociação quanto à forma de se articular e inserir no sistema de mercados capitalista” (p. 23), expressa tanto na aceitação quanto na resistência em aderir a sugestões e

adequações aos padrões propostos pela empresária. Todos os processos de apanhar, tirar, secar e produzir doces e sucos a partir do cacau, até então, evidenciavam o caráter autônomo de práticas inseridas em contextos técnicos vinculados à família, ao compadrio, à amizade.

4.4 Vivência etnográfica 3: Cuidar do peixe

Sentadas na ponte da frente da casa, Tânia, Lelé e eu estamos tratando os peixes que foram pescados na manhã deste dia. Hoje são a branquinha, curimatá (*Prochilodus lineatus*) e aracu, mas a variedade é imensa; no mesmo período também foram pescados tucunaré, jacundá, caratinga, curuca, entre outros. Tânia e Lelé são concunhadas e comadres, moram uma ao lado da outra e trabalham em duas escolas da região como merendeiras. As crianças passam boa parte do tempo livre alternando entre uma casa e outra, brincando juntas e convivendo (nem sempre harmonicamente) durante os tempos livres das rotinas. As duas casas, embora próximas, são separadas pela água e, portanto, acessíveis apenas pela canoa. Talvez por isso elas se comuniquem gritando pelas respectivas janelas, quase sempre coisas engraçadas de cunho sexual. Essas conversas fiadas e fofocas também acompanham as atividades que realizam juntas, como arrumar as crianças, assistir reprises de novelas antigas na televisão e preparar alimentos. Pude acompanhá-las em muitos momentos dos seus cotidianos, o que facilitou a permissão das duas para a minha participação no preparo do peixe, nomeado por elas como *cuidar do peixe*. A cadeia operatória deste preparo tem a seguinte representação:

Quadro 3- Cadeia operatória do preparo do peixe

Etapas	Ações	Instrumentos utilizados	Técnicas corporais
1-Retirada das escamas	Raspar os dois lados do peixe com a faca no sentido rabo-cabeça	Faca Tábua (opcional)	- Utilizar uma mão para dar firmeza no apoio - Manusear a faca com a outra mão
2-Retirada das nadadeiras e rabo	Bater firmemente nas nadadeiras e no rabo	Idem	- Aplicação de força no manuseamento da faca
3-Retirada da banha	-Abrir um corte vertical na barriga	Idem	- Usar a faca como apoio para deixar a barriga

	- Retirar, com a faca e a mão, o conteúdo interno - Descartar no rio		momentaneamente aberta - Puxar a banha com os dedos polegar, indicador e médio
4-Cortes nas laterais	- Fazer pequenos e muitos cortes diagonais nas laterais do peixe	Idem	- Agilidade e precisão nos cortes
5- Lavagem	Molhar os peixes recém tratados no rio	Vasilha	- Encolher o tronco e esticar os braços na direção do rio

Fonte: Trabalho de campo

Creio que a experiência de acompanhar atividades executadas no âmbito doméstico é pedagógica no sentido de demonstrar que a casa é um pilar das bases do modo de viver camponês. Alguns lugares da região são pontes entre o mundo da vida camponês e outros mundos, garantindo o dinamismo desses contextos. Os sindicatos, o barracão da igreja e a feira são exemplos dessas pontes. As casas também cumprem um papel de enlaçar atividades que num primeiro momento podem parecer compartimentadas, mas no mundo cotidiano, são continuidades umas das outras: é, ao mesmo tempo, um espaço de preparo e extensão das atividades produtivas, um local de armazenamento de instrumentos, de lazer, descanso, contemplação dos fluxos das águas e da terra, reforço dos laços familiares, entre muitas outras funções.

A ponte, local onde Tânia e Lelé estão cuidando do peixe, é uma estrutura física que simboliza esse processo. Ao mesmo tempo em que conecta a casa ao rio, é também um lugar de preparo de alimentos, reparos nos instrumentos técnicos, espaço onde as crianças empinam pipas, é onde são armados os varais para estender roupas e onde as sementes de cacau são colocadas para secar.

Ao contrário das outras vivências, escolho relatar o preparo do peixe porque é uma das muitas técnicas do cotidiano camponês que são executadas no ambiente doméstico. Este preparo pode ser executado tanto por homens quanto por mulheres, embora seja muito mais comum que as mulheres o façam, já que se ocupam da maior parte das funções de cuidado com

a casa, com a alimentação da família. No quadro abaixo, sintetizamos o processo, destacando que as vivências domésticas, ainda que não sejam ao “ar livre” também são dotadas de uma sinergia entre corpo, ambiente e técnicas.

Com apenas uma faca bem afiada em mãos, a primeira providência é raspar as escamas, no sentido rabo-cabeça. Depois, com batidas fortes da faca, retiramos a as nadadeiras e o rabo. Essa etapa é um pouco mais difícil para mim, que não tenho o costume de tratar de peixes, pois é preciso direcionar de forma muito precisa as batidas para arrancar estes pedaços sem perder muito tempo. Estamos fazendo isso na ponte enquanto o rio está enchendo, o que implica na necessidade de executar a tarefa mais rápido. Tânia *cuida do peixe* sem apoiar os peixes na tábua ou na ponte; segura-o na mão esquerda e vai raspando com a direita. Lelé, por outro lado, utiliza o apoio da tábua; são técnicas diferentes.

Em seguida, um corte vertical na barriga inteira do bicho é feito para tirar o conteúdo interno, que chamam de banha. A textura destas partes internas do peixe é afiada por conta das espinhas, escorregadia e um pouco melecada. O cheiro é, obviamente forte, não havendo outra palavra para descrevê-lo além de pitiú. Por estarmos fazendo isso sentadas, Tânia brinca: “meu xiri vai ficar só pitiú de peixe”. O último passo é fazer muitos cortes transversais nas duas laterais do peixe, para que fique saboroso ao ser assado na lenha (muquiado). É no rio que jogamos os restos e onde também lavamos as facas, mãos e os peixes.

Minha participação se limitou às raspagens das escamas e retirada dos órgãos externos, desisto de fazer os cortes para não atrapalhar nem atrasar, uma falta de habilidade que me torna alvo das piadas das comadres. Noto que os peixes são tratados e assados inteiros também por uma questão estética; elas acreditam que o animal fica mais bonito quanto mais inteiro ele parece estar.

4.5 O papel dos sentidos de corpos emaranhados no ambiente

Guardando as especificidades e fazendo o exercício de buscar os pontos em comum das experiências descritas, podemos observar o uso dos sentidos como uma primeira dimensão vital à aprendizagem e execução das técnicas do cotidiano camponês. A questão dos sentidos é ainda mais enfatizada nas respostas à pergunta “como você aprendeu?”. No quadro abaixo, sintetiza-se as respectivas respostas dos interlocutores à questão:

Quadro 4- Respostas à questão da origem das aprendizagens

Interlocutor (a)	Atividade	Como aprendeu?
-------------------------	------------------	-----------------------

Maria Joana, 76 anos	Construção de matapis	“Vendo. A gente aprende um olhando pro outro”
Augusto Sepêda (Preto), 51 anos	Agricultura, extrativismo	“Eu aprendi vendo as pessoas. Caminhando no dia a dia a gente vai aprendendo a viver. O mundo é um professor”
Maria do Carmo	Beneficiamento do cacau: secagem das sementes, produção de pão de chocolate, extração da polpa, fabricação de sabão, geleias e doces, suco/vinho de cacau, capilé, chocolate quente	“Vendo minha mãe”.
Pagão	Costura da rede de pesca	“Vendo. Eu aprendi vendo outras pessoas fazer”
Augusto (Preto)	Técnica de caça por meio da armadilha conhecida como mundé	“Vendo outras pessoas fazer”
Popó	Carpintaria	“Eu aprendi com meu irmão, que é mais velho que eu. Foi só olhando”
Tigão	Pintura de letras de barcos	“Eu tinha um irmão que pintava, mas ele não fazia os detalhes. Aí ele me deu a oportunidade e eu fui aprendendo por curiosidade”.
Luane, 27	Navegação em rabeta	“Liguei o motor sem saber nada e fui mimborá. Eu criei coragem e tive que ir. Era uma precisão [necessidade] mesmo”
Fernando, 8	Remar	“Meu pai que me ensinou”
Letícia	Bater arroz no pilão	“Isso aqui a gente aprende vendo”

Fonte: Trabalho de campo

A maior parte das pessoas enunciou que *ver* é o modo principal pelo qual aprendem determinadas atividades. No entanto, ao olharmos mais a fundo para os exemplos descritos nas vivências, percebe-se também que os outros sentidos são utilizados de muitas formas: ouvir silenciosamente no meio do mato para uma questão de segurança, sentir por meio do tato a textura dos matapis enlameados, explorar o cheiro forte do babaçu para atrair os camarões, ter firmeza no tato para preparar os peixes, entre muitas outras.

Pink (2009) sugere que “os acadêmicos interessados nos sentidos geralmente concordam que a transmissão⁸ de conhecimento deve ser vista como processos sociais, participativos e incorporados⁹” (p. 14) e acrescenta a forma como Ingold descreve os processos de aprendizagem:

Como base do seu entendimento sobre a transmissão de conhecimento, Ingold argumenta por uma abordagem ecológica do que ele chama de habilidade. Para Ingold, a habilidade é uma propriedade não do corpo humano individualmente, mas do campo total de relações constituídas pela presença da pessoa-inteira, com mente e corpo indissolúveis, em um ambiente ricamente estruturado. Ele sugere que a *skilled practice* não pode ser reduzida a uma fórmula e que, portanto, as habilidades não podem ser passadas intergeracionalmente pela transmissão da fórmula (PINK, 2009, p. 14)

Contrariando a imagem de transmissão de uma fórmula, de algo pronto, o autor afirma que uma geração propicia à outra contextos com oportunidades selecionadas de percepção e ação, nos quais as pessoas desenvolvem um engajamento atento com o mundo, composto por humanos e não humanos. Isto é particularmente evidente em outras respostas, como a de Tigão, pintor de letras de barcos, o qual menciona que o irmão pintava e deu a ele “a oportunidade e eu fui aprendendo por curiosidade”; ou quando Popó, carpinteiro, também responde que aprendeu o ofício com o irmão mais velho e também de Preto, ao afirmar que “o mundo é um professor”, assim como Luane, que enfatiza a *precisão* (necessidade) como uma condição adversa que impulsionou o seu processo de aprender a navegar. De modo semelhante, ao acompanhar Dênis e o filho Felipe na pesca de camarão e na coleta de cacau, nota-se que o engajamento atento com o ambiente, por meio dos sentidos, é também fruto destes processos de convivência entre gerações e do engajamento dos sentidos.

Quando os interlocutores enfatizam a visão em seus processos de aprendizagem, podemos dizer que estão colocando em ação o conhecimento observacional. Brussi (2015), no estudo sobre mulheres rendeiras de Canaan (CE) também se deparou com respostas semelhantes ao questionar suas interlocutoras sobre como aprenderam a prática das rendas.

A autora, a partir de uma perspectiva ecológica, define a observação como um engajamento ativo, possível de ser compreendido a partir de uma leitura social e cultural. Ver não é uma atividade passiva, tampouco um sentido superior aos demais, pelo contrário, a visão

⁸ Embora a autora mencione transmissão de conhecimento, no tópico 3.7 apresentamos uma interpretação sobre processos de aprendizagem que se opõe ao paradigma da transmissão.

⁹ Tradução possível para o termo *embodied*

implica em um empenho constante de compreensão das ações, manuseios de instrumentos e técnicas corporais que estão no mundo da vida.

Com pressa, poderíamos afirmar que o sentido da visão seria privilegiado no repertório técnico da T2. No entanto, quando “fazemos também” e vivenciamos com os interlocutores algumas das atividades do cotidiano, o que se percebe é que quando algum sentido está em evidência isso não significa que o corpo inteiro não esteja ativamente enredado com os objetos, pessoas e o ambiente ao redor. Os conhecimentos camponeses não estão, como afirma Ingold (2015), localizados “exclusivamente na cabeça”, mas distribuídos “por todo o campo das relações compostas pela presença do ser humano no mundo habitado” (p. 90)

O corpo inteiro, com os sentidos engajados, é capaz de desenvolver técnicas que mediam a relação com o lugar onde as pessoas vivem. As pisadas firmes e com os joelhos levemente flexionados para garantir equilíbrio ao caminhar no mato, os modos de passar de uma superfície em movimento para a outra, a combinação entre força nos braços e postura ereta para remar, as formas de manusear objetos e todo o repertório técnico listado nos quadros das vivências etnográficas são experiências que, como define Sautchuck (2017), constituem processos de mediação com o mundo orgânico, ações que também são criações. Estamos de acordo com o pensamento do autor que associa técnica a movimento, mudança ou alteração, como forma de processar e transformar diferenças, no caminho entre o humano e o não- humano.

Em um estudo sobre a ilha do Maracujá, em Belém, Ribeiro (2011) observa como estes moradores estão constantemente realizando travessias da ilha até Belém e constatou: “Entre o fluxo e a fronteira, e mesmo entre a fixidez e o fluxo está o corpo” (p. 122). Guardando as especificidades das ilhas pesquisadas, um traço comum que gostaria de estender a esta análise é expresso neste trecho:

À margem insular predomina um chão de várzea onde a água penetra com facilidade, sendo constantemente alagado. À margem continental, apesar de não ser um chão de várzea, mas por algumas razões físicas e de proximidade ao rio, predomina o terreno alagadiço, o que justifica a presença em ambas as margens das armações de madeira para facilitar o trajeto, um tanto gastas pelo tempo. Uma instabilidade talvez ainda maior parece estar presente no espaço entre margens: nas embarcações sobre o rio, portanto, em todos esses espaços por mim descritos e praticados pelos moradores, nota-se que há uma precariedade no chão por onde pisam que resulta em posturas de equilíbrio diferenciado. (RIBEIRO, 2011, p. 124-125)

O equilíbrio corporal é uma habilidade que pode ser vista durante as travessias de barco, onde é evidenciado um contraste entre quem vive diariamente nestes fluxos e quem não está habituado a se locomover deste modo

Entre as formas posturais e de busca de segurança destacam-se, por exemplo: apoiar-se nas bordas do barco; manter-se de pé em equilíbrio diferenciado – mantendo firmeza no apoio dos pés sobre o assoalho do barco -, podendo executar uma tarefa (jogar a rede, remar, caminhar, trocar de roupa, entre outras atividades possíveis); permanecer deitado; segurar-se com firmeza nos apoios; manter-se sentado (segurando o banco ou não), podendo, ainda, estar comendo, se maquiando ou lendo (...) (RIBEIRO, 2011, p. 128).

Para a autora, esta relação entre fixidez e fluxos, este lugar entre várzea e cidade, faz com que corpos ribeirinhos estejam em solidariedade com o ambiente de pertencimento, trazendo este pertencimento inscrito nos próprios corpos. Também acreditamos que todas as habilidades corporais ensinadas e aprendidas ao longo das trajetórias de vida dos camponeses demonstram que suas vivências são indissociáveis do ambiente natural, o qual também é constantemente transformado por tais vivências. Separar estas duas categorias, desconsiderando que esta relação é holística e tratando a natureza como uma mera fonte de recursos, constitui uma percepção incompleta sobre o que significa a vida nestes contextos rurais na Amazônia. Incluir o corpo nestas categorias dualistas também é uma forma incompleta de abordá-lo analiticamente.

4.5.1. Abandonar dualismos para discutir continuidades

O corpo, no pensamento filosófico ocidental, tem sido o que Elisabeth Grosz (2000) denomina como um ponto cego conceitual. Há, segundo a autora, um padrão recorrente de dicotomizar os aspectos que compõem a vida humana: corpo e mente, razão e paixão, psicologia e biologia, etc. É uma separação que não é neutra, mas hierarquiza os pares, subordinando um termo a outro.

A oposição mente/corpo, especificamente, colocou o segundo em uma posição de inferioridade e negação ao primeiro: “o corpo é o que a mente deve expulsar para manter sua “integridade”. É implicitamente definido como desregrado, disruptivo, necessitando de direção e julgamento” (Grosz, 2000, p.48). Para a autora, a filosofia ocidental sempre se preocupou com ideias, razão, julgamento e outros assuntos que estariam enquadrados no campo da “mente”, marginalizando o outro pólo. Esta relação também esteve associada a outros pares, que de alguma forma sustentam a dicotomia: razão e paixão, sensatez e sensibilidade, realidade

e aparência, psicologia e fisiologia, forma e matéria, entre outras. É de se notar que os pares de oposição contemplam uma visão de mundo dualista que não é universal, ao contrário, é situado num contexto de sociedades ocidentais modernas.

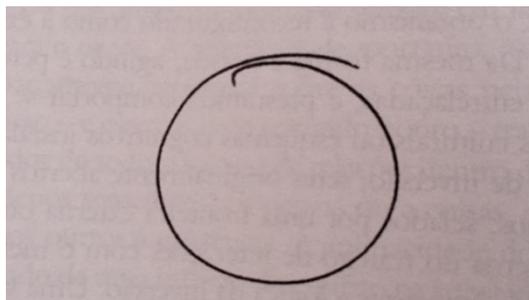
Uma consequência possível do modo moderno de incluir o corpo nesta visão de mundo dualista é debatida por pensadoras feministas e decoloniais, como María Martínez (2007). Introduzindo a ideia de colonialidade, explica que o projeto de colonização europeu deixou rastros no modo de viver latino-americano que não necessariamente são vistos, mas sentidos, como um conjunto de poderes, hierarquias e dispositivos de dominação, onde a questão racial é uma base sob a qual tais hierarquias se assentam

Bajo esta dinámica, nuevos cuerpos son imaginados em el contexto de la colonización: blanco, índio, negro, mestizo. Aquí lo blanco europeo, lo racional, lo científico, lo masculino, son hegemonicos (MARTÍNEZ, 2007, p. 156).

Neste cenário de colonialismo, o corpo ganha importância por sua dimensão política: é a partir do corpo que são decididos o valor de humanidade ou desumanidade conferidos aos seres colonizados. Para Martínez (2007), na América Latina, desde o fim do século XIX, a proposta frente aos processos embrionários de modernização e industrialização foi intervir nos corpos tanto “para garantir el “capital simbólico de la blancura” en las elites criollas, como para producir cuerpos aptos para el trabajo en las fábricas o en los campos” (p. 157). Como exemplo, cita o caso colombiano da *Misión Pedagógica*, que introduziu nas escolas colombianas a prática esportiva como uma forma de disciplinar corpos.

Criticando os dualismos e apresentando uma outra forma de analisar o corpo, Ingold (2015) propõe, a partir de suas influências fenomenológicas, que o ser tem uma constituição relacional. Ao descrever esta característica -que embasa boa parte dos modos de abordar assuntos como cultura, natureza e vida em sua obra- recorre a quatro desenhos esquemáticos para estabelecer uma linha de raciocínio a respeito de como os seres se relacionam com o meio ambiente. Começando do básico, o primeiro desenho demonstra uma representação comum do que seria um organismo vivo:

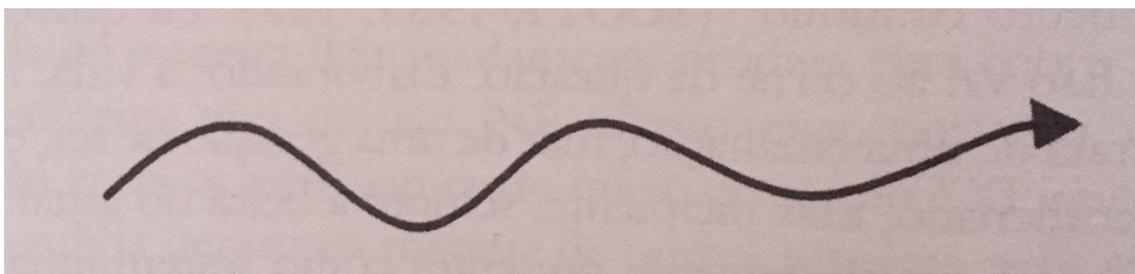
Figura 6- Representação de organismo 1



Fonte: Ingold, 2015

Esta representação é insatisfatória para o autor porque dobrar o organismo a ponto de fechá-lo destaca um perímetro, uma definição muito concreta entre o que está fora e o que está dentro. Sendo assim, opta por desenhar um organismo como uma linha:

Figura 7- Organismo como linha

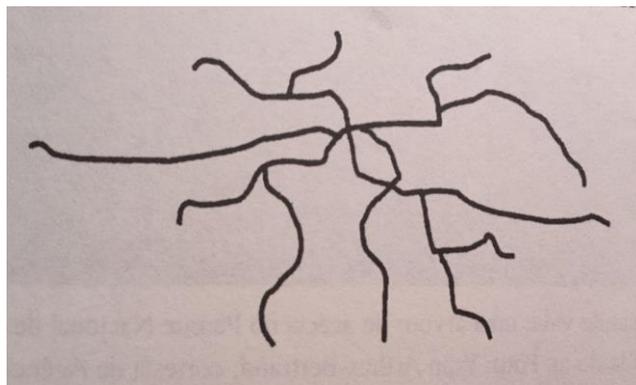


Fonte: Ingold, 2015

Ao contrário do círculo, a linha não indica interior e exterior, ou algum limite entre o que seria o organismo e o ambiente. A linha está em movimento ou crescimento, funcionando como um rio por entre as margens ou a raiz de uma planta: não começa aqui e nem termina lá. “Trata-se, não de um campo de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas; não de uma rede, mas de uma malha” (INGOLD, p. 118).

As coisas são, para Ingold, suas relações. Dessa forma, representar este organismo apenas com uma linha seria insuficiente, tendo em vista que as vidas dos organismos complexos não possuem uma, mas várias trilhas, saídas de uma fonte. A representação, portanto, ficaria mais completa se desenhada assim:

Figura 8- Organismo em relação



Fonte: Ingold, 2015

Mas, pergunta-se, o que houve com o ambiente? “O que temos estado acostumados a chamar de “ambiente” pode, então, ser melhor vislumbrado como um domínio de emaranhamento. É dentro desse emaranhado de trilhas entrelaçadas, continuamente se emaranhando aqui e se desemaranhando ali, que os seres crescem ou “emanam” ao longo das linhas das suas relações”. (INGOLD, p. 120). A imagem que escolhe, afinal, é a de uma árvore de acácia fotografada do ar, onde vê a vida irradiando, onde o mundo possui textura.

Figura 9- Textura



Fonte: Ingold, 2015.

A textura aparece como um elemento que nos ajuda a pensar no ambiente ao qual se entrelaçam os corpos como algo que também é dotado de vida. Porém, para evitarmos o risco de construir narrativas idealistas, ressaltamos que há muitos exemplos de como a relação entre pessoas e o ambiente não é necessariamente harmoniosa. Quando Dênis enuncia que outros animais também comem o cacau que vamos coletar, se refere aos bichos como concorrentes pelo mesmo recurso, como entraves a uma atividade que garante a sobrevivência de sua família.

Ou, ao narrar que a umidade causada pelos altos índices de chuva apodrece o cacau por dentro e que apenas abrindo-o é possível identificar o dano, narra como uma reclamação. A necessidade de fiscalizar a pesca no período do defeso para não ultrapassar os limites da lei, bem como a persistência da caça como prática que complementa as atividades de agricultura, extrativismo, pesca e trabalhos informais também provam que as pessoas incorporam práticas de sobrevivência que contrariam uma noção de harmonia ou um cenário idealista em que humanos e não humanos convivem sempre em paz.

Entender a costura das vidas humanas às não humanas neste lugar é, muito mais, um exercício de olhar para a continuidade existente. Ingold (2015) é elucidativo nesse aspecto ao citar exemplos da extração de cera produzida por abelhas e a fabricação do bicho da seda:

Enquanto nadam neste oceano de materiais, os seres humanos, obviamente, desempenham um papel nas suas transformações. Da mesma maneira o fazem criaturas de todos os outros tipos. Muito frequentemente os seres humanos continuam a partir de onde não humanos param (INGOLD, 2015, p. 57)

O autor constata que as ações humanas estabelecem condições de vidas não apenas para outros humanos. No entanto, ao inverter o argumento, também mostra que vários não humanos também contribuem para o desenvolvimento e crescimento das vidas humanas, o que o leva a tensionar a crença comum nas ciências ocidentais de que natureza e cultura são categorias distintas.

A continuidade e a indivisibilidade entre pessoas e lugar tem evidências no modo de construir residências adaptadas às dinâmicas de cheias e secas das águas, nos nomes escolhidos para os rios por onde navegam que homenageiam santos aos quais são fiéis, no uso de materiais locais para construir objetos que auxiliam na vida cotidiana, na organização comunitária e autofiscalização para o cumprimento de leis ambientais, na combinação de atividades produtivas condicionadas aos tempos próprios dos ciclos naturais e na partilha de uma compreensão que a floresta em pé é muito mais vantajosa para todos.

O emaranhamento é, portanto, a condição *sine qua non* todas as atividades do mundo da vida cotidiana ocorrem e estes corpos-em-relação são a principal forma de aprendizagem das técnicas que caracterizam o campesinato agroextrativista. Por meio do engajamento ativo em um mundo texturizado, cheio de vida, no qual se entrecruzam processos biogeoquímicos, sociais e culturais, as trajetórias de vidas camponesas de São Joaquim vão evidenciando como a relação destes povos no mundo rural amazônico se distingue de outros modos de produzir. É

por isso que falamos em uma não separação entre esferas produtivas e reprodutivas, naturais e culturais: tudo está costurado em um emaranhado de vidas humanas e não humanas.

4.6 Aprendizagem

O repertório técnico dos camponeses agroextrativistas de São Joaquim os distingue do repertório de outras trajetórias tecnológicas do universo rural amazônico. A pesca de camarão, o extrativismo do cacau e o modo como cuidam dos peixes para a alimentação são algumas das atividades do mundo da vida que combinam distintas técnicas corporais, manuseio de instrumentos e ações. Vimos que, ao serem indagados sobre como aprenderam as técnicas que os caracterizam como categoria social, enfatizaram o papel do corpo. Outro componente capaz de explicar a forma como este repertório foi construído é o papel das relações sociais tecidas no cotidiano.

Com essa postura de voltar a observação para as relações, o que percebi durante o trabalho de campo foi que aprender por meio da observação e em seguida tentar reproduzir o que foi visto é um processo que ocorre com intensidade durante a infância e adolescência no contexto camponês. O exemplo de Felipe, que aos 12 anos bate matapi e apanha e tira cacau sem precisar perguntar ao pai nenhuma orientação é uma ilustração disto.

Olhando para as vivências de outras crianças do local, percebe-se que são dotadas de grande autonomia, concedida de forma natural e progressiva pelos familiares, o que viabiliza que elas nadem no rio e subam sozinhas em barcos antes mesmo de aprenderem a ler, abaixo dos 4 anos. Conforme vão crescendo, com cerca de 6 anos, conseguem equilibrar o corpo de modo a desenvolver a postura ereta e a força necessárias para remar cascos pequenos, percorrendo curtas distâncias. Também adquirem o domínio corporal para subir nos açazeiros, jambeiros e outras árvores para colher frutos e manuseiam facões, tesouras e outros objetos cortantes para limpar escamas de peixes. Por volta dos 10 a 13 anos, costumam ser autorizados a operar as rabetas motorizadas, colocando gasolina no motor, ligando-o e direcionando os barcos em distâncias maiores.

Cabe ressaltar que, embora tenham certa independência para realizar as atividades citadas, as crianças não vivem em um cotidiano separado dos adultos. Distantes fisicamente dos pais apenas enquanto vão à escola, acompanham os familiares em vários outros momentos da rotina: idas à igreja, travessias de barco, brincadeiras, momentos de descanso ao longo do dia e festas. As crianças estão sempre por perto durante experiências sociais que, em outros

contextos, seriam consideradas “de adulto”, como em conversas sobre problemas familiares ou as horas de trabalho dos pais.

Este sistema de aprendizagem descrito parcialmente, relatado pelos mais velhos e repassado aos mais novos de acordo com suas potencialidades ao longo da infância e adolescência, não prescinde de muitos dispositivos de mediação, como livros, informações advindas de noticiários, filmes, vídeos tutoriais nas mídias digitais, revistas ou jornais impressos. Embora o sinal de celular e internet seja instável nas ilhas, esses dispositivos de mediação fazem sim parte do mundo da vida cotidiana, principalmente como provedores de entretenimento e fontes de notícias sobre o mundo, mas não são eles os elementos centrais no processo de aprendizagem do que constitui o repertório de técnicas da vida camponesa.

É comum que as pessoas utilizem o rádio e os DVDs piratas para ouvir músicas em alto volume e acompanhar celebrações religiosas, a TV para assistir novelas, filmes e jornais e as redes sociais, quando possível, para enviar e receber fotos e vídeos de acontecimentos do dia-a-dia da localidade. No entanto, o papel destes dispositivos mediadores é secundário para os processos de apreensão das práticas que constituem o emaranhado do mundo da vida camponês. Os registros materiais, como as fotos e vídeos que circulam por mensagens nas redes sociais apesar das limitações de conexão, têm sido cada vez mais importantes para as pessoas, mas a falta destas e outras materialidades ao longo do tempo não impediu o desenvolvimento de práticas de transformação de si e do ambiente, porque elas são partilhadas por meio do corpo-a-corpo, como “pessoa inteira, corpo e mente indissolúveis, num ambiente ricamente estruturado” (Ingold, 2008, p.1) em um ciclo de observação, repetição e aprimoramento contínuo, ressignificado conforme outras gerações continuam este processo.

Essa questão das mediações, somadas ao fato de que São Joaquim é um lugar fortemente marcado pela autonomia camponesa e uma capacidade de organização que não prescinde de iniciativas da prefeitura ou do Estado para que tomem decisões sobre como produzir e como viver, certamente fornece elementos para que se entendam os modos pelos quais as pessoas aprendem e ressignificam tudo o que compõe o mundo da vida cotidiana. Se consideramos também que as relações sociais mais fortes são baseadas tanto no parentesco como no compadrio e amizade, além da influência da Comunidade Cristã no modo como organizam e vivem o lugar, podemos identificar os traços do que Lave (2015) denomina *comunidades de práticas* específicas desta categoria social.

Brussi (2015) explica que o conceito se refere a “grupos de pessoas que compartilham um interesse ou uma atividade, sobre a qual aprendem conforme se relacionam e interagem regularmente” (p. 103). Nestes grupos há um domínio de interesses e competências por parte das pessoas que o compõem, engajamento nas atividades compartilhadas na vida cotidiana e abertura para que aprendizes adquiram, reinventem e compartilhem habilidades, experiências, vivências e técnicas. A noção de comunidades de práticas é evocada aqui justamente para destacar que os aprendizes camponeses aprendem porque seus corpos estão em relação: com seus familiares, seus amigos, com o ambiente e todos os processos históricos que constituem a vida social cotidiana.

Assim como o corpo, a ideia de aprendizagem também esteve envolta em paradigmas de análise binários. Jean Lave (2012) defende que aprender é um processo multidirecional, contraditório e complexo, ao contrário das muitas concepções no senso comum sobre o assunto, como por exemplo: uma forma anacrônica de educação associada a modos pré-capitalistas, baixa tecnologia, trabalho manual, economia informal e países subdesenvolvidos.

Em outro texto, publicado em 2015, a antropóloga explica que a relação entre aprendizagem e cultura tem sido observada no campo antropológico a partir de duas tradições, a da transmissão cultural e a cognitiva. A primeira se refere a aprendizagem como aquisição da cultura, como resultado da transmissão ou socialização de práticas, enquanto a segunda é uma herança da psicologia e dos pressupostos racionalistas, individualistas e comportamentais, baseada em separações entre mente e corpo, sujeito e sociedade, cultura e aprendizagem. Abordagens nas ciências sociais consideradas pela autora como binárias tendem a enquadrar o assunto a partir de um polo de oposição entre educação formal e informal, o que, em sua opinião, inferioriza os processos de aprendizagem não-ocidentais, devido a uma postura etnocêntrica e colonialista.

Com uma perspectiva de busca por ultrapassar a dualidade entre educação e economia formal e informal e compreendendo que estas hierarquias não são politicamente neutras, Lave (2012) desenvolve uma teoria crítica e relacional da aprendizagem. Seu processo de oposição a estes paradigmas tem relação direta com as conclusões que adquiriu em seu trabalho etnográfico na Libéria, onde pesquisou as formas de aprendizagem de alfaiates em oficinas de costura. A princípio, estranhou não haver aulas, lições, tutorias e professores designados nas oficinas e conta que, quando um mestre utilizou palavras para instruir seu aprendiz, fez aquilo apenas para que a etnógrafa ouvisse. Lave (2012) considera que passou boa parte das fases iniciais de sua pesquisa de campo olhando para os métodos de costura e não para as relações sociais.

Descobriu, com o tempo, que os aprendizes aprendem principalmente pelas relações uns com os outros.

Sua pesquisa resultou em uma elaboração teórica crítica e relacional, que define aprendizagem como relações mutáveis entre pessoas e suas práticas em um mundo também mutável. Lave (2015) insiste que a aprendizagem é corporificada, está situada em complexas comunidades de práticas, inseridas dentro de um processo histórico, onde o mundo da vida cotidiana é o lugar onde estes processos se desenvolvem. Isto porque, em abordagens tradicionais, aprender é visto como um movimento para além do cotidiano. Ao afirmar que “as pessoas mudam ela sua participação nas práticas do dia-a-dia e as práticas mudam conforme seus participantes mudam”, encontramos em suas concepções teóricas um forte alinhamento ao que discutimos tratando da categoria corpo: estes processos são holísticos, costurados e situados.

Outras pesquisas nesta mesma linha da dimensão social e corporal dos processos de aprendizagem podem ser elucidativas para os casos de São Joaquim. O trabalho de Tassinari (2015) compara sistemas de aprendizagem de crianças indígenas galibi-marworno no Amapá e de famílias que desenvolvem agricultura familiar no município de Turvo, no Paraná. Para isso, recorre à noção de pedagogias nativas. Ciente de que empresta o termo pedagogia de um contexto epistemológico ocidental, explica que a expressão denota uma ênfase na “dimensão intencional, cuidadosa e metódica de algumas estratégias de ensino e aprendizagem” (p. 143) das experiências que observou. Entre os pontos em comum das duas localidades que analisou, elenca quatro: a centralidade da experiência e da corporalidade; a atenção por parte dos mais velhos aos esforços infantis de imitação; a ênfase na iniciativa dos aprendizes e a atribuição progressiva de responsabilidades. Discute:

As disposições corporais e o vínculo com o ambiente são dimensões privilegiadas dessas pedagogias, que se valem dos contextos de prática para o desenvolvimento de habilidades e a transmissão de valores, saberes e identidades coletivas (TASSINARI, 2015, p. 169)

Dênis e Felipe ilustram todas as características levantadas. A criança não apenas imita o que o pai faz, mas ao observar e acompanhar o pai, executa suas técnicas a partir dos próprios potenciais e limitações do seu corpo. Ao subir em troncos e esticar o facão para apanhar o cacau, emprega uma técnica diferente da executada pelo pai e nota-se o que a autora descreve como iniciativa dos aprendizes. As atribuições progressivas de responsabilidades são marcadas principalmente pela introdução de instrumentos: quanto mais as crianças crescem, mais aptas são consideradas a utilizar objetos cortantes.

Do mesmo modo, reafirmamos que, ao observar as experiências etnográficas descritas, sobretudo as que envolvem a participação infantil, enxergamos um sistema complexo que relaciona corpo, ambiente e aprendizagem, de modo que só podemos separá-los para empreender análises, porém, no mundo cotidiano, estão entrelaçados.

Ao entendermos como as aprendizagens costumam ocorrer, podemos chegar a algumas compreensões por meio do contraste exemplificado na experiência de Luísa ensinando a fermentação das sementes para Luíz. Ao se estabelecer uma relação de trabalho entre um camponês e uma figura de fora das redes do cotidiano, podemos observar que elas se constituem por tensionamentos de vários níveis. Luísa acredita que suas instruções não são plenamente aceitas por ser uma mulher e Luíz está convencido de que fazer as coisas do modo como sempre fez também podem dar certo nestes novos processos.

Existem muitos modos de olhar para esta interação, mas gostaria de enquadrá-las nos termos de uma relação de ensino e aprendizagem. Em quais pontos Luísa foi exitosa em seu método de ensinar aos seus fornecedores como fermentar? Na flexibilidade em relação aos equipamentos necessários para monitorar as sementes, no acompanhamento diário enquanto esteve na localidade e no estímulo à sensorialidade, ao ensinar sobre os diferentes cheiros e aparências das sementes enquanto fermentam. Em compensação, ao resguardar um distanciamento dos outros aspectos da vida cotidiana de seu aprendiz (lazer e práticas religiosas, por exemplo) ao prezar pela instrução verbalizada, estabelecendo etapas mais rígidas e utilizando um vocabulário técnico, criou-se entraves.

A forma de ensinar proposta por Luísa está vinculada a uma lógica mercadológica, isto é, diminuir custos, ter controle da qualidade de seu chocolate em todas as etapas (da amêndoa à barra) e ter, na relação com as comunidades agroextrativistas um fator que agrega valor à sua marca. A educação formal e o contexto de vida urbana a inserem em comunidades de práticas que a munem de um repertório de técnicas muito distintos de Luíz. O camponês faz parte de uma comunidade de prática que, como descrevemos, não tem na instrução verbal, no modelo vertical de transmissão de saberes o seu fundamento.

Quando estas duas realidades se encontram, comprovamos algumas das questões discutidas em nossas bases teóricas: o campesinato não está parado no tempo, estanque em tradições distantes da “modernidade”, como Harris (2006) argumenta. Seu sistema de aprendizagem é mutável, reatualizado conforme as gerações se movimentam, entram em contato com outros modos de pensar e interagem com as forças do mercado. E também, a falta

de entendimento sobre as especificidades da T2 pode gerar narrativas como a da teimosia, da mente fechada e do apego às “tradições”.

A situação ilustra que quanto mais se incorporam os modos específicos de ensinar e aprender de uma comunidade de prática, melhores são os resultados, enquanto que a opção por ensinar novas técnicas por meio de instruções verbalizadas em contextos como os de Luíz pode gerar atritos de diversas ordens. Estão em jogo diferentes graus de instrução formal, interesses econômicos, modos de entender e nomear a natureza quando observamos o contato entre dois sistemas de aprendizagens.

Em suma, observar os processos de aprendizagem campesina significa entender melhor a cultura da T2, pois segundo o pensamento de Jean Lave (2015). “a cultura produz aprendizagem, mas aprender também produz cultura”. Esta concepção sobre a dimensão de reciprocidade e co-construção entre cultura e aprendizagem é parte de um paradigma antropológico sobre o tema que considera que aprender é estar situado em complexas comunidades de práticas, por relações que estão sempre se transformando e inseridas dentro de um processo histórico, costurado na intersubjetividade. Assim como Schutz, Lave também acentua a importância da prática cotidiana como o locus de produção das vidas das pessoas, o que implica em reconhecê-lo como um universo de múltiplos, incoerentes e contraditórios conhecimentos.

As experiências compartilhadas permitiram vislumbrar que, entre o campesinato agroextrativista em questão, os processos de aprendizagem são, sim, situados e incorporados, no sentido de que sem a compreensão do emaranhamento entre corpo, ambiente e aprendizagem não é possível descrevê-lo.

4.7 O que o entrelaçamento corpo/ambiente/aprendizagem diz sobre a virtuosidade dos indicadores socioambientais da T2

Para esmiuçar essa questão, retomo alguns pontos que norteiam a discussão sobre trajetórias tecnológicas. Ao insistirmos na afirmação de que os indicadores socioambientais do campesinato agroextrativista são virtuosos, estamos de acordo com as conclusões de Costa e Fernandes (2016). Para os autores, a efetividade e eficiência da categoria diante da diversidade do mosaico de trajetórias tecnológicas do rural na Amazônia tem a ver com a capacidade de preservação dos recursos florestais, a produtividade e a renda líquida por trabalhador crescentes e o afastamento da pobreza em suas multidimensões, ao menos durante os períodos analisados

(entre os censos de 1995 e 2006). Fatores como políticas públicas de redistribuição de terras, de transferência de renda, acesso a crédito, maior cobertura de infraestrutura (energia elétrica, conexão de celular e internet, etc) foram medidas importantes no início do século para que pudéssemos observar estes resultados.

Estas análises também destacam que a categoria social com a qual estamos lidando dispõe de uma base de conhecimento, acervos e repertórios técnicos que são tácitos, consuetudinários e profundamente incorporados na cultura da região. E é, justamente, sobre as dinâmicas de construção e repasse deste conhecimento que dedicamos as nossas interpretações. Para Taketa (2019):

Tais formas de inteligência e modos de expressão [social, econômica, cultural] ainda hoje, quando não ignorados, permanecem bastante estranhos e pouco considerados pelo pensamento dominante em relação à economia e aos modelos de desenvolvimento impostos à região (TAKETA, 2019, p. 23).

No trabalho da autora, discute-se que tais modelos de desenvolvimento para a Amazônia se assentam sobre o apagamento, a exclusão e a subalternização de aspectos muito próprios da T2, justamente por estes atores sociais contrariarem as lógicas exclusivamente capitalistas na forma de produzir, conhecer e se relacionar com a natureza.

No entanto, ainda que todos estes processos historicamente tenham conferido ao campesinato amazônico um lugar de apagamento simbólico e material diante dos paradigmas rurais capitalistas, o que vimos em São Joaquim é que essas formas camponesas de viver se perpetuam no tempo. Indicamos em nosso estudo que a interdependência entre corpos e natureza são fatores-chave para explicar isto.

A distância dessas macro discussões para materialidade do mundo da vida cotidiana de uma pequena localidade na várzea do baixo Tocantins pode parecer grande. Entretanto, a etnografia sensorial nos auxilia a dar um *zoom* nos processos que desaguam na expressão numérica e discursiva dos estudos científicos citados acima.

A primeira e mais importante interpretação possível sobre o que se observou em campo é que não há em São Joaquim uma linha muito clara que separa a esfera produtiva das outras esferas da vida social. Dessa forma, se buscamos entender a virtuosidade socioambiental atribuindo os índices exclusivamente aos aspectos da produção, o processo estaria incompleto. A produção é uma das faces materialmente expressas de uma base de conhecimentos, acervos e repertórios técnicos do conhecimento. E não são um “pacote” pronto para ser instalado nos cérebros da geração seguinte de camponeses.

Dênis proporciona e Felipe um contexto de participação, engajamento e possibilidades de interagir com o ambiente no qual habitam. Como explica Brussi (2015), não se trata de qualidades inerentes às pessoas, “mas se apresentam como resultado da interação contextualizada entre a pessoa, o ambiente, o grupo, seus instrumentos e materiais” (p. 207).

Tais formas de conhecimento não são transmitidas e sim ensinadas e aprendidas por meio de comunidades de práticas com métodos e modos de comunicação distintos da formalidade da educação escolar e tão legítimos quanto. Entendemos São Joaquim e os laços familiares, religiosos e afetivos que a conformam como uma complexa comunidade de prática, podendo ser visualmente representado por um emaranhamento de humanos e não humanos. Todo o repertório de conhecimento é constantemente “reconstruído e recriado por meio da experimentação propiciada pelas referidas interações” (Brussi, p. 208)

Os modos não predatórios de viver, produzir e aprender da T2 estão diretamente vinculados à forma como os camponeses compreendem o ambiente que os cerca e atravessa. A natureza é vivida e interpretada em diversas dimensões que vão além da produtiva: há uma dimensão de encantamento, de possibilidade de reprodução, de sobrevivência, compreensão dos ciclos, contemplação, lazer, religiosidade.

Ao contrário das lógicas que regem o paradigma patronal, o ambiente na maior parte do tempo não é um obstáculo à execução das atividades que garantem o viver. É, na verdade, a fonte. É muito difícil enxergar no mundo da vida campesina a linha que separa cultura e natureza, trabalho e vida doméstica, corpo e mente, produção e reprodução.

O repertório de técnicas que envolvem a pesca, a agricultura, o extrativismo, que são as principais características do campesinato agroextrativista, é constituído por complexas combinações entre técnicas corporais e leitura do ambiente. A co-construção e reciprocidade, que chamamos de continuidade, é exemplificada nos elementos que organizam os quadros expostos nas vivências em campo: as ações, o manuseio de objetos técnicos e as técnicas do corpo estão profundamente costuradas, em sinergia.

Neste processo, as potencialidades do corpo são desenvolvidas de diversas formas. O que se denomina conhecimento tácito (COSTA, FERNANDES, 2016) é um conhecimento observacional, que se aprende, atualiza e vive de corpo inteiro, aliando todos os sentidos, indissociável do ambiente. Considera-se que esta é uma resposta possível para a questão que norteia o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizo este espaço para fazer uma síntese do que foi discutido nas seções anteriores. Mas quero fazê-lo mencionando alguns de meus interlocutores, como um singelo agradecimento pelos seus ensinamentos e pela permissão concedida para a minha inserção (parcial e limitada) em seu *Lebenswelt* (SCHUTZ, 1970).

Com Manuel, o padrinho de muitos e líder da Comunidade Cristã, refletimos teoricamente sobre as potencialidades e limitações do uso de categorias como camponeses, camponesinos, ribeirinhos e agricultores familiares. Optei pela filiação teórica à questão do campesinato, acreditando na possibilidade de dialogar com outras discussões sobre o rural da Amazônia, principalmente sob a ótica das trajetórias tecnológicas. A partir deste movimento, pudemos observar como os indicadores socioambientais do campesinato agroextrativista amazônico demonstram uma virtuosidade, ao levarmos em conta fatores como produtividade, emissão de CO₂, concentração de terras, mão de obra empregada (COSTA, FERNANDES, 2016). Ao fim do capítulo 3, sugerimos que o entrelaçamento entre os corpos camponesinos, o ambiente das várzeas e as formas de aprendizagem das técnicas que caracterizam as atividades deste grupo social explicam, em partes, como seus conhecimentos se perpetuam no tempo e desembocam nos dados mencionados.

Mas, para chegar a esta análise, passamos pelo convívio com gente como os adolescentes e jovens da Pastoral da Juventude, cujos esforços para ensaiar uma quadrilha junina me mostraram a capacidade de auto-organização dos habitantes de São Joaquim. Essa mesma característica está presente nas festividades em homenagem aos santos padroeiros de cada localidade da região insular mocajubense e na construção da Escola Municipal Raimunda Leão.

O contexto religioso católico é, também, favorável à extrapolação das questões exclusivamente religiosas, como também discuti Harris (2006). O barracão da igreja de São Joaquim recebe pessoas como Preto, importante interlocutor evangélico da Assembleia de Deus, para a definição das regras e rumos do *Movimento em favor da preservação ambiental de São Joaquim*. Autonomia, autofiscalização e capacidade de tomar decisões coletivamente se mostraram características basilares deste grupo de pessoas.

Unimos no mesmo capítulo estas narrativas com as breves considerações sobre a formação econômico-social do Baixo Tocantins para insistir na questão das continuidades. As

rotinas, as crenças, as atividades produtivas e tudo o que constitui o cotidiano têm um sentido histórico. O mundo da vida cotidiana tal como vivenciamos no presente está também atrelado à história da Amazônia de colonização, escravidão e inserção de sistemas produtivos na região, razão pela qual Taketa (2019) dedicou seu estudo a compreender a subalternidade e o apagamento da T2.

Observando e participando das atividades que constituem o aspecto produtivo do mundo da vida destes camponeses, compreendemos na prática como a relação entre o que classicamente subdividimos como natureza e cultura, produção e reprodução (e outros dualismos) são indivisíveis. Com a família de Dênis, Lelé e as crianças, que me permitiram “fazer também” a pesca do camarão, o extrativismo do cacau e o trato dos peixes para consumo, descrevemos a conexão que existe entre as técnicas corporais, os instrumentos utilizados e as ações executadas em cada uma dessas atividades. Foram, precisamente, estas continuidades que fizeram emergir o emaranhamento (INGOLD, 2015) como uma categoria de análise e também uma palavra que evoca uma imagem potente para ilustrar o cotidiano destes camponeses.

Embora todo o trabalho tenha centralidade nas pessoas, cabe reservar um espaço para falar sobre os não humanos que também habitam este mundo da vida, talvez não fisicamente, mas nas conversas, preces e celebrações da parcela humana do ambiente. Começando pelo santo padroeiro, que dá nome ao rio, à Comunidade Cristã, à festividade. Todos estes elementos têm um peso para definir de que forma organizam suas rotinas, dividem o tempo entre trabalho e lazer e reforçam os laços de amizade, compadrio e parentesco. Da mesma forma, as águas dos rios exercem muitos papéis importantes nas vidas que habitam o lugar: para as crianças são infinitas as possibilidades de diversão, seja tomando banho, nadando, aprendendo a remar; para os adultos os rios ditam a rotina, o planejamento do ir e vir, oferecem as possibilidades de sustento e satisfação das necessidades familiares, entre outras funções.

Em um duplo movimento auto avaliativo e sugestivo para trabalhos futuros (meus ou de outros pesquisadores), acredito que algumas portas foram abertas e não suficientemente exploradas. São Joaquim é uma das localidades pertencentes ao Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha da Conceição, o que pode gerar análises mais específicas sobre como o conhecimento a respeito do mundo da vida cotidiana dos habitantes pode auxiliar no fortalecimento de políticas de reforma agrária, sobretudo destes territórios classificados pelo Incra como “ambientalmente diferenciados”. Creio que outro tema não explorado e pode gerar estudos futuros é a proximidade física e cultural desse PAE com os quilombos da região das ilhas mocajubenses, o que implica em discutir a fundo as questões raciais na Amazônia e suas

particularidades. É possível, também, ir muito além nas possibilidades de diálogo entre os estudos em Economia sobre tecnologia e inovação (campo onde se insere o que compartilhamos sobre trajetórias tecnológicas) e as discussões sobre técnica e aprendizagem pelo viés da Antropologia, talvez com uma ampla revisão de literatura em ambos os campos.

Acredito que uma pesquisa sobre mundo da vida, campesinato e aprendizagem é, em última instância, uma narrativa sobre pessoas. Falar sobre os traços de seus cotidianos é, assumidamente, um ato político, considerando a ameaça sofrida pelos povos amazônicos dos campos, águas e florestas na atualidade.

Supostamente, eu deveria encerrar com essa afirmação, mas me parece tão contraditório sugerir um corte, quando todos os meus esforços se centraram em demonstrar continuidades e entrelaçamentos onde não existem começos e fins com delimitações. Sendo assim, peço licença ao leitor para encerrar com uma pequena crônica, baseada nas conversas com Preto, sobre tantos assuntos que sequer consegui explorar nesse trabalho. Podemos chama-la de Epílogo, se isso ajudar os mais apegados às convenções tradicionais de uma pesquisa científica.

Epílogo

No princípio era o verbo. E pela palavra divina todo o mundo tal qual Agostinho Sepêda conhece formou-se. O mundo fez-se completo de tudo, com todas as coisas criadas por Deus desde o começo, como gosta de reafirmar o narrador. E o tempo as multiplicou, fazendo tudo o que foi criado permanecer crescendo.

- O senhor me falou da outra vez que aqui na região as coisas mudaram muito, que esses lugares que existem hoje não existiam antes.

- Isso aí, porque foi o seguinte, passa o tempo e há uma mudança, muda. Vamo colocar: o que tinha num lugar, hoje você não vê, mas já tá pra outro lugar.

- Como o quê, por exemplo?

- Existe uma mudança, sabe. Tem uma praia aqui. Aí por tempo, o tempo que vai mudando, no outro ano você não vê mais essa praia. Aí já mudou prali. Aí você vê que ali tinha uma ilha, aí sumiu esse ano mas cresceu pro outro lado... É igual a estação, a estação do verão, do inverno, do outono... aí vai mudando tudo.

Preto já viveu em Maracanã, Cameté, Mocajuba, Baião e Tucuruí. Há 30 anos mora na sua casa em São Joaquim. E tem 51 anos. Na verdade, 102. “O calendário só mostra o dia, mas

o calendário da vida que você *veve* [vive] é o dia e a noite”. Ele explica, baseado em Gênesis, que as 24 horas do dia contém um dia e uma noite, então, por essa lógica, nossa contagem de anos vividos deveria ser dobrada.

Assim como os anos dobram para dar forma concreta ao que crê, a elasticidade dos números se estende a outros lados da vida material. Aprendi com suas narrativas que existem três céus. O primeiro é o céu das aves, onde se vê os pássaros passeando. O segundo céu também é alcançado pela vista, é o das estrelas. Elas são do céu assim como o céu é delas, enfatiza. O terceiro é o céu de Deus e para chegar até ele é preciso passar por toda essa camada que está aqui.

E tudo o que está aqui é, para Preto, muito bem conhecido pelo homem do campo. Um homem do campo conhece as estruturas das coisas, razão pela qual afirma que Davi, um pastor de ovelhas, foi o maior rei que a Bíblia conheceu, comparado nos dias de hoje apenas com Lula: “O Lula era trabalhador do campo e foi um grande presidente. Sei que uma grande história o Lula tem. Os outros que quiserem ser alguma coisa vão ter que aprender com ele”.

De volta aos números, há também 4 terras segundo ele, uma livre interpretação da Parábola do Semeador. Uma terra de pedras, onde nada nasce porque as raízes não têm lugar para se firmar; uma segunda de espinhos, que sufoca o que tenta brotar nela, outra de beira do caminho, na qual os passarinhos comem as sementes jogadas e, finalmente, a quarta terra, a boa de se plantar e produzir. Não se deseja uma terra que não dá frutos, onde só há trabalho e nada a ser colhido. “O homem tem que viver do suor do rosto dele pra sobreviver”, sentencia.

Em uma tarde de descanso sonhei que uma tartaruga vermelha gigantesca dormia no fundo do rio São Joaquim. Seu sono garantia que tudo que existe na terra margeando o rio permanecesse e bastava um pequeno movimento do bicho para sentir um tremor. Conteí a Preto do sonho e ele me garantiu que existem sim muitos bichos grandes nos rios, cobras, peixes capazes de engolir Jonas... “Tudo que você sente se aproxima de você. Pressentimento é uma coisa de tanto estar acreditando que você fica arrupiado”. Quem dera fossem só os bichos vivos; os 102 ou 51 anos de sua vida o colocaram em contato com outros tipos de criaturas também. Devo a ele a melhor definição sobre visagens: “são movimentos daqueles que já viveram”.

Entre todas as espontâneas releituras bíblicas de Preto, a minha preferida é a de Salmos 1, que oficialmente diz “bem-aventurado o homem que não anda no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores”. A versão dele é melhor e muito mais fenomenológica: “bem-aventurado o homem que anda no caminho”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vitória Mendes. *Corpo e ambiente no mundo da vida das ilhas de Mocajuba (PA): uma etnografia sensorial sobre o campesinato amazônico*. Papers do Naea. v. 28. n 3. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8340>. Acesso em: 21 ago 2020.

ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação**. In: Projeto História- Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 18. São Paulo (18) mai, 1999.

AZEVEDO, Aina; SCHROER, Sara Asu. Weathering: a graphic essay. Vibrant- Virtual Brazilian Anthropology. v 3. n 2. 2016. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/weathering-a-graphic-essay/>. Acesso em: 5 jul 2019.

BASTOS, Ana Paula Vidal; ALMEIDA, Oriana; CASTRO, Edna Ramos de; MARÍN, Rosa Acevedo; PIMENTEL, Marcia da Silva; RIVERO, Sergio; SILVA, Ione Câmara da; TORRES, Isaac; BRUZEKE, Franz Josef. **Economia e sociedade na região do Tocantins, Pará**. In: Paper do NAEA. Março 2010.

BECHELANY, Fabiano. **“Flecha é igual 22”**: gesto técnico e transformação no arsenal de caça dos Panará. In: Técnica e Transformação: perspectivas antropológicas. Org: SAUTCHUK, Carlos. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20181120_5bf44c04cf2e3.pdf. Acesso em: 7 abr 2019.

BRUSSI, Júlia. **Batendo bilros: rendeiras e rendas em Canaan (Trairi- CE)**. 2015. 222f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. In: Formação Socioeconômica da Amazônia. Org: CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Fabio. **A identidade denegada. Discutindo as representações e autorrepresentação dos caboclos da Amazônia**. In: Revista de Antropologia. v. 56, n 2. São Paulo, USP. 2013

CASTRO, Marina. **Socialidades e sensibilidades no cotidiano da Feira do Guamá: uma etnografia das formas sociais do gosto**. 2018. 286 f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018

COSTA, Francisco de Assis. **Elementos para uma economia política da Amazônia**. 2. ed. Belém:NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis; FERNANDES, Danilo Araujo. **Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Revista de Economia Contemporânea (Impresso), v. 20, p. 517-552, 2016.

_____ **A brief economic history of the Amazon (1720-1970)**. Cambridge Scholars Publishing. 2019.

FORS, Vaike. **Teenagers' Multisensory Routes for Learning in the Museum**. In: *The Senses & Society*. V. 8, issue 3. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rfss20/8/3?nav=tocList>. Acesso em: 27 jul 2019.

Francisco de Assis Costa: As múltiplas faces da Amazônia. Portal Fapesp. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/francisco-de-assis-costa-as-multiplas-faces-da-amazonia/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC: 2008.

GROSZ, Elizabeth. **Corpos reconfigurados**. In: *Cadernos Pagu*. n 14. 2000.

HARRIS, Mark. **Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo**. In: MURRIETA, R.; ADAMS, C.; NEVES, W. *Sociedades Caboclas Amazônicas*. Annablume Editora, 2006.

HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA. 2002.

INGOLD, Tim. **Pare, olhe, escute! Um prefácio**. *Revista Ponto Urbe*. Vol. 3. São Paulo, 2008

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ. Vozes: 2015.

IRVING, Andrew. **Bridges: A new sense of scale**. In: *The Senses & Society*. V. 8, issue 3. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rfss20/8/3?nav=tocList>. Acesso em: 27 jul 2019.

LAVE, Jean. **Everyday life and learning with Jean Lave**. University of California Television [UCTV]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FAys46icCFs>. 2012. Acesso em: 9 nov. 2019.

LAVE, Jean. **Aprendizagem como/na prática**. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 21, n. 44, jul./dez. 2015.

LIMA, Déborah. **A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. In: *Novos Cadernos do NAEA*. V. 2, n. 2. 1999

MARÍN, Rosa; GODÓI, Emilia; MENEZES, Maria Aparecida (Orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MARTÍNEZ, María Tereza Garzón. **Proyectos corporales. Errores subversivos: hacia una performatividad decolonial del silencio**. *Revista Nomadas*. N 26. Universidad Central-Colombia. 2007.

MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP. 1974.

NOGUEIRA, Karen. **Camponeses e Território em Mocajuba: uma análise econômico-espacial das trajetórias tecnológicas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

PEREIRA, Edir Augusto. **Faces da cidade ribeirinha de Mocajuba: paisagem e imaginário geográfico amazônico.**In: TRINDADE JUNIOR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 73-92

PINK, Sarah. **Sensing Cittàslow: Slow Living and the Constitution of the Sensory City.** In: *The Senses and Society*, v. 2, issue 1. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2752/174589207779997027>. Acesso em: 11 jan. 2020.

PINK, Sarah. **Doing sensory ethnography.** Londres. Sarge: 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Vozes; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo:1973

RIBEIRO Terezinha. **Diálogos com a metrópole: um estudo antropológico sobre moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA).** Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: Meneses, Maria Paula; Santos, B. S (orgs) *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SAUTCHUK, Carlos; SAUTCHUK João Emanuel. **Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos.** In: *Revista MANA.* V. 20. N 3. 2014

SAUTCHUK, Carlos. **Técnica e/em/como transformação.** In: *Técnica e Transformação: perspectivas antropológicas.* Org: SAUTCHUK, Carlos. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20181120_5bf44c04cf2e3.pdf. Acesso em: 7 abr 2019.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz.**Rio de Janeiro. Zahar: 1970.

SILVA, Harley. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira.** 2017. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

TAKETA, Brenda. **O novelo de Dalcídio: Mundo ribeirinho e subalternidades amazônicas no romance Belém do Grão-Pará.** Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento). 2019. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. 2019.

TASSINARI, Antonella. **Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares.** In: *Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, ano 21, n. 44, jul./dez. 2015.